

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA - UNIARA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**E MEIO AMBIENTE**

**A “PATA DO BOI” E A DESTRUÇÃO DOS ECOSISTEMAS LOCAIS:  
HISTÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA AMBIENTAL DE MORADORES DE  
UMA REGIÃO DO SUL DO PARÁ**

**FRANCISCO BATISTA DURÃES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

**ARARAQUARA - SP**  
**2014**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA - UNIARA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**E MEIO AMBIENTE**

**A “PATA DO BOI” E A DESTRUIÇÃO DOS ECOSISTEMAS LOCAIS:  
HISTÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA AMBIENTAL DE MORADORES DE  
UMA REGIÃO DO SUL DO PARÁ**

**FRANCISCO BATISTA DURÃES**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

**ARARAQUARA - SP**  
**2014**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Durães, Francisco Batista

A “Pata do boi” e a destruição dos ecossistemas locais: História Social e memória Ambiental de moradores de uma região do sul do Pará. Durães, Francisco, Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2014.

176f

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário de Araraquara  
Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Degradação Ambiental; Percepção e Memória Ambiental; Rio Mariazinha; Degradação; Pecuária.

CDU

# FOLHA DE APROVAÇÃO



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP  
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100

[www.uniara.com.br](http://www.uniara.com.br)

## FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: *Francisco Batista Durões*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

### BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Valéria Oliveira Vasconcelos  
UNISAL - Americana

Vera L. S. Botta Ferrante  
UNIARA – Araraquara

Profa. Dra. Dulce C. A. Whitaker  
UNIARA - Araraquara

Araraquara – SP, 18 de março de 2014.

*Dedico este trabalho aos meus pais, Seu Dito - que já está usufruindo as delícias do Paraíso - e Dona Maria, que hasteou em mim bons objetivos de vida.*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço primeiramente à Entidade Superior Invisível e Inexplicável denominada Deus por iluminar meus percursos em todos os momentos desta caminhada.*

Quero agradecer à minha orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dulce Whitaker, pela compreensão e pelo apoio em todos os momentos deste trabalho, responsável por me ensinar a ter "a interação do todo com o todo" da Ciência.

Igualmente agradeço às professoras e aos professores do Mestrado doutoras Vera Botta, Dulce, Janaína, Helena, Liane, Flávia, Maria Lúcia e doutores Marcos, Zildo Gallo, Luiz Manoel, Queda, Denílson, Marcel e Leonardo pelo conhecimento e incentivo ao longo dessa caminhada;

À Banca Examinadora de defesa composta pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Valéria Oliveira de Vasconcelos e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera Lúcia Sílvia Botta Ferrante pelas contribuições sugeridas e de grande valia para a conclusão deste trabalho;

À contribuição sincera e valiosa dos entrevistados que ajudaram a construir a história da região: Frei Henri, Geraldo Teixeira, Claudio Elias, João Ramalho, Davi Passos, José da Penha, Gauchinho, José Diomar, Antônio Neto, Adamantino Martins, Dorival Alves, Sinvaldo Pereira, Maria Rita, Geraldo Rosa, Maria Rocha, José Ditoso, Leomarques Fernandes, Geraldo Procópio, Rosânia Pinto, Rivelino Zarpellon, Rildo Bento, Valdir Manoel e Padeirinho;

Aos meus amigos e colaboradores em Araraquara/SP: Raí (Goca), Nilson, Samuel, Léo, Luísa, Bia, Leandro, e em Xinguara/PA e região: Ana Maria, Zequinha Marinho e Vicente Luís Ribeiro (Manin);

Aos órgãos financiadores que concederam a Licença Mestrado, à Secretaria Municipal de Educação de Xinguara (SEMED) e à Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC);

À minha querida família nas pessoas de Cristiane Pereira Coelho, Yara Coelho Durães e Gabriel Coelho Durães; à minha sogra Rosa Coelho e a meus cunhados Luís Antônio, Cláudio, Wander e Rositânia que me deram apoio, motivação, força, empenho, perseverança e atenção para enfrentar e superar esse novo desafio da vida;

Ao meu irmão Sizo (*in memorian*) que, doente em função da seca, da falta de esperança e da miséria social do Nordeste desistiu de viver aos 48 anos de idade;

Aos meus amigos do curso Carolina, Patrícia, Mônica, José Francisco, Tatiane, Mário, Isabella, Rosely, Fábio, Fabiano, Danilo, Olímpio e demais colegas pelo companheirismo nas aulas e na convivência;

Às funcionárias da Secretaria do Mestrado por toda a atenção dada durante o curso e, enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram com este sonho agora realizado.

Era uma vez na Amazônia a mais bonita floresta:/Mata verde, céu azul, a mais imensa floresta./No fundo d'água as Iaras, caboclo, lendas e mágoas/e os rios puxando as águas.

[...]

Por toda mata tem caipora para a mata vigiar./Veio um caipora de fora para a mata definhar,/ e trouxe dragão-de-ferro pra comer muita madeira, e trouxe em estilo gigante pra acabar com a capoeira.

[...]

Se a floresta, meu amigo, tivesse pé pra andar/eu garanto, meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá.

[...]

Mas o dragão continua a floresta devorar/e quem habita essa mata pra onde vai se mudar?

[...]

No lugar que havia mata, hoje há perseguição./Grileiro mata posseiro só pra lhe roubar seu chão.

[...]

Pois mataram índio, que matou grileiro, que matou posseiro -/disse um castanheiro para um seringueiro -, que um estrangeiro/roubou seu lugar.

[...]

Aqui termina essa história para gente de valor,  
pra gente que tem memória, muita crença, muito amor  
pra defender o que ainda resta, sem rodeio, sem aresta:  
ERA UMA VEZ UMA FLORESTA NA LINHA DO EQUADOR.

(Trechos de *Saga da Amazônia*, por Vital Farias e Geraldo Azevedo)

Não me derrube, seu moço, a seringueira...  
O seu leite me serve de sustento.  
Já estou velho, mas desde o nascimento  
que esta árvore é minha companheira...

Olhe, é irmã daquela castanheira  
cuja copa procura o firmamento,  
ela também me dá alimento  
que mata a fome da família inteira...

Ao dizer isto, emudeceu num canto  
com a tristeza que uma saudade encerra.  
Foi tanta a dor e o sentimento tanto

quando feriu o tronco a moto-serra,  
que o seringueiro sucumbiu num pranto  
tão orvalhado que inundou a terra.

(*O Pranto do Seringueiro*, por Mário Maia, poeta acreano)

## RESUMO

Este trabalho reflete sobre as várias percepções e memória ambientais de um grupo de moradores do município de Xinguara/PA a partir de uma concepção crítica de desenvolvimento pautada nos ideais de progresso e desenvolvimento regional. Considera também a ideologia que permeia os vários atores envolvidos nesse processo, em suas diferentes dinâmicas de ocupação da fronteira sul-paraense, ao buscar o resgate da história social local com foco nas questões ambientais observadas ao longo de três períodos: o primeiro, marcado pela chegada da Ordem Dominicana visando à catequização dos povos indígenas Kayapós e Carajás e à ocupação do território por camponeses originários do Nordeste e de tradição pastoril nos campos naturais do Araguaia paraense; o segundo período, caracterizado pela penetração de grandes projetos agropecuários e madeireiros advindos do Centro-Sul do Brasil e beneficiados pelos incentivos fiscais do Governo Federal, responsável pela promoção de alterações radicais na estrutura fundiária da região que, de um lado, provocaram o rompimento do modo de produção tradicional e, de outro, contribuíram para a intensificação dos processos migratórios, culminando em conflitos sociais violentos na disputa pela terra que acarretaram sérios problemas ambientais ao bioma local e, finalmente, o período que se inicia na década de 1980 e caracteriza-se pela consolidação da atividade pecuária e por mudanças nas relações de trabalho a partir, sobretudo, da implantação das agroindústrias da carne, do couro e do leite responsáveis pela degradação ambiental de nascentes e rios da região. Para as análises dos referidos períodos, recorreu-se a várias fontes bibliográficas sendo que são as narrativas uma das fontes primeiras para a apreensão sobre as realidades histórica e socioambiental do espaço delimitado para este estudo. Desse modo, a presente pesquisa conclui que a pecuária foi a atividade responsável pelas alterações provocadas na paisagem local, tais como a degradação e os danos ambientais que atingiram diretamente a população de moradores da sub-bacia do rio Mariazinha no município de Xinguara, Estado do Pará. A agricultura diversificada se apresenta como alternativa de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento local.

**Palavras-Chave:** Degradação Ambiental. Percepção e Memória Ambiental. Rio Mariazinha. Degradação. Pecuária.

## ABSTRACT

The study on the perception and environmental memory of inhabitants of Xinguara (Pará State, Brazil) concerning Mariazinha River is, most of the times, unknown to the population that migrated to that region with the aim to work on the land without the needed knowledge of locals' ecosystems. The environmental problems of the region are faced by the authorities and the inhabitants as a "common cause" since the development model implemented in 1960s' military governments, that favored the large livestock as an economic activity. For the development of this study were researched the literature of various scholars on the social and environmental question of the Amazon forest, researchers that made scientific surveys and advisory services in the region. Beyond that, were still involved theoretical and methodological studies on Social Memory, Oral History and Environmental Memory. To answers to the questions of this study were made interviews with inhabitants of the region, people that have much knowledge of this regions and, most of all, they that are facing the environmental problems in the properties located through Mariazinha River. On the other side, this research looked upon to clarify the various problems and actors that direct or indirect are contributing for the environmental unbalance of Mariazinha River, as much as the social and economic consequences caused by the processes of degradation. Furthermore, this research identified the social, environmental, economical and landscape problems caused by the process of industrialization of livestock products. The results showed that the inhabitants have looked for alternatives to change this development logic through more sustainable and diversified production practices. Finally, despite the objections, the inhabitants affected by the pollution of the River have still not achieved satisfactory results on their action to revert the current degrading situation of Mariazinha River. That is explained, most of all, by the omission of the diverse power spheres facing the requests of the local rural population.

**Keywords:** Deforestation. Environmental Memory. Mariazinha River. Degradation. Extensive Livestock.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> - Mapa de recorte geográfico da Região Sul do Estado do Pará. ....	4
<b>FIGURA 2</b> - Áreas demarcadas de Reservas indígenas Kayapós e Carajás no Sul do Pará. ...	22
<b>FIGURA 3</b> - Localização da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia no Brasil. ....	51
<b>FIGURA 4</b> - Recorte detalhado da rede de transportes na bacia Tocantins-Araguaia e sua ligação com o Sul do Pará a partir do município de Conceição do Araguaia. .	53
<b>FIGURA 5</b> – Localização do município de Xinguara no Estado do Pará – Brasil. ....	54
<b>FIGURA 6</b> – Antigos mapas da sub-bacia do rio Mariazinha: Acima, o mapa desenhado pelos topógrafos que demarcaram a área na década de 1980 e, abaixo, o curso dos rios Mariazinha e Marião. ....	56
<b>FIGURA 7</b> - Primeiros moradores do município de Xinguara/PA, 1976. ....	59
<b>FIGURA 8</b> - Queimadas para a formação de pastagens. Xinguara/PA.....	69
<b>FIGURA 9</b> - Área desmatada em antigos polígonos de castanhais. Xinguara/PA.....	70
<b>FIGURA 10</b> - Crateras para a exploração de ouro em Xinguara/PA. ....	72
<b>FIGURA 11</b> - Lago artificial poluído por mercúrio. Garimpo da Malvina - Xinguara/PA. ...	73
<b>FIGURA 12</b> - Mapas de Loteamentos próximos ao rio Mariazinha, localizado nas regiões que concentram pequenas matas por onde corre o rio.....	77
<b>FIGURA 13</b> - Nascente Ana Vieira próxima de Xinguara. ....	78
<b>FIGURA 14</b> - Rio Mariazinha: Travessia da BR 155 nas proximidades de Xinguara. ....	80
<b>FIGURA 15</b> - Nascente do Piau, na Serra da Andorinha. Xinguara/PA.....	82
<b>FIGURA 16</b> - Nascente da Prainha, durante o período de enchentes. ....	83
<b>FIGURA 17</b> - Córrego do Centro ou Baixada vitimizado pela poluição humana. ....	84
<b>FIGURA 18</b> - Nascente do setor Chácaras, no perímetro urbano. ....	85
<b>FIGURA 19</b> - Trechos da nascente Ana Vieira, próximo à rodovia PA-279.....	86
<b>FIGURA 20</b> - Nascente Malvina, na região de antigo garimpo. ....	87
<b>FIGURA 21</b> – Vila Betel, localizada acima o rio Mariazinha, no encontro com o rio Marião, na região da Barra. Fonte: Google, 2013.....	91
<b>FIGURA 22</b> - Floresta secundária de babaçu, às margens do rio Mariazinha. ....	93
<b>FIGURA 23</b> - Evolução do desmatamento, entre os anos de 2000 e 2009 ( PRODES). ....	94
<b>FIGURA 24</b> - Nascente do Jardim Mariazinha totalmente descaracterizada.....	95
<b>FIGURA 25</b> - Lago descaracterizado de vegetação, em nascente do rio Mariazinha. ....	97
<b>FIGURA 26</b> - Assoreamento do rio provocado pela falta de vegetação ciliar.....	98
<b>FIGURA 27</b> - Queimada Praticada por Moradores na Região da Vila Betel.....	100
<b>FIGURA 28</b> - Nascentes sem cobertura vegetal, nas proximidades de Xinguara/PA. ....	102
<b>FIGURA 29</b> - Bancos de areia às margens do ria Mariazinha, na região do assentamento Vermelho e Preto - Xinguara/PA.....	103
<b>FIGURA 30</b> - Rastro de pisoteio de gado, às margens do rio Mariazinha.....	104
<b>FIGURA 31</b> - Córrego do Centro com água poluída por efluentes urbanos. ....	105
<b>FIGURA 32</b> - Tanques represados em nascentes para a criação de peixes.....	106
<b>FIGURA 33</b> - Mapa de localização aproximada dos entrevistados na área rural e urbana de Xinguara. ....	110
<b>FIGURA 34</b> - Fábrica de farinha e polvilho de mandioca, na região da Vila Betel. ....	116

<b>FIGURA 35</b> – Trecho do rio Mariazinha, em área preservada .....	123
<b>FIGURA 36</b> – À esquerda, passagem do rio Mariazinha cercado entre duas agroindústrias. .....	125
<b>FIGURA 37</b> - Mortandade de peixes no rio Mariazinha.....	126
<b>FIGURA 38</b> - Resíduos e efluentes despejados no rio Mariazinha.....	127
<b>FIGURA 39</b> - Esgoto a céu aberto, no centro urbano de Xinguara.....	131
<b>FIGURA 40</b> - Pecuária na região de Xinguara/PA. ....	133
<b>FIGURA 41</b> - Placa de boas-vindas ao município de Xinguara, reforçando a ideologia pautada na exaltação do "boi".....	136
<b>FIGURA 42</b> - Área particular de preservação de floresta nativa, no assentamento Vermelho e Preto. Xinguara/PA.....	140
<b>FIGURA 43</b> - Diversificação da produção, na região do rio Mariazinha. ....	147

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANA – Agência Nacional de Águas  
BASA – Banco da Amazônia Sociedade Anônima  
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FNO – Fundo Constitucional do Norte  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDESP – Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará  
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LO – Licença de Operação  
MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
PDU – Plano Diretor Urbano  
PIN - Programa de Integração Nacional  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRODES – Programa de Cálculo do Desenvolvimento da Amazônia  
PRONAF – Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar  
SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento  
SAF – Sistema Agroflorestal  
SAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado do Pará  
SANEATINS – Empresa de Saneamento do Estado do Tocantins Local  
SECTAM – Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará  
SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
SIMLAM – Sistema de Monitoramento e Licença Ambiental  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia  
UEPA – Universidade Estadual do Pará  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS .....</b>	<b>7</b>
1.1 As contribuições do estudo de Memória .....	12
1.2 As críticas às concepções capitalistas de Meio Ambiente.....	13
1.3 O uso do diário de campo .....	15
1.4 A contribuição da História Oral e a relação entre pesquisador e pesquisando.....	17
1.5 As contribuições da Filosofia do Relacionamento de Martin Buber.....	18
<b>2 A REGIÃO SUL DO PARÁ E O MUNICÍPIO DE XINGUARA – HISTÓRICO E REFLEXÕES INICIAIS.....</b>	<b>20</b>
2.1 Sul do Pará: Indígenas, religiosos e sertanejos.....	20
2.2 A colonização do Sul do Brasil rumo à Amazônia.....	27
2.3 Extrativismo e ocupação a partir do município de Conceição do Araguaia.....	28
2.4 Os Grandes Projetos e as mudanças no cenário regional a partir de 1950 .....	35
2.5 A questão das queimadas: um cenário de devastação .....	44
2.6 Região, fronteira e frente de expansão .....	45
2.6.1 As visões recentes sobre a região.....	47
2.7 O discurso do desenvolvimento “na pata do boi”.....	49
<b>3 A BACIA HIDROGRÁFICA TOCANTINS-ARAGUAIA.....</b>	<b>51</b>
3.1 O município de Xinguara/PA .....	54
3.2 A Guerrilha do Araguaia e suas repercussões .....	60
3.3 Xinguara: Um rápido olhar sobre a realidade social .....	65
3.4 A Ocupação do Baixo Araguaia .....	67
3.5 Garimpagem e degradação ambiental.....	70
3.6 As indústrias do setor agropecuário.....	75
3.7 A percepção dos moradores sobre o rio Mariazinha .....	77
3.8 Os afluentes e as condições ambientais .....	80
3.8.1 Córrego Fazenda Estrela ou Areia .....	80
3.8.2 Córrego do Piau .....	81
3.8.3 Ribeirão Caracol ou Prainha .....	82
3.8.4 Córrego do Centro ou da Baixada.....	83
3.8.5 Córrego das Chácaras .....	84
3.8.6 Nascente do Projeto Casulo .....	85

3.8.7 Nascente Ana Vieira .....	86
3.8.8 Nascente Córrego da Malvina.....	87
3.8.9 Nascente Córrego da Pedra .....	89
3.9 A ocupação da sub-bacia do Mariazinha .....	90
3.9.1 Os problemas ambientais .....	91
3.9.2 A questão da água .....	94
3.9.3 A situação atual da vegetação ciliar .....	97
3.9.4 Assoreamento dos solos e o comprometimento da rede hidrológica.....	101
3.9.5 Emissão de efluentes e resíduos sólidos .....	104
3.9.6 Construção de obras hidráulicas .....	105
3.9.7 A degradação ambiental no espaço urbano.....	106
<b>4 MEMÓRIA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: COMO O DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>LOCAL “NA PATA DO BOI” DESTRUIU UM BIOMA .....</b>	<b>109</b>
4.1 As trajetórias e a ocupação da terra .....	110
4.2 As transformações nas relações de trabalho e o modelo atual .....	117
4.3 As transformações no bioma local.....	119
4.4 Cruzamentos entre o passado e o presente .....	120
4.5 Poluição no Mariazinha: As marcas na paisagem local .....	123
4.6 Os impactos da pecuária .....	131
4.7 A ideologia “na pata do boi” e o presente em construção .....	133
4.8 As experiências de plantio diversificado e a resistência ao modelo de desenvolvimento local .....	141
4.9 O uso de agrotóxicos e os problemas ambientais atuais.....	147
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>149</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>158</b>

## APRESENTAÇÃO

No Sul do Pará, ouve-se muito a frase “*O progresso do sul do Pará se faz na pata do boi*”, mas poderia ser completada “*na exploração de trabalho escravo e na degradação do meio ambiente*”... (Frei Henri dês Roziers, padre dominicano ativista dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente).

Essa frase de Frei Henri chama a atenção para a necessidade de compreendermos as ações das quais se valeu o progresso na região Sul do Estado do Pará, a partir do desastroso processo de ocupação de suas terras responsável, entre outros, pela destruição ambiental ocorrida na região e intimamente ligada à qualidade de vida de seus moradores, impondo hoje grandes desafios para a viabilização de espaços economicamente sustentáveis no meio rural nos quais a população local tenha acesso a melhores condições de vida e trabalho.

A decisão por abordar, neste estudo, questões relacionadas à degradação ambiental é devida, sobretudo, às vivências sociais, históricas e ambientais empreendidas pelo autor desta pesquisa a partir de sua chegada e instalação na região Sul do Pará, no ano de 1986; experiências essas que lhe permitiram a observação desses fatores hodiernos enquanto um sujeito-participante, inscrito historicamente nesse espaço, motivos pelos quais se justifica a importância das reflexões que partem tanto de memórias em primeira pessoa quanto das memórias expressas oralmente por todos os outros sujeitos entrevistados que, através de seus relatos, expõem suas percepções sociais, históricas e ambientais sobre as terras que ocupam. Nesse contexto, a imensidão da floresta, as plantações de roças misturadas a enormes troncos carbonizados, os “cemitérios” de castanheiras às margens das rodovias, os tropeiros tocando as boiadas pelas estradas e, com muita evidência, a bela paisagem regional e a beleza das praias do rio Araguaia foram marcas que estão retidas na memória deste pesquisador, também um sujeito que se soma à população local da região, lembranças jamais passíveis de esquecimento. Para além desse cenário, significativos também para a história regional, são as intensas disputas pela terra, os atos públicos pela reforma agrária, a prática da “pistolagem”, os relatos de trabalho escravo nas fazendas, as chacinas e muita degradação ambiental: florestas devastadas, grandes queimadas, a movimentação de garimpeiros e os rebanhos de gado, muito gado.

Movido em partes pelos conflitos observados entre as lembranças detidas dessa região e sua condição atual, este trabalho surgiu também da intenção em compreender as tensões sociais, ambientais e, sobretudo, a maneira como os moradores da região constroem suas memórias individual e coletivamente, assim como seus espaços de luta e resistência pela

sobrevivência em um pedaço de terra já conquistado e ainda hoje alvo de tensões sociais pela ocupação do espaço e uso inadequado da água e do solo.

Apesar de todas as adversidades e da força do Capital que insiste em impor às comunidades locais a ideologia de progresso e desenvolvimento pautada na “pata do boi”, os moradores da sub-bacia do rio Mariazinha, no município de Xinguara, vêm construindo suas histórias e suas formas de enfrentamento ao modelo dominante.

Nesta exposição, daremos prioridade, então, ao estudo socioambiental, da degradação e memória dos moradores de Xinguara/PA, o qual se justifica pelo fato de não se ter conhecimento suficiente sobre essa temática, devido a esse tema ser ainda pouco abordado na região.

A necessidade do recorte para esta pesquisa ter-se determinado em torno da sub-bacia do rio Mariazinha foi concretizada tomando, como critérios, as estratégias de intervenção utilizadas na propriedade e o surgimento dos problemas ambientais que impactaram profundamente a realidade local; de modo que compreendemos tal recorte dentro da metodologia necessária para o fornecimento de uma amostra para uma melhor apreensão da memória socioambiental dos moradores acerca dos problemas ambientais.

Como a região delimitada é de ocupação recente (cerca de 35 anos) e os moradores ainda são residentes no local, consideramos esse recorte pertinente ainda diante da possibilidade de poder entrevistá-los e, posteriormente, analisar suas narrativas memorialísticas para atender ao intento de reconstrução inicial da história local.

## **Metodologia utilizada**

Dado o nosso enfoque, a sub-bacia do rio Mariazinha, na cidade de Xinguara, região sul do Pará que integra a região Amazônica, convém caracterizarmos brevemente o município. Xinguara tem sua fundação datada em meados da década de 1970, quando foram instaladas indústrias madeireiras e projetos agropecuários na região sempre marcada por intensas disputas e conflitos pela posse e uso da terra em um cenário de migração de milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida.

Com uma população de aproximadamente 42.000 mil habitantes, o município possui dezenas de assentamentos rurais, resultantes das intensas lutas e processos de conquista da terra. Conta, mais recentemente, com instalações de indústrias frigoríficas, de curtume e laticínios que constituem motivo de preocupação ambiental, embora sejam elas a base da

sustentação econômica da cidade ao gerarem empregos para atender à demanda de outras regiões do Brasil e de outros países pelo seu principal produto, a carne bovina.

Definida a área de nosso estudo como correspondendo à sub-bacia do rio Mariazinha, compreendido desde suas nascentes à confluência com o rio Marião, verificamos que esse espaço geográfico sofre a intervenção de diversos fatores sociais e econômicos como a localização de cidades nas cabeceiras do rio e as instalações de indústrias agropecuárias (frigorífico, curtume e laticínios); estes, direta ou indiretamente, influenciam na alteração dos ecossistemas locais e na qualidade de vida das populações, de modo que a pouca clareza e o pouco entendimento que se tem das condições dessa degradação nos conduziram a essa investigação.

### **Levantamento de dados secundários**

Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico das informações já existentes sobre a região Sul do Pará, sobre a área de estudo e sobre o tema principal ao qual este estudo se propõe. Esses dados foram obtidos de forma secundária por meio da análise de documentos junto a órgãos como o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Empresa de Saneamento do Estado do Tocantins (SANEATINS), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Agência Nacional de Águas (ANA), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM).

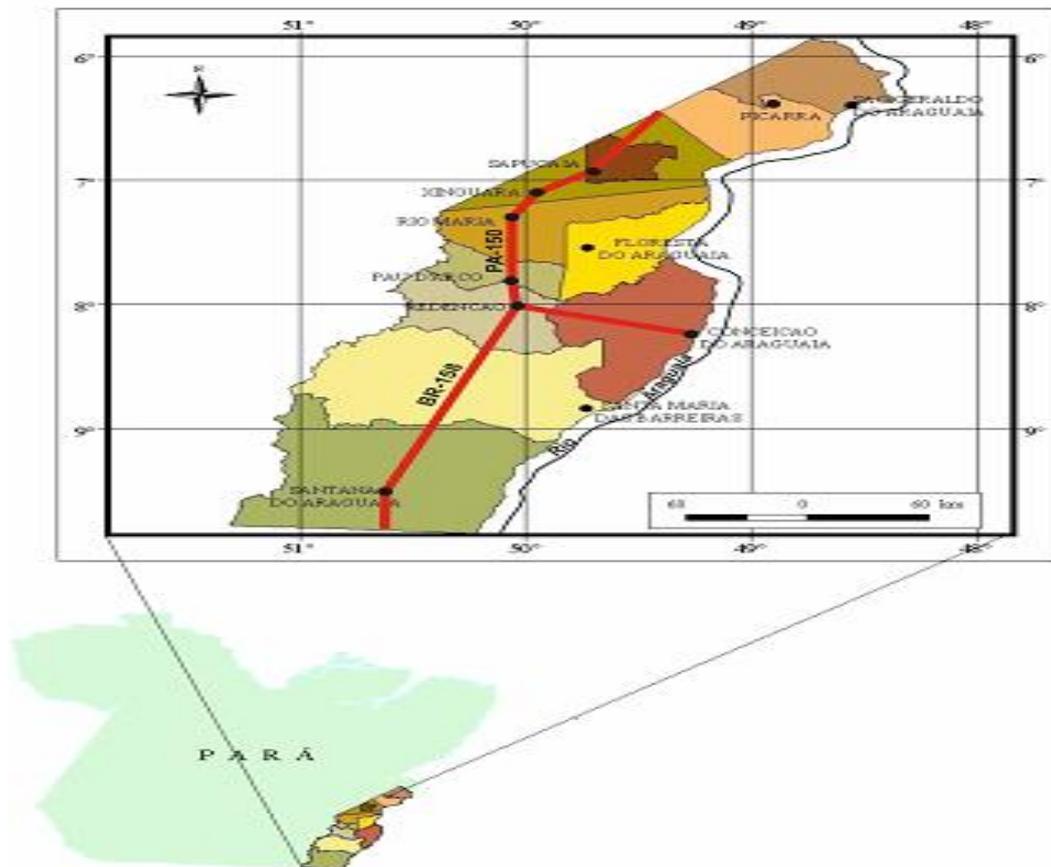
Os textos teóricos sobre História Oral e Fontes Orais de pesquisa, tais como Menezes (2010), Whitaker (2006), Carvalho e Tozoni-Reis (2009) e Parolin e Bellini (2010), foram expressivos para se pensar sobre a dinâmica que envolve o tratamento das fontes orais tendo em vista que tais fontes foram construídas na presença do pesquisador durante suas atividades de pesquisa em campo compostas, por um lado, pela realização dessas entrevistas.

Para o estudo da história da região e da memória socioambiental dos moradores foram adotados conceitos ancorados em autores como Velho (1976), Martins (1985), Becker (2004), Marx e Engels (1989), Whitaker (2002; 2006; 2010), Menezes (2010) Carvalho e Tozoni-Reis (2009), Parolin e Bellini (2010), entre outros autores.

Convém ressaltarmos ainda que as narrativas orais são parte significativa desta pesquisa e valem-se das bases encontradas em trabalhos teóricos que abordam as discussões

sobre a memória e a oralidade de maneira imperiosa, já que o processo de reflexão sobre as fontes orais inicia-se muito antes da análise das transcrições das entrevistas.

As denominações geográficas, mapas e fotografias utilizados como referência e citados ao longo do texto têm origem no banco de dados de órgãos oficiais do país como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as instituições de formação acadêmica e o acervo fotográfico do autor da pesquisa constituído durante o período de colhimento das entrevistas com seus percursos pela região registrados em Diário de Campo.



**FIGURA 1** - Mapa de recorte geográfico da Região Sul do Estado do Pará.  
Fonte: FEITOSA, T. C, 2003.

### **Entrevistas Históricas e uso do diário de campo**

Considerando os pressupostos teórico-metodológicos que envolvem uma pesquisa sobre Percepção e Memória Ambientais, convidamos vinte e três moradores (Anexo I) utilizando como critério o reconhecimento social destes quanto ao conhecimento complexo que possuem sobre a região, o engajamento nos movimentos sociais, lideranças atuantes, participantes de lutas contra as agroindústrias poluidoras. Entre os convidados, encontram-se,

então, uma maioria que conviveu com as variadas experiências nos movimentos sociais de luta pela reforma agrária da região, mostrando-se sujeitos históricos imersos nas transformações sociais e ambientais na paisagem durante o processo de desenvolvimento local. Outro critério adotado, conseqüentemente, foi o fato de a maioria dos entrevistados perceberem alternativas além do modelo de desenvolvimento que priorizou a pecuária como atividade econômica. Foram entrevistados, assim, moradores urbanos e rurais dispostos no trecho que se estende das nascentes à confluência com o rio Marião, sendo-lhes explicado e detalhado os objetivos do trabalho.

Constituíram também documentos relevantes às diversas anotações registradas em Diário de Campo, ferramenta que se configurou como um instrumento precioso para o empreendimento de investigações, descobertas e reflexões que se sucederam; uma vez adotados tais procedimentos, deu-se a efetuação das análises e a interpretação de seus conteúdos.

### **Sistematização e análise das entrevistas**

Assim, esse empreendimento mostra-se desafiador por si só ao elucidar uma região da Amazônia por meio do foco na degradação socioambiental apreendida, por sua vez, a partir da Percepção e da Memória de um grupo de moradores fixados em uma região que apresenta elevados índices de depredação ambiental, exploração de trabalho e desrespeito à legislação ambiental. Uma vez definidos os atores que participaram das entrevistas, enquanto sujeitos que são fonte oral de saberes, o presente trabalho organiza-se de modo que, no **primeiro capítulo**, apresentamos as várias concepções e problematizações sobre os estudos teóricos e metodológicos acerca da Ideologia, da História Social da região e da Percepção e Memória Ambientais dos sujeitos entrevistados.

Nesse sentido, vários autores nos alertam sobre os riscos do preconceito social no estudo de personagens e grupos esquecidos pela memória social brasileira. Ancorados em Menezes (2010) e Whitaker (2006), promovemos ainda uma discussão acerca das várias construções teóricas no estudo sobre a História Oral e a Memória Social mostrando, sobretudo, o uso adequado da metodologia para o estabelecimento da relação pesquisador-pesquisando.

**O segundo capítulo**, por sua vez, busca trazer à luz a História Social e Ambiental da fronteira na região Sul do Pará através da discussão teórica sobre o processo de apropriação capitalista das riquezas da Amazônia com base em autores nacionais e regionais como Audrin

(1946, 1963), Loureiro (1992), Ianni (1978), Silva (1959), Becker (1997, 2009), Figueira (1986, 2004), entre outros. O foco do debate são a História, a Percepção e a Memória Ambientais dos moradores a partir dos impactos ao meio ambiente provocados pelos grandes projetos de desenvolvimento local inseridos nos contextos histórico, social e econômico deflagrados na região entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX e que influenciaram as transformações sociais e econômicas no território sul paraense.

No **terceiro capítulo**, consolidam-se as discussões acerca da Percepção e da Memória ambientais dos moradores ocupantes da região da sub-bacia do rio Mariazinha, onde se resalta a problemática ambiental local enfrentada por um grupo de moradores, a partir da poluição advinda das atividades de indústrias agropecuárias apreendidas, por seu turno, à luz da teoria de Marx e Engels (1989) sobre as estratégias capitalistas de apropriação das riquezas naturais pautada na interpretação socioambiental do ponto de vista da Ideologia.

No **último capítulo**, voltaremos nossa atenção à região que passa a inserir-se no contexto de integração nacional e internacional do modelo capitalista, sem que percamos de vista o fato desse modelo de desenvolvimento ter sido patrocinado pelo Estado Brasileiro sob a égide dos Governos Militares.

Por fim, o tema desta pesquisa foi, portanto, estudar e problematizar os impactos socioambientais provocados no rio Mariazinha, localizado no município de Xinguara/PA, do ponto de vista da ideologia do progresso e do desenvolvimento regional, registrando e interpretando a memória socioambiental dos moradores mais antigos sobre as transformações ocorridas em sua região a partir, sobretudo, do processo de desenvolvimento local, buscando apreender a percepção que detém sobre tais transformações, à luz do conceito de ideologia de Marx e Engels que permeia, inconscientemente, a compreensão desses atores.

Convém ressaltar ainda que, devido às elites locais terem adotado como modelo de desenvolvimento a *pecuária extensiva*, torna-se imperioso compreendermos como esses entrevistados interpretam as estratégias de desenvolvimento local a partir de sua memória social e ambiental? De que forma a ideologia atua no espaço da pesquisa? Como as populações da sub-bacia do rio Mariazinha dos meios urbano e rural de Xinguara/PA percebem a degradação ambiental provocada, principalmente, pelo processo de ocupação desordenado de sua região? Perguntas que esperamos responder com criticidade e empenho, por meio das atividades de pesquisa a que nos propusemos.

## 1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Segundo Marx e Engels (1989), a *ideologia* expressa um conjunto de ideias dominantes existentes na sociedade capitalista e está presente em todas as ações e compreensões do real empreendidas pela maioria das camadas da população. Em outras palavras, a ideologia fundamenta-se em proposições elaboradas na sociedade capitalista e têm por finalidade ocultar e/ou escamotear os interesses da classe dominante, transformando-os em interesses que passam a ser tidos como coletivos. Segundo esses autores,

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que ela seja submetida, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam. Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (p. 78).

Para esses autores, de maneira geral, a ideologia atua com a finalidade de criar uma *falsa consciência* na sociedade que dificulta, por seu turno, as transformações radicais de que necessita para promover a distribuição igualitária das riquezas produzidas pelo homem. Assim, tais transformações dependeriam então da superação da ideologia capitalista operada a partir da tomada de consciência por toda a sociedade. E essa tomada de consciência, segundo os autores, permitiria emergir para a tomada de poder e, conseqüentemente, contribuir na construção de uma sociedade sem relações de exploração do homem pelo homem, proporcionando a distribuição das riquezas produzidas e gerando, assim, igualdade e melhores condições de vida a todos.

Ao se pronunciar sobre a questão, Whitaker (2010, p. 12-3) argumenta que a ideologia exercida pela classe dominante desempenha um papel crucial na sociedade, visando a “impedir a tomada de consciência que derrubaria barreiras e colocaria reivindicações indesejáveis para as classes dominantes”. Nesse sentido, a ideologia encontra-se presente em

toda a compreensão do real sendo os meios de comunicação que se encarregam de *desinventar* vários momentos históricos da memória social, dos mitos e das tradições presentes na sociedade.

Marx e Engels (1989) argumentam, por sua vez, que os interesses comuns se constroem encarnados no Estado autônomo e separado dos interesses particulares e coletivos, onde o Estado se impõe na condição de comunidade dos homens, como representante legítimo e igualitário de todos. Essa comunidade, no entanto, é ilusória, pois o Estado está sempre vinculado à classe dominante e constitui o seu órgão de dominação observável por debaixo das aparências ideológicas de que necessariamente se cobre e faz uso. Para a concepção marxista (materialismo dialético) não é o Estado, então, que cria a sociedade civil, mas a sociedade civil que cria o Estado sendo ela o verdadeiro lar e o cenário legítimo da História.

Ainda de acordo com esses autores, assim como o Estado é o espaço da classe dominante, “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época” (p. 78) de modo que a classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante, embora as amarras das ideias dominantes com a classe dominante se obscureçam. Isso porque as ideias dominantes parecem ter validade para toda a sociedade, isto é, também para as classes dominadas, sendo responsáveis pela ilusão histórica de que cada época da vida social resulta não de determinados interesses materiais de uma classe específica (dominante), mas de ideias coletivas como as de Liberdade e Igualdade na sociedade burguesa estratificada.

Nessa perspectiva, os países capitalistas dominantes utilizaram-se da ideologia, dos mitos e das tradições para reforçar sua dominação sobre outros povos e nações. No caso brasileiro, durante séculos, os movimentos de resistência de vários segmentos sociais tentaram romper com o sistema imposto pelas classes dominantes tais como o fizeram os levantes de Palmares liderados por Zumbi, a Cabanagem no Pará e outros tantos movimentos que compõem a memória social de nosso país (WHITAKER, 2010).

Ainda segundo Whitaker (2010), ao relegar os levantes de nossa história ao esquecimento, criamos ainda mais dificuldades na construção de nossa identidade social. Assim, a compreensão dos sujeitos históricos “vista de baixo”, ou seja, do ponto de vista dos que foram/são oprimidos, torna-se imprescindível para que resgatemos suas histórias locais forçosamente esquecidas pelo sistema econômico capitalista juntamente àquilo que a História oficial se encarregou de excluir de nossos livros.

Atualmente, o debate sobre a memória dos esquecidos pela história oficial brasileira está em evidência. No ensaio *A desinvenção da tradição: esquecimento e memória na história*

*do Brasil*, Whitaker (2010, p. 48-67) discute a necessidade de se resgatar a memória social dos oprimidos que a história oficial vem negando constantemente em seus registros.

Outros autores têm-se preocupado com essas questões. Carvalho e Tozoni-Reis (2009), por exemplo, esclarecem que é extremamente relevante a valorização do estudo de memória, objetivando buscarmos compreender melhor as modificações nos ambientes socioambientais nas pesquisas no Brasil, uma vez que

[...] a escassez de fontes que relatam a história desses sujeitos sociais tem levado muitos estudiosos a buscar fontes alternativas aos tradicionais documentos históricos. Assim, pudemos perceber como a memória pode ser interessante fonte de investigação das modificações socioambientais que buscamos compreender. (CARVALHO; TOZONI-REIS, 2009, p. 112-3).

Por outro lado, Whitaker (2002) argumenta que, embora a metodologia de história oral exija recortes na realidade e intensa capacidade crítica de análise e de profundidade das falas, ela nos presenteia com a riqueza de detalhes sobre os sentimentos e as percepções das várias realidades vivenciadas pelos sujeitos pesquisados.

Em um estudo sobre a monocultura da cana-de-açúcar, em Araraquara/SP, Whitaker (2006) argumenta que a implantação provocou alterações significativas na estruturação das propriedades em função, principalmente, das mudanças nas práticas de produção, no uso do solo, e da alteração nas atividades produtivas e nas relações sociais e culturais das populações. O resultado, com suas consequências sociais e ambientais, foi um legado de práticas insustentáveis do ponto de vista ambiental e cultural em detrimento do rompimento de sistemas econômicos menos danosos como os empreendidos pelas culturas tradicionais.

Outro autor que colabora profundamente com essa questão, Torres (2011) menciona, em seu estudo sobre um banco de sementes nos roçados da Amazônia, a existência de um contraponto entre a agricultura capitalista e o modo de produção camponês.

Ao descrever a decadência do mercado da borracha na Amazônia, o autor expõe a realidade dos trabalhadores dos seringais que enfrentaram dificuldades de sobrevivência e tiveram que escolher entre voltar para seus Estados de origem ou procurar novas formas de sustentação econômica. O caminho encontrado pela maioria deles foi o cultivo de pequenas roças consorciadas com a floresta, de modo que foi na agricultura de subsistência e nas formas de organização, por meio de núcleos familiares, e através de forte solidificação de relações vicinais, que obtiveram a garantia de permanecer nas terras que então ocupavam.

De acordo com Torres (2011), a convivência nas matas e com os povos indígenas de vastas tradições culturais e ecológicas milenares fizeram com que os camponeses adquirissem

um aprendizado sobre o rio, a floresta, as plantas medicinais, os ciclos ecológicos, e outros conhecimentos vitais para garantia da sustentabilidade social e econômica.

No estudo de Torres (2011), percebemos, então, que os pequenos agricultores remanescentes dos seringais interagiram com o ambiente e encontraram nele a sobrevivência, passando a se dedicar ao plantio consorciado de lavouras onde cultivavam mandioca, amendoim e milho, além de frutas como manga e melancia. No decorrer dos anos, suas práticas permitiram a adequação das condições dos solos devido, sobretudo à umidade, o que, de acordo com o autor, evidencia que esse processo não é recente e vem ocorrendo há séculos, encontrando-se já em completa interação, o que colabora “para mostrar o corrosivo do discurso que busca caracterizar como ‘atrasado’ esse modo de ocupação e trabalho” (TORRES, 2011, p. 119).

Dentre essas atividades agrícolas, a de maior destaque é o cultivo da mandioca (*Monihot esculenta*), comum na grande maioria das pequenas propriedades da Amazônia e praticado no sistema de agricultura conhecido como “corte-e-queima”. O processo constitui-se na abertura de uma clareira, na mata, onde se atea fogo, para que os nutrientes das plantas sejam incorporados ao solo que se torna, então, próprio para o plantio por alguns anos.

Ainda de acordo com esse autor, com a penetração das empresas de sementes modificadas geneticamente, ocorreu a desqualificação do saber tradicional para a sua apropriação, desde a sabedoria adquirida na seleção natural de plantas e sementes, pela agricultura capitalista. Isso provocou mudanças desastrosas do ponto de vista ambiental e econômico, uma vez que os frutos de longuíssimas seleções efetuadas pela Natureza e pelo Homem foram e são substituídos pelas sementes produzidas em laboratórios de biotecnologia do “primeiro mundo”.

Segundo Leff (2001 apud TORRES, 2011), o monopólio das sementes praticado por grandes empresas multinacionais põe em risco a biodiversidade e compromete a sustentabilidade econômica de camponeses, uma vez que estes perdem o contato com as sementes, sendo obrigados a submeterem-se ao mercado de produtos e sementes modificadas geneticamente e “estéreis”, ou seja, que não se reproduzem naturalmente, provocando completa dependência do mercado com sérios riscos de encerrar o ciclo de reprodução natural visto que

O regime de propriedade intelectual promove a apropriação do saber e do conhecimento e, assim, constrói-se uma realidade que “extermina do campo ontológico a produtividade da vida na qual os fisiocratas fundaram uma economia e os povos sua fonte de subsistência, para recodificar e integrar a ordem da vida

dentro da cadeia produtiva e da racionalidade econômica que domina o mundo globalizado” (LEFF, apud TORRES, 2011, p. 131).

Assim, o que ocorre na Amazônia é o mesmo que vem ocorrendo em várias partes do Brasil e do mundo, onde a submissão dos agricultores à dependência do mercado de sementes tem-se tornado cada vez mais imperativa à revelia das práticas tradicionais. Isso já é observado em regiões onde é possível percebermos

[...] como (em plano que extrapola a área de estudo) relegam-se a segurança alimentar e o controle da biodiversidade ao sistema de patentes e ao mercado encarregado de regular os processos de “tecnologização da vida”. Não só camponeses, povos da floresta e pequenos agricultores, mas o povo de forma geral torna-se refém das poucas megacorporações de controle genético (id. *ibid.*).

Em suma, o que está ocorrendo com as populações tradicionais é a completa descaracterização de suas formas de produção, de sua cultura. A agricultura capitalista moderna vem ocupando cada vez mais espaço no cenário agrário brasileiro, comprometendo sobremaneira as formas de produção tradicionais como a descrita por Torres (2011).

No caso da cana, em Araraquara/SP, segundo Whitaker (2006), as consequências do fenômeno econômico conhecido como *plantation* (sistema de produção agrícola baseado na monocultura) vêm dando origem a uma nova personagem que precisa ser mais bem estudada: um homem agora desarticulado do seu meio, que não é urbano, porque possui características e tradições culturais ligadas ao meio rural, mas que ao mesmo tempo tampouco é rural, pois perdeu suas propriedades e seu vínculo com a terra. A perda da diversidade, seja ela cultural ou ecológica, no interior paulista, serve de reflexão para os estudos de outras regiões do Brasil.

Essa realidade é muito semelhante com a abordagem da autora, ao apontar que as consequências ecológicas e sociais causadas pela perda da diversidade nos colocam sob o risco do desaparecimento de várias espécies de plantas e sementes que antes eram utilizadas por populações tradicionais para garantir sua sobrevivência.

Whitaker (2006) afirma ainda que, no decorrer dos tempos essas práticas foram desaparecendo, dando lugar a apenas algumas espécies consideradas padrões para as culturas modernas em uma espécie de homogeneização de plantações. Com isso, a tendência é também desaparecerem várias espécies responsáveis não só pelo equilíbrio, mas também pela manutenção de nossos ecossistemas.

A constatação da perda da biodiversidade também pode ser observada na região Sul do Pará, onde os rios e córregos com grande diversidade de plantas e animais vêm sendo

drasticamente afetados pela devastação das matas ciliares e poluições diversas. Os peixes que se alimentam de frutos estão desaparecendo desses locais da região a exemplo do que ocorre nos rios Mariazinha, Água Fria e Caracol, devido, sobretudo, à retirada indiscriminada da cobertura vegetal de suas margens.

A autora expõe-nos, ainda, como a experiência em termos socioambientais na Amazônia é rica, podendo ser observada através das formas tradicionais de sobrevivência das populações ribeirinhas, por si só bastante enriquecedoras porque nos mostram as estratégias e alternativas de sobrevivência na floresta através da prática do extrativismo, nos igarapés ou mesmo às margens dos grandes rios. Nessas áreas, onde as populações praticam também pequenos plantios em terras úmidas conhecidas como “plantações de várzeas”, dá-se uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental e econômico (op. cit.).

Os habitantes ribeirinhos da Amazônia vivem, assim, em empatia com o meio ambiente, de modo que suas contribuições tornam-se fundamentais na preservação dos ecossistemas locais. Este conhecimento caboclo, popular e ribeirinho é fundamental para os estudos sobre o Meio Ambiente, uma vez que esses povos detêm, há séculos, um saber popular que pode contribuir significativamente para a preservação do bioma amazônico. Nesse sentido, a homogeneização das culturas industrializadas através, por exemplo, do uso de sementes selecionadas, coloca em risco a diversidade e as tradições culturais, podendo afetar a sobrevivência de gerações futuras.

As possíveis alternativas apontadas conduzem-nos à percepção de que é necessária a promoção de uma política ambiental para o Brasil que considere os conhecimentos das populações tradicionais de pequenos agricultores ribeirinhos a outros povos. Segundo Whitaker (2002), atualmente há trabalhos alternativos que apontam para uma agricultura menos impactante ao meio ambiente a partir de experiências conhecidas como a agroecologia e caracterizadas pelo plantio consorciado de variedades de plantas como o açaí, castanha-do-pará, cupuaçu, banana e mandioca no caso da Amazônia.

### **1.1As contribuições do estudo de Memória**

Afinal, o que é o homem dentro da natureza? Nada em relação ao infinito; tudo em relação ao nada; um ponto intermediário entre tudo e nada. Infinitamente incapaz de compreender os extremos, tanto o fim das coisas como o seu princípio permanecem ocultos num segredo impenetrável, e é-lhe igualmente impossível ver o nada de onde saiu e o infinito que o envolve (PASCAL, 1988, p. 52).

Parolin e Bellini (2010) argumentam que, em estudos de Memória Social e Ambiental, podemos capturar apenas uma abundância de imagens e cores representativas de algumas poucas frações, retalhos ou distorções que se descortinam diante de nossos olhos ante a impossibilidade de recompor um determinado passado por inteiro.

Segundo essas autoras, apesar das dificuldades de se trabalhar com fontes orais, o estudo de memória tem-se constituído em um importante meio para a recuperação do que vários autores denominam de “história vista de baixo”. Essa concepção metodológica é reforçada por vários outros autores e nos permite reconstruir a história de determinado grupo social,

[...] uma história que abarque os conflitos e a vida de pessoas até então excluídas dos grandes compêndios de História. É nesse sentido que ao pensarmos na memória como um instrumento para resgatar as relações entre homens e natureza, a dimensão do esquecimento pode nos revelar o nível de exclusão da natureza pelo homem. (PAROLIN; BELLINI, 2010, p. 139).

Atualmente, os estudos de memória têm sido tratados por várias correntes de pensamento entre historiadores, sociólogos, antropólogos e geógrafos. Esse conhecimento é importante e necessário para compreendermos melhor a reconstituição dos acontecimentos, sendo a memória, nesse sentido, a recuperação e a reconstrução do passado.

No ensaio anteriormente citado, *A desinvenção da tradição: esquecimento e memória na história oral*, Whitaker (2010, p. 47-67) argumenta que esquecer a história social brasileira é negar a sua própria existência, uma vez que a memória social é compreendida como a perda de contato com os grupos sociais. Em outras palavras, quando se nega a possibilidade de reconstruir a história de grupos sociais, ocorre o desaparecimento da memória coletiva, o que é denominado pela autora como *esquecimento*.

## **1.2 As críticas às concepções capitalistas de Meio Ambiente**

De acordo com Harribey (2001), ao findar o século XX, nosso planeta vem presenciando uma crise social e ambiental sem precedentes: o modelo econômico capitalista predominante, caracterizado historicamente por intensa desigualdade social e concentração de riquezas, apresenta, neste começo de século, sua consolidação e seu domínio, tendo como consequências um legado de destruição ambiental e humana.

Ainda segundo esse autor, esse desastre social e ambiental provocado pelo sistema capitalista atingiu também os países considerados ricos, de modo que, somente nos Estados Unidos, 34,5 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza. Por outro lado, os países europeus contam com 34 milhões de pessoas que sofrem de fome e cerca de 30 milhões de desempregados. Dessa forma, de acordo com o autor, o modelo econômico capitalista conseguiu produzir pelo menos duas degradações simultâneas, quais sejam:

[...] a primeira é de ordem social, pois, apesar de um crescimento considerável das riquezas produzidas, a pobreza e a miséria não recuam no mundo: 1,3 milhão de seres humanos dispõem do equivalente a menos de um dólar por dia, outros tantos não têm acesso à água potável e aos cuidados mais elementares, 850 milhões são analfabetos, 800 milhões são subalimentados, pelo menos 100 milhões de crianças são exploradas no trabalho e durante os quatro últimos decênios as desigualdades entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos em vez de 1 para 30 são agora de 1 para 80. A segunda degradação importante diz respeito à natureza e aos ecossistemas gravemente atingidos ou ameaçados pelo esgotamento de certos recursos não renováveis e por poluições de toda a espécie. Além disso, a maior parte das opiniões científicas converge no alarme quanto ao risco de aquecimento climático ligado às emissões de gás com efeito de estufa (HARRIBEY, 2001, p. 183).

De acordo com o autor, a origem da crise ecológica que o mundo vem enfrentando é resultado do modelo capitalista de desenvolvimento. A ideologia de que crescimento é sinônimo de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida – quanto maior o crescimento, conseqüentemente maior é o consumo –, sustentada no princípio por vários defensores desse modelo, não tem se concretizado na prática e, pelo contrário, a desigualdade e a concentração de renda continuam crescendo em todo o mundo capitalista.

Outro autor que trabalha essa questão, Folladori (1999) reforça essa concepção, ao afirmar que a demanda ambiental não se torna sustentável em uma economia capitalista. Seu pensamento contrapõe-se à maioria das concepções capitalistas das últimas décadas nas quais teóricos ligados à economia capitalista reforçam o argumento de que a teoria de Karl Marx não corresponderia mais à realidade da sociedade moderna, pelo fato de aquela não aprofundar-se nos estudos das questões ambientais recentes, pois o estudo do marxismo é “ultrapassado” para compreender as questões ambientais que afetam a humanidade na atualidade.

Entretanto, fazemos uso da teoria de Marx com o objetivo duplo de elucidarmos que não apenas ela se apresenta como uma via para a reflexão sobre os problemas ambientais atuais, como se mostra uma teoria eficaz para compreendermos os impactos nos meios de produção locais com o advento das grandes indústrias agropecuárias.

### 1.3 O uso do diário de campo

No artigo *O diário de campo e a memória do pesquisador*, Lopes et al. (2002, p.131-4) mencionam a necessidade e o esforço que se deve ter na descrição dos dados da pesquisa, a partir das contribuições teóricas etnográficas de Geertz (1978). Em outras palavras, argumentam que a utilização dos dados do diário de campo não possui uma metodologia específica para a sua apropriação e que tais dados também não são homogêneos, uma vez que cada pesquisador utiliza diferentes estratégias na confecção e no registro dos dados que advêm de suas observações.

Esse instrumento de observação, no entanto, tem-se destacado de maneira eficiente no registro e na coleta de dados, mostrando-nos o quanto essa técnica vem contribuindo para a reflexão, com destaque para uma profundidade nos estudos da realidade de moradores de áreas rurais:

[...] O movimento de compreensão da realidade através do Diário de Campo não se esgota na relação de complemento, triangulação e explicação dos dados. Avança em direção ao movimento dialético entre um olhar mais aprofundado e o olhar atento do pesquisador sobre a realidade. Passa pela questão da relação intersubjetiva entre o pesquisador e os sujeitos da realidade pesquisada. E por fim, culmina auxiliando a realização do processo interpretativo (ou análise) do pesquisador (LOPES et al., 2002, p. 134).

Outro instrumento que tem se mostrado eficiente no estudo de realidades rurais tem sido os estudos de histórias de vida. Na concepção de Whitaker (2002), essa técnica utilizada como instrumento metodológico tem-se mostrado eficiente no estudo de espaços rurais, uma vez que não existe a necessidade de interferência ou direcionamento por parte do entrevistador/pesquisador. No entanto, a autora alerta para a necessidade de se conduzir a entrevista de maneira atenta e sutil, direcionando para um lado ou outro sem passar para o entrevistando a ideia de desinteresse pelo seu relato, sem desestimular a continuidade de sua narração autobiográfica.

No ensaio denominado *A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?* (WHITAKER et al., 2002, p. 115-20), as autoras nos chamam a atenção para a importância da transcrição da fala e para a maneira como o pesquisador deve proceder de forma que respeite o entrevistado, além da importância da fidelidade para a qual devemos atentar com relação ao discurso e à transcrição das entrevistas. Segundo os autores, deve-se,

necessariamente, registrar inclusive os desvios que julgemos pertencentes a variantes linguísticas de menor prestígio e distintas do entrevistador/pesquisador evitando, assim, possíveis distorções.

Além disso, o ensaio também nos desperta para os cuidados que se deve ter com as “armadilhas” da transcrição de falas que podem, sem percebermos, dar novas conotações aos verdadeiros significados narrados pelo entrevistando. É de fundamental importância, portanto, ter o cuidado para não nos deixarmos contagiar pelo discurso ideológico do preconceito de classe, grupo social ou étnico, bem como juízos de valor de qualquer natureza.

Outro fator relevante a ser considerado é o envolvimento de pessoas alheias ao tema, pois a transcrição

[...] deve ser feita por pessoa que a colheu, ou por um pesquisador do mesmo grupo e que, portanto, compartilha das mesmas preocupações, ainda que a partir de diferentes enfoques. Esta medida evita que os dados sejam desvirtuados de sua proposta inicial e é necessária para que não se incorra em erros de ordem interpretativa. Afinal, o rigor com os dados científicos não deve ser esquecido e os dados de uma entrevista são os dados de um pesquisador. (WHITAKER et al., 2002, p. 119-120).

Além de todos os alertas já mencionados, as autoras ainda nos falam sobre a importância da produção de textos científicos, ou seja, a tarefa de dissertar a partir dos dados do diário de campo coletados. Segundo elas, os diários de campo são fundamentais na construção de estudos científicos, pois dão ênfase à visão poliocular da realidade e à construção de novos paradigmas.

Concluem suas exposições teóricas alertando para a vigilância que se deve ter quanto aos objetivos planejados na pesquisa, visto que precisamos tomar cuidado no trato com os sujeitos, objetivando não nos deixarmos contagiar pela visão urbanocêntrica presente no pensamento científico em geral.

Muitas vezes, os pesquisadores preferem anotar os seus dados durante as visitas a campo, enquanto outros se utilizam da memorização para lançar suas anotações em momento posterior às visitas; de qualquer maneira, os diários de campo são muito pessoais e carregam informações que somente o seu proprietário é capaz de entender e interpretar, tais como suas anotações, rascunhos, símbolos, desenhos e mapas.

## 1.4 A contribuição da História Oral e a relação entre pesquisador e pesquisando

Para Menezes (2010), a construção da História Oral através do uso de metodologias envolvendo pesquisador e pesquisando no estudo sobre a Memória Social de indivíduos e grupos prescreve certos cuidados que se deve ter no trato das entrevistas quando se leva em conta apenas o aspecto metodológico, pois

Como cada entrevista é um encontro entre pesquisador(a) e entrevistado(a) entendemos que o roteiro da entrevista não deve ser uma sequência de perguntas de modo a “aprisionar” o diálogo, mas deve atuar como um guia flexível, que oriente a entrevista, mas também incorpore questões, percepções e temas não previstos. (op.cit., p. 20-1).

O roteiro da pesquisa deve, portanto, ser considerado como um guia que nos orienta sem nos aprisionar. Vários autores, entre eles Bourdieu (1999) e Thompson (2000), defendem que é fundamental uma postura de vigilância, para que o entrevistado possa narrar suas experiências:

Como nos ensina Bourdieu, é importante uma postura de vigilância epistemológica que permita ao entrevistado narrar suas experiências, sua história de vida e evite, na medida do possível, interferências do entrevistador. Esse procedimento tem-se revelado adequado na metodologia da história oral, pois relatos sobre fatos, percepções e, muitas vezes, recursos de linguagem como repetições, pausas, silêncios, tempos de verbo que, em um primeiro momento, parecem deslocados quanto aos objetivos da pesquisa podem revelar, no trabalho interpretativo, conexões com experiências, sentimentos e acontecimentos significativos na vida dos narradores. (MENEZES, 2010, p. 21).

De acordo com a autora, a partir da contribuição do pensamento de Geertz (1997) e seus estudos de Etnografia, as interpretações sobre a realidade pesquisada são interpretações de segunda ou terceira mão, uma vez que a primeira mão fica com o sujeito pesquisado, existindo, ainda, a necessidade de se fazer constantes aprendizados metodológicos para melhor compreender os desafios da arte de ouvir considerando que “[...] o respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições sobre a experiência com o trabalho de campo na história oral” (PORTELLI, 1997 apud MENEZES, 2010, p. 17).

Ao entrevistar pessoas, estamos, portanto, lidando com seres humanos dotados de conhecimentos histórico-culturais, de valores e sentimentos que se fazem presentes em seu diálogo. Apesar de toda a aproximação que podemos ter com o nosso entrevistado, ele sempre observará as pessoas fora de seu mundo como *estranhas* ao seu modo de vida, daí porque a

entrevista é geralmente um momento de tensão e expectativas, o que torna o ambiente rico, aumentando a experiência e a reflexão entre os autores envolvidos.

### 1.5 As contribuições da Filosofia do Relacionamento de Martin Buber

Os estudos de Costa (2011) sobre a relação pesquisador/pesquisando, ancorados em Buber (1979), reforçam o debate de que a relação entre entrevistado e entrevistador é fundamental para a compreensão das relações entre os homens.

Em uma interpretação esclarecedora da obra de Buber, *Eu e Tu* (1979), Costa argumenta que a compreensão dos envolvidos necessariamente passa pela inclusão do Outro em uma relação de diálogo constante com o Eu do entrevistador uma vez que

[...] Se considerarmos as relações EU-TU/EU-ISSO e compararmos-las com a relação entrevistado-entrevistador, torna-se evidente que muitos “Eus” e “Tus” são proferidos, mas Martin Buber, em sua teoria, diferencia um EU de outro das palavras-princípio EU-TU e EU-ISSO. Nem sempre o entrevistador ao dizer TU (observe que esse TU pode ser substituído por outro pronome de igual sentido) está se referindo ao TU da palavra-princípio EU-TU; e nem sempre quando o entrevistado diz ISSO (ou ELE e ELA) está se referindo ao ISSO da palavra-princípio EU-ISSO. A partir dessas relações, surge a dúvida: quando as palavras-princípio EU-TU e EU-ISSO são reconhecidas no gênero entrevista (COSTA, 2011, p. 3)

Ainda sobre esse assunto, Costa (2011), em sua obra *Entrevista – o diálogo possível*, menciona Cremilda Medina que compreende a construção do diálogo a partir das contribuições de Buber, dependentes, portanto, de constante relação:

[...] Como diz Martin Buber, o TU está pleno de mistérios a serem sondados. À medida que EU busco a TI me projeto por inteiro, me perco e me acho, me revelo ENTRE o EU e o TU. O processo é de aprendizado, educativo: eu, entrevistador, lanço esses desafios para que o outro se revele no plano mais imediato de minha pauta (matéria jornalística, presentificada), mas matizado pelo estímulo à abertura, por claro-escuros de sua subjetividade, que não estariam na pauta, mas a enriquecem. Ao mesmo tempo eu aprendo como me comportar diante da abertura e certamente serei eu também exigido para me abrir, me colocar no tema do diálogo. (MEDINA, apud COSTA, 2011, p. 2).

Assim, na concepção de Costa (2011), a entrevista que se almeja é a entrevista do diálogo que se estabelece no encontro entre o “Eu” e o “Tu”, ou seja, na relação entrevistador/entrevistado uma vez que “a palavra-princípio EU-TU fundamenta o mundo da relação” (BUBER, 1979, p. 6).

Segundo o autor, essa mesma relação é mútua, ou seja, o EU do entrevistador que se manifesta enquanto o EU que pergunta é também o TU na relação com o entrevistado quando o diálogo ocorre, acontecendo também com o entrevistado, TU durante a relação imediata ao diálogo e EU que responde e se inscreve imediata e constantemente nessa relação (op. cit.).

A contribuição da obra de Buber (1979) fundamenta-se, assim, na possibilidade de buscar o diálogo de modo que se possa exercer a função de entrevistador, permitindo que o entrevistado expresse suas próprias ideias, pois

A relação com o TU é imediata. Entre o EU e o TU não se interpõe nenhum jogo de conceitos, nenhum esquema, nenhuma fantasia; e a própria memória se transforma no momento em que passa dos detalhes à totalidade. Entre EU e o TU não há fim algum, nenhuma avidez ou antecipação; e a própria aspiração se transforma no momento em que passa do sonho à realidade. Todo meio é obstáculo. Somente na medida em que todos os meios são abolidos acontece o encontro. (COSTA, 2011, p. 4)

Para Buber (1979) não existe nenhum tipo de jogo ou esquema que se esconde por trás do encontro entre o EU e o TU, o que demonstra que o entrevistador precisa ser ele próprio buscando no Outro, no TU, as respostas para suas inquietações, sendo a busca de si próprio possível apenas no Outro.

A discussão acerca dessa relação está longe de ser um debate que se esgote facilmente; Gomes (2009), no entanto, argumenta que a filosofia de Buber deve ser compreendida como uma filosofia da reciprocidade, do encontro ou do diálogo, tendo o autor nos deixado grandes aprendizados:

O grande aprendizado que o pensador de Viena nos deixa a todos nós, homens e mulheres do tempo moderno, é que não há uma relação EU-TU de tempo integral, sempre será a partir do EU-ISSO. O segundo ensinamento que ele chama a nossa atenção é de uma sociedade de consumo onde as coisas valem cada vez mais e o homem cada vez menos. O terceiro e último ensinamento que o autor de EU-TU nos deixa é de que não há meio “amor”, ou eu amo ou eu não amo e a grande política do relacionamento, a partir do pensador de Viena, é a de que cada um ceda um pouco para que ninguém precise ceder tudo, na feliz expressão de Martin Buber, pois quando se encontra uma vida com outra vida é a generosidade que está se encontrando entre o EU-ISSO, EU-TU e EU-TU - ETERNO (GOMES, 2009, p. 9).

Nesse contexto, Marilda Menezes (2010) nos alerta para o cuidado que se deve ter com relação às pessoas envolvidas no processo do trabalho de campo, pois para obtermos resultados satisfatórios sem comprometer a qualidade da pesquisa torna-se necessário que as

pessoas estabeleçam, com a comunidade relações de confiança recíproca com o grupo a ser investigado.

Citando as contribuições de Berger (1999), em seus estudos sobre a realidade da vida cotidiana dos indivíduos, Menezes (2010) afirma que esse conhecimento nos oferece perspectivas metodológicas sobre a análise das interações entre pesquisador e pesquisando considerando, por exemplo, a necessidade do encontro face a face que, segundo a autora, proporciona a reciprocidade contínua dos atos de fala e o acesso à subjetividade dos atores envolvidos (postura corporal, silêncio, tom de voz, etc.).

Além disso, há também considerações sobre a forma como podemos trabalhar o texto produzido ao longo do processo das entrevistas, sendo que a tarefa fundamental do pesquisador é a de interpretar constante e linearmente o significado dos dados obtidos, sem perder de vista uma série de símbolos e expressões, muitas vezes presentes nas entrelinhas dos depoimentos do pesquisando.

Por não existir uma fórmula própria para se construir e interpretar narrativas, o que se impõe é a necessidade da compreensão do Outro em sua profundidade, discussão essa longe de ser um consenso em meio aos debates nas Ciências Sociais, sobretudo na Antropologia e na História Oral. Menezes (2010, p. 43), entretanto, afirma que

[...] o respeito do pesquisador ao entrevistando exige sensibilidade, perspicácia e sensatez no encontro face a face, mas essas sensibilidades não são inatas ao pesquisador e nem aos seres humanos, mas são constituídas no próprio fazer-se dos pesquisadores e suas diferentes fases de formação acadêmica, humana e política.

Desse modo, por meio de uma reflexão sobre a postura ética entre o entrevistador e o entrevistado, entre a ansiedade do pesquisador e a busca por dados, a autora nos alerta, assim, para o risco ou os equívocos metodológicos que podem ser cometidos diante dos sujeitos que se colocam para o pesquisador.

## **2 A REGIÃO SUL DO PARÁ E O MUNICÍPIO DE XINGUARA – HISTÓRICO E REFLEXÕES INICIAIS**

### **2.1 Sul do Pará: Indígenas, religiosos e sertanejos**

Segundo o IBGE, a Amazônia brasileira possui área territorial de aproximadamente 5.217.000 km<sup>2</sup> que correspondente a 59% do território nacional. A população da região é de 25.474.000 habitantes e engloba ao conjunto de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato

Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão). O Estado do Pará localiza-se na Amazônia, região Norte do Brasil; possui área territorial de 1.247.581 km<sup>2</sup>; população de cerca de 7.581.000 habitantes; densidade demográfica de 6.07 habitantes por km<sup>2</sup> e 144 municípios.

Segundo Porto-Gonçalves (2008), existem várias concepções de Amazônias, uma vez que a região é um complexo de diversidades sociais, culturais e ecológicas, de modo que nelas estão presentes vários biomas. Estão também presentes a floresta e o desmatamento, uma Amazônia de pastos tomada pelo latifúndio e uma ocupada por camponês, a que mata e a que resiste. Uma Amazônia de rios, de várzeas, cerrados, manguezais e das florestas.

De acordo com José Audrin (1946), Santos (1996) e Vaz (2013), as vastas áreas de terras do Sul do Pará foram, no passado, territórios dos povos indígenas Kayapós e Carajás que, desde meados do século XIX, já haviam estabelecido contato com os sertanejos, navegadores e aventureiros do rio Araguaia ainda no Estado de Goiás. Tais povos indígenas estabeleceram os primeiros contatos com os dominicanos, na região de Conceição do Araguaia, no final do século XIX, quando estes fundaram o Centro Catequético Indígena ao lado esquerdo do rio Araguaia, em 1896.

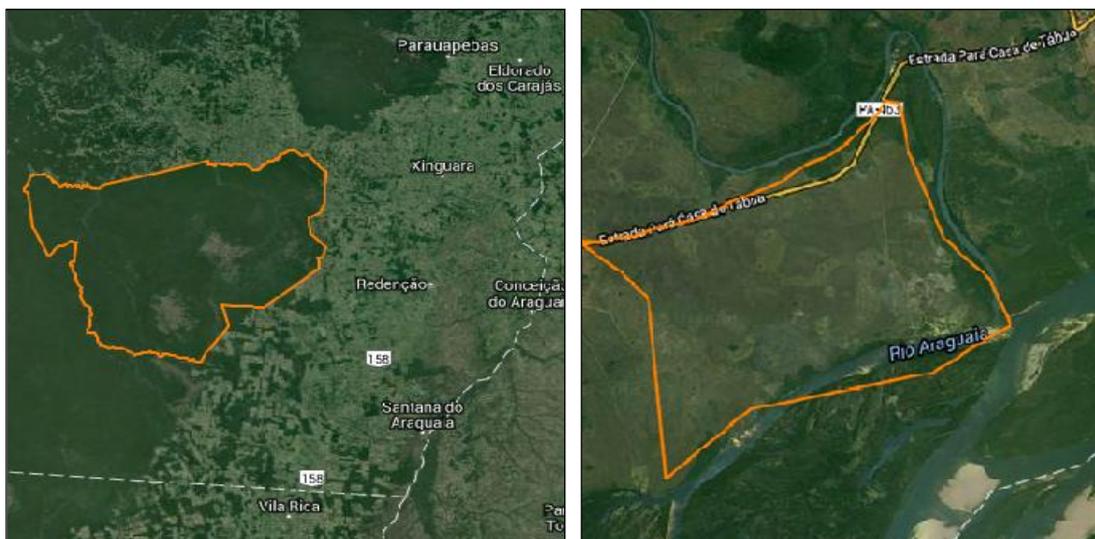
Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2012) os povos indígenas Kayapós e Carajás que habitaram a região de Conceição do Araguaia na época da catequização dominicana foram praticamente extintos. Os Kayapós sobreviventes da dizimação promoveram grandes deslocamentos e penetraram selva adentro, onde atualmente vivem em várias aldeias dispersas no território do Sul e Norte do Pará e do Mato Grosso.

A população atual de indígenas Kayapós no Sul do Pará, segundo a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2010), é de 8.638 habitantes, em uma área territorial demarcada que possui 3.297.890 hectares cobertos por vegetação de floresta equatorial, sendo que na parte oriental são encontradas algumas áreas de cerrado. Também identificados pelos nomes de Kaiapó, Caiapó, Gorotire, Mekrãgnoti, Kuben-Kran-Krên, Kôkramôrô, Metyktire, Xikrin e Kararaô estão localizados atualmente no Sul e Sudeste do Pará. De acordo com a FUNAI, a língua falada pertence à família linguística Jê do tronco Jê e, embora existam diferenças dialetais entre os vários grupos Kayapós decorrentes das cisões pelas quais passaram, mantêm-se entre eles a língua e várias características culturais comuns.

Quanto aos Carajás, o contato com os “homens brancos” em poucos anos de colonização e exploração extrativista de suas terras fez com que ocorresse praticamente a dizimação ou descaracterização cultural desse povo. Os poucos sobreviventes foram

remanejados pelo Governo e estão distribuídos em reservas na Ilha do Bananal e na região de Tocantinópolis, no Estado do Tocantins. No Sul do Pará, a FUNASA e a FUNAI identificaram uma população reduzida de indígenas aldeados no município de Santana do Araguaia, sobrevivendo numa área de 1.485 hectares. Se levarmos em conta que a sobrevivência de povos indígenas depende de grandes áreas para garantir a reprodução social do grupo, através de constantes deslocamentos em busca de coleta de frutos, caça e pesca, a área demarcada se mostra insuficiente.

As estatísticas da FUNAI mostram uma população Carajás constituída por apenas 69 habitantes. No entanto, dados mais recentes reconhecidos pela FUNASA demonstram que, atualmente, esse número aumentou para 147 indivíduos.



**FIGURA 2** - Áreas demarcadas de Reservas indígenas Kayapós e Carajás no Sul do Pará.  
Fonte: FUNAI, 2012.

Os autores Audrin (1963) e Vaz (2013) demonstram que os primeiros habitantes brancos a ocuparem a região do Araguaia paraense foram grupos de sertanejos de origem nordestina, os quais penetraram pelos sertões em busca de áreas de pastagens para o gado. Ainda segundo esses autores, tais grupos de famílias sertanejas pastoris, em sua maioria de origem baiana provenientes do vale do rio São Francisco, estabeleceram-se inicialmente na região de Pastos Bons, no Maranhão. À medida que surgiram novas gerações, as novas famílias avançaram para territórios vizinhos até atingir o Norte de Goiás.

Sublinhamos também que, no final do século XIX e início da primeira década do século XX, ocorreram violentas disputas por terras entre as oligarquias do antigo Norte Goiano, na região de Bela Vista. Esses conflitos influenciaram os sertanejos, pequenos produtores de gado e camponeses que não estavam interessados nessas disputas entre famílias oligárquicas locais a migrarem para o Sul do Pará em busca de novas terras. Assim, vários grupos de famílias “levando algumas cabeças de gado em pequenas embarcações” (VAZ, 2013, p. 30) cruzaram o rio Araguaia e penetraram em terras paraenses no Sul do estado.

Para Audrin (1963), Ianni (1978) e Santos (1996), até a década de 1950 predominava em toda a região de Conceição do Araguaia uma economia pastoril e extrativista praticada por pequenos, médios e grandes criadores de gado, nos campos nativos de cerrados.

Prado Junior (2004) salienta que a colonização do Norte do Brasil pelo interior se deu por duas frentes distintas, uma baiana e outra pernambucana. De acordo com esse autor, foi a frente baiana que atingiu o São Francisco, avançou pelos campos do Piauí, do Maranhão até alcançar o Norte de Goiás. Assim, os camponeses provenientes ou descendentes de nordestinos, com experiência de séculos de pecuária pastoril, atravessaram o Araguaia no final do século XIX e estabeleceram-se na região, em período anterior à chegada dos religiosos Dominicanos.

Sobre essa questão, existe uma vasta bibliografia da época que nos permite assegurar que a economia daquele período pautava-se principalmente na atividade agropastoril empreendida nos campos de cerrado que se estendiam até o rio Pau D’Arco, cerca de 100 km da costa de Conceição do Araguaia.

Segundo Frei José Audrin (1946), a Ordem Dominicana instalou-se no Brasil em junho de 1881, na cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais. Por volta de 1896, essa Ordem recebeu a autorização de seus superiores na França para fazer experiências de ensaios da catequese dos povos indígenas Carajás e Kayapós presentes na região do rio Araguaia. Em 1897, os freis Gil Villanova e Ângelo Dargainartz, que iniciaram o percurso do rio Araguaia de Goiás até o estado do Pará, em busca dos povos indígenas no ano de 1888, fundam, um ano após a instalação da Ordem Dominicana na região, a cidade de Conceição do Araguaia.

Em fins de janeiro de 1888, frei Gil, frei Estevão Gallais e mais um guia encarregado das montarias e dos animais de carga, puseram-se a caminho de Rio Bonito, iniciando assim a longa marcha dos dominicanos pelo sertão brasileiro em busca de índios para evangelizar. Foi o primeiro passo de uma caminhada que, oito anos mais tarde, desembocaria em Conceição do Araguaia com a fundação, em 1896, do **Centro Catequético Indígena**, no estado do Pará, à margem esquerda do Araguaia. Em torno desse centro nasceria, um ano depois, em 1897, a cidade de Conceição do Araguaia. (SANTOS, 1996, p. 101).

Ao se pronunciar sobre essa questão, Vaz (2013) argumenta que os indígenas Irá-Amráire Kayapó já estavam habituados com a presença de alguns religiosos, (sobretudo os Capuchinhos), já haviam entrado em contato com “os brancos” desde as missões de exploração geográfica realizadas na região, principalmente pelo General Couto Magalhães, em um período no qual tentou-se viabilizar a navegação entre os estados do Pará e Goiás. Os registros de Couto Magalhães mostram que já havia algum contato entre os Kayapós e Carajás e os aventureiros e exploradores que navegavam pelo Araguaia (MAGALHÃES, 1934).

Vaz (2013) considera, ainda, que os registros oficiais que há sobre os moradores remetem à vila pastoril de Santana da Barreira, no território de Conceição do Araguaia, e datam de 1896. Esses registros foram feitos pelo explorador francês Henrique Coudreau, contratado pelo governo do estado do Pará para explorar possíveis áreas de caucho e traçar os limites do estado com o vizinho Goiás.

Para Ianni (1978), Henrique Coudreau foi quem “convenceu” frei Gil na escolha geográfica da futura Conceição do Araguaia, instalada em local mais alto e sem a possibilidade de alagamentos durante as cheias do rio:

Nesse local foi fundada Conceição do Araguaia, em 14 de abril de 1897, dia em que o frei Gil Vilanova celebrou a primeira missa e batizou o local com o nome em homenagem à Virgem Imaculada. O que seria um simples aldeamento reservado para a catequese indígena tornou-se uma pequena vila; nela existia uma pequena igreja e uma escola primária. Desde os primeiros anos essa nova vila tornou-se referência e ponto de apoio para outras comunidades que utilizaram basicamente a navegação do Araguaia como forma de deslocamento. (VAZ, 2013, p. 34).

Mais de um século nos separa da chegada de Frei Gil Villanova que, em 1897, desembarcou nas barrancas do rio Araguaia e, repetindo o gesto dos portugueses colonizadores do Brasil, celebrou a primeira missa debaixo de um enorme pequizeiro, um marco na abertura da fronteira da Amazônia sul paraense efetivada na fundação da cidade de Conceição do Araguaia (IANNI, 1978).

Se pudéssemos apreender a percepção ambiental de Frei Gil na sua chegada à região, imaginariamos que ele presenciou uma paisagem pouco habitada por indígenas, extrativistas de seringa de caucho, de “drogas do sertão” (salsaparrilha, cravo, canela, cacau, guaraná, urucum, raízes, essências, erva medicinais, óleos geralmente extraídos da natureza por meio da exploração da mão de obra indígena) e exploradores de peles. Naquele período, era

possível contemplar toda a região praticamente intocável: a vastidão dos campos e cerrados, as florestas, as praias de águas doces, o rio Araguaia e suas dunas de areias e vazantes.

Por séculos, essa vasta região territorial da Amazônia, com mais de 205.000 km<sup>2</sup> e habitada pelos povos indígenas Carajás e Kayapós, permaneceu coberta por imensas áreas de cerrado, florestas de castanhais, cauchos, seringueiras, mognos, jatobás e ipês que, em uma harmonia perfeita e equilibrada, se estendiam sobre a região, mudando a paisagem apenas de acordo com as estações do ano e entre verde-escuro no inverno e verde-cinza no período de verão.

Freis Gil, indígenas e os poucos habitantes que se dedicavam ao pastoreio e ao extrativismo de formas diversas tiveram, então, a oportunidade de presenciar um ecossistema completo formado por rios, córregos e igarapés límpidos e habitados por várias espécies de animais, peixes e pássaros que conviviam em uma harmoniosa e equilibrada relação. A geografia local e a vegetação dos campos de transição do Sul do Pará surgem também com bastante evidência na descrição da paisagem local, conforme ilustra Audrin (1946, p. 83):

[...] abriam-se campinas verdejantes, cobertas de variados “capins”. Manadas de veados pastavam por aí sem medo; grupos de emas e seriemas disparavam em vertiginosa carreira. Além das estradinhas dos índios, via-se um sem número de trilhos fundos, feitos pelo pisar de antas e outros bichos selvagens, em direção aos “barreiros” ricos de salitre [...]

Pouco mais de um século depois da primeira missa de Frei Gil, o território que antes pertencia aos povos indígenas Carajás e Kayapós encontra-se ocupado por migrantes das mais diversas regiões do Brasil. A ocupação do “vazio demográfico” e da penetração do capital na região atraiu migrantes para a nova fronteira em busca de terra, trabalho e melhores condições de vida.

Com a dinâmica econômica de ocupação e do desenvolvimento implantado pelos Governos Militares, a partir da década de 1960, a região começou a sofrer impactos ambientais advindos da realização de grandes projetos minerais, madeireiros e agropecuários.

Segundo Morbach (2001), no início da década de 1970, o presidente da República, Emílio Médici, visitou as frentes de trabalho no Nordeste e, em um discurso bastante enfático, pronunciou a seguinte frase: **“Terras sem homens para homens sem terra na Amazônia”**.

O discurso do presidente tornou-se um marco histórico na ocupação, uma vez que esse ato teve o significado de incentivar a migração nordestina e de outras regiões do Brasil, além de permitir outros significados como o de povoar o “vazio demográfico” que, na concepção dos militares, deveria ser ocupado “antes que ele fosse invadido por estrangeiros”. Isso fez

com que, a partir desse projeto de incentivo ao desenvolvimento, se instalassem grandes empresas agropecuárias, minerais e madeireiras na região (MORBACH, 2001; IANNI, 1978; OLIVEIRA, 1988).

De acordo com Morbach (2001), o discurso de integração do território e ocupação do “vazio demográfico” é compartilhado por vários autores sendo que, numa reflexão acerca da ideologia do discurso do presidente Médici, é possível a evidência de que havia, nas entrelinhas do discurso dos militares, outros objetivos e intenções.

A construção de um governo tutor do cidadão se desenha com maestria nas campanhas publicitárias do Período Médici, mas o elemento desse discurso, cuja imagem tem o poder de gerar uma nova fala sobre a região, é o vazio. Esse elemento permeia magistralmente as elaborações sobre o mito, funcionando de maneira exemplar ora como garantia de sucesso aos projetos de ocupação, ora para esconder as reais intenções dessas ações. Os militares estarão empenhados em descrever esse vazio como esperança, como possibilidade, como um novo lugar: a partir do vazio tudo pode ser construído. Não nos esqueçamos do slogan: *Amazônia, terras sem homens, para homens sem terra* (MORBACH, 2001, p. 4).

Ainda segundo essa autora, para consolidar a ocupação do território amazônico, o governo militar liderado por Médici (1969-1974) elabora um projeto de transferência de migrantes de outras regiões do país através da criação do Plano de Integração Nacional (PIN), sob intensa propaganda e com a finalidade de atrair milhares de trabalhadores de áreas de conflitos do Nordeste e Centro Sul do país. Para justificar tal ocupação foi criada uma série de conceitos amplamente divulgados para a nação e ancorados em intensa propaganda ideologizada como, por exemplo, os conceitos de “vazio demográfico” e “terras sem homens”.

A divulgação, através dos meios de comunicação de massa e em rede nacional, de que havia grandes extensões de terras a serem ocupadas na Amazônia provocou grande fluxo de migrações que, no Sul do Pará, resultou na povoação por vilas e cidades em poucas décadas. Tais povoamentos cresceram, então, em função de uma economia fortemente ligada aos setores agropecuário, mineral e madeireiro a partir da exploração dos recursos naturais de maneira desordenada, tendo como resultados a degradação ambiental e o acirramento dos conflitos sociais.

Os migrantes que vieram em busca de uma vida melhor e de “enriquecimento fácil”, na visão de analistas mais otimistas devido às “vantagens que a região oferecia”, se depararam com situações totalmente antagônicas. Por um lado, a falta de estrutura e planejamento nas aquisições dos empreendimentos; por outro, tiveram que enfrentar a violência e o caos social. Inicialmente, foi necessário enfrentar grandes dificuldades para conquistar as terras devido às

constantes disputas para, em seguida, se dedicarem a atividades diversas como as práticas de garimpagem, a derrubada da floresta para a exploração da madeira e cultivo da terra e a implantação de pastagens, que trouxe a esse cenário o gado e, com este, a indústria agropecuária.

## **2.2 A colonização do Sul do Brasil rumo à Amazônia**

Segundo Santos (1993), os governos militares também incentivaram a vinda de sulistas para a Amazônia, na década de 1970. A decisão dos militares de transferir trabalhadores sulistas para regiões do Mato Grosso ocorreu devido à necessidade de assentar colonos para atenuar as tensões sociais, envolvendo pequenos agricultores no Rio Grande do Sul.

De acordo com o autor, que estudou a colonização do Sul para a Amazônia, as medidas dos militares tiveram forte caráter ideológico uma vez que partiam da ideia de que o deslocamento para os programas de colonização como os de Canarana (1972), na região de Barra do Garças, e Terranova (1978), no município de Colíder, Norte do Mato Grosso, serviriam para arrefecer os vários conflitos sociais que vinham ocorrendo naquela região, sobretudo no município de Nonoáí, no estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo do Estado Brasileiro sob a égide dos militares era, nesse caso, instituído pela (Cooperativa de Colonização, agências credenciadas pelo governo) “atrair” os colonos convencendo-os através de forte propaganda em várias regiões do Rio Grande do Sul, sobretudo na região do Alto Uruguai. Utilizando-se da tática de propagar a ideia com o uso dos meios de comunicação locais (emissoras de rádio, jornais impressos pelas cooperativas e palestras de formação). Motivavam os pequenos proprietários a venderem suas diminutas terras para os vizinhos e começar uma “nova vida” na distante Amazônia, “terra prometida” onde poderiam adquirir propriedades maiores.

Segundo Santos (1993), os deslocamentos para projetos de colonização na Amazônia e as motivações tinham aspectos parecidos: a ideologia do “*terras sem homens para homens sem terra*”. No caso do Sul do Brasil, convencer os pequenos agricultores a deixarem suas terras com destino à Amazônia. Para isso os militares utilizaram instrumentos ideológicos que iam desde promessas de melhores condições de vida até ameaças e rígidas disciplinas e exigências sob o argumento de que na nova região ganhariam a terra e a prosperidade.

O alvo do tema da situação social de origem é o minifúndio e o êxodo rural. Para partir é preciso que o colono – apelando para a tradição dos imigrantes – dê sua adesão à Cooperativa de Colonização, intermediária do aparelho do Estado e de seu Plano de Integração Nacional. O tema da situação social de chegada se apresenta com uma imagem das novas terras: terras disponíveis ao trabalho dos pioneiros, realizado pelas máquinas. Afinal, a agricultura moderna desenvolvida por um trabalho tenaz provocará uma nova esperança, esperança de progresso e de felicidade na terra prometida (SANTOS, 1993, p. 88).

A intensa propaganda chegou a tal ponto que os agricultores que visitaram os locais da nova colonização acabaram por reforçar o discurso dos governos “falando bem” da “nova vida” que levariam na Amazônia e reiterando, assim, a ideia da “terra prometida”. Além disso, havia o monopólio das Agências de Colonização a serviço do governo, fundamentais no convencimento dos colonos sulistas para que se desfizessem de suas pequenas terras no Sul para aventurarem-se em novas frentes de colonização na distante Amazônia:

A colonização se insere no projeto político do “Brasil desenvolvido, rico e integrado” da “Transamazônica”, “rodovia da integração” e “da integração do Centro-Oeste brasileiro”. Em todas as transmissões tinha-se o cuidado de agradecer à intervenção do Estado e de seus múltiplos órgãos como a Petrobrás, o INCRA, a SUDECO, o Banco do Brasil e o PROTERRA. Enfim, a colonização só podia ser feita através de uma seleção social sem piedade: os mais fracos vacilam e voltam atrás. É a lei da natureza que faz a seleção das espécies: são as palavras das canções repetidas nos programas de rádio. (id. *ibid.*).

Em linhas gerais, o que se percebeu na transferência de colonos do Sul para a Amazônia foi o mesmo que ocorreu com os nordestinos, com a intenção de atenuar as tensões sociais daquele período: os governos militares transferiram milhares de famílias do Sul com promessas também não cumpridas, ou seja, assentou famílias na Amazônia sem que fossem concretas as “vantagens” oferecidas na propaganda. A oferta de terras não condizia com a realidade encontrada pelos colonos e o resultado de tudo isso foram as dificuldades de permanecer na terra devido a uma série de fatores como esgotamento de solos, dificuldades de mercado para os produtos como o arroz em queda de preço, isolamento dos grandes centros para oferecer serviços de educação com alguma qualidade e as intermináveis disputas que deflagraram conflitos pelo direito de posse à terra.

### **2.3 Extrativismo e ocupação a partir do município de Conceição do Araguaia**

Segundo o IBGE (2010), atualmente o Sul do Pará possui 16 municípios com população estimada em 420.000 habitantes, a maioria migrantes que, em apenas três décadas,

transformaram milhões de hectares de vegetação natural em áreas de pastagens para a criação extensiva de gado.

A região tornou-se, então, vítima dos desastres ambientais em função do modelo de desenvolvimento implantado à época dos Governos Militares e que não considerou nesse cenário o planejamento para a ocupação do território ou o respeito às populações locais que já ocupavam a região. Isso fez com que o “progresso” conduzisse esse quadro atual de destruição pautado na pecuária, que se tem mostrado cada vez mais alheia à distribuição de riquezas e à melhoria da qualidade de vida das populações locais. Nesse contexto, o Sul do Pará não é uma exceção. Para recuperar a trajetória da ocupação de sua fronteira com maior enfoque para a questão ambiental, trataremos, neste trabalho, do processo de degradação ambiental partindo de Conceição do Araguaia, uma das primeiras cidades dessa região.

Já mencionamos que a região que compreende hoje o Sul do Pará começou a ser ocupada por migrantes vindos de várias regiões do Brasil, sobretudo do Norte de Goiás, Maranhão e Piauí. Segundo Ianni (1978), em 1896, o explorador profissional francês Henri Coudreau, a serviço do Governo do Estado do Pará, navegou pelo rio Araguaia visitando as populações residentes em suas margens, com o objetivo garantir a presença do Estado na região.

Cabe ressaltar que nesse período, final do século XIX e meados do século XX, a região Sul do Pará passou por diversas transformações nos seus aspectos econômicos e sociais como as ocasionadas pelas fortes migrações para o trabalho no extrativismo da borracha, da castanha e da exploração de cristais.

Os relatos de pesquisadores e aventureiros que descreveram a região como Hermano Ribeiro da Silva, que percorreu toda a extensão do rio Araguaia, no início da década de 1930, ilustram claramente o contexto local. Em seu livro diário, datado de 1934, Silva (1959) apresenta em detalhes a difícil vida no campo às margens do Araguaia, a dificuldade enfrentada pelos camponeses no acesso aos bens essenciais à sobrevivência como ferramentas, tratamento de saúde e os constantes ataques de bandos armados que invadiam e saqueavam vilas e cidades da região.

De acordo com Silva (1959), às margens do rio Araguaia, no estado do Pará, encontravam-se “palhoças provisórias”, coletoras extrativistas, pescadores e pequenos criadores que se dedicavam à agricultura de subsistência e à criação extensiva de gado nos campos naturais de cerrado.

Em suas narrativas, é possível encontrar descrições belíssimas sobre a vida cotidiana dos sertanejos, seus vestuários, as formas de organização social e de produção, a riqueza da

fauna e flora, a beleza do rio e suas belas praias e dunas de areia no verão amazônico, além do vasto território de cerrado dos sertões do Araguaia.

No período em que ficou hospedado no mosteiro dos padres Dominicanos em Conceição do Araguaia, no ano de 1932, Silva descreve em seu diário a paisagem local, os pescadores do Araguaia, o trabalho de catequese dos religiosos, o contato com os indígenas Kayapós e Carajás, a vida cotidiana na pequena cidade e os diversos conflitos nos “confins da Amazônia” que passava pela decadência econômica devido ao fim do sucesso do ciclo econômico da borracha.

[...] Conceição [a cidade] terá umas mil almas, afora os criadores de gado dispersos nos campos do interior. A mesopotâmia paraense entre o Xingu e o Araguaia possui uma topografia que pode ser caracterizada em síntese. Nas margens deste último rio prevalece uma faixa de mata de meia dúzia de léguas, aberta em seguida nos “gerais” ou campinas vastas, que termina na vegetação exuberante do Xingu. Hoje cessaram as penetrações da floresta, que se repetiam ao tempo do alto preço da borracha, no princípio do século. Os sertanejos que então afluíam do Ceará, do Maranhão e de outros Estados do norte retrocederam aos lares desanimados pelo colapso da formidável orgia do ouro, desarvorados pelas febres intermitentes. E os núcleos dos arranchamentos ou os bar-distâncias ou os barracões dos seringueiros despovoaram-se abandonados nas ínvias distâncias. Os gentios desbordaram novamente das furnas impenetráveis das serras, para onde refugiavam tangidos pela crueldade dos invasores. Por isso a gleba enorme tende a voltar ao primitivo despovoamento cristão, repetindo-se a cada ano as tropelias dos selvagens que pilham e matam as derradeiras famílias na explicável vingança daquela atrabiliária. (SILVA, 1959, p. 177).

Os interesses econômicos do Estado de Goiás em apropriar-se das riquezas da região fronteira motivou o governo paraense a investir nas estruturas locais para fiscalizar a extração da borracha que, na época, atraía a presença de correntes migratórias do estado vizinho. Assim, esse é um marco importante, uma vez que:

O governo do Pará decidira explorar os principais rios e conhecer as riquezas do território dos Karajá e Kayapó. A essa época já se encontrava em franco desenvolvimento o ciclo da borracha amazônica, que estava mobilizando todas as forças produtivas preexistentes e arregimentando novas, de outras regiões do país, bem como de outras nações. As explorações de Coudreau naquela área faziam parte desse movimento geral fundado no surto da extração da borracha amazonense [...] (IANNI, 1978, p. 10).

De acordo com Ianni, a ocupação do território inicialmente se deu por coletores de drogas do sertão, caçadores, pescadores, criadores de gado, roceiros, caboclos e viajantes que habitavam as margens do rio Araguaia, desde a segunda metade do século XIX. Do ponto de vista ambiental, as práticas agrícolas de subsistência e de criação de gado em pastagens naturais de campo cerrado de então não proporcionaram grandes alterações na paisagem local.

Outra autora, Loureiro (1992), argumenta que os extrativistas das diversas regiões da Amazônia exploravam a floresta em busca das drogas do sertão (óleos, cascas de árvores medicinais, peles, essências, etc.) que comercializavam com atravessadores que firmavam, por sua vez, seus comércios nos cursos dos rios. Ainda segundo essa autora, essa prática extrativista se desenvolveu em toda a Amazônia.

O homem natural da Amazônia vivia, secularmente, à beira dos rios e igarapés, seja nas cidades, vilas ou povoados, todos eles às margens dos cursos d'água, seja com agrupamentos de duas ou três casas, seja finalmente isolado numa "cabeça de ponte" (trapiche de madeira que se projeta rio adentro, onde se aportam as canoas dos pequenos compradores; à margem, no final do trapiche, se localiza a casa, com o pequeno comércio) [...] (LOUREIRO, 1992, p. 16).

No final do século XIX, os produtos extrativistas encontrados na região – como o caucho (*Castilloa elastica*), a seringa (*Hevea brasiliensis*) e a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.) – começam a ganhar importância econômica no mercado amazônico e com isso a região atrai cada vez mais um grande número de migrantes (IANNI, 1978).

Para Loureiro (1992), o extrativismo se desenvolveu através de uma prática comercial conhecida em toda a Amazônia como *sistema de aviamento*. Esse sistema econômico consistia em trocas de mercadorias por produtos a serem explorados, onde o comerciante, conhecido como *aviador* por ser proprietário das casas aviadoras, adiantava as mercadorias necessárias aos trabalhadores do seringal ou de áreas de castanhais, recebendo em troca toda a produção em castanhas e outros produtos. Esse sistema de trocas comerciais de mercadorias gerava, então, uma completa dependência econômica entre os trabalhadores do seringal e os proprietários das casas aviadoras.

No Sul do Pará, o extrativismo se transformou, então, na principal atividade econômica, contribuindo para atrair um fluxo de migração muito forte e fazendo com que a população praticamente dobrasse na primeira década do século XX (IANNI, 1978).

Outro fator relevante, como já relatado, foi a fundação da Ordem religiosa dos padres dominicanos, em 1896, sob a liderança de Frei Gil Villanova. Os religiosos dominicanos desenvolveram um papel social importante na estruturação e no planejamento da cidade, na distribuição de lotes e nos processos de catequização, controle social, uso da terra e educação dos moradores e povos indígenas.

Em um segundo momento, a situação saiu do controle devido à grande demanda por mão de obra para trabalho nas atividades extrativistas. Nessa ocasião, os migrantes passaram a

dependem dos povos indígenas para o serviço de transporte de produtos, a abertura de picadas, como guias e ainda como barqueiros no transporte de mercadorias. Frei José Audrin (1963) ilustra bem essa situação ao descrever que

Simultaneamente, os cristãos, isto é, os seringalistas, comerciantes, sitiantes e fazendeiros, ampliavam os seus contatos com os índios de várias formas. Procuravam absorvê-los em atividades extrativas, de transportes e outros. E negociavam com eles. Mesmo os índios que se achavam afastados mato adentro eram alcançados e envolvidos nas relações sociais que se desenvolviam na área. As estradas que conduziam às matas do caucho atravessavam os territórios dos índios, sendo que alguns passavam por suas aldeias. Tropeiros e seringueiros contratavam jovens silvícolas iludindo-os com promessas ilusórias e, ao fim de longas viagens e duras pelepas no interior da floresta, pagavam-nos com miseráveis salários. Muitos exploravam os índios simplórios ou viciados. Por uma simples garrafa de péssima aguardente, por um punhado de sal, uma rapadura ou alguns litros de farinha de mandioca, subtraíam aos pobres selvagens roupas novas e ferramentas recebidas pouco antes das mãos dos missionários. (AUDRIN, 1963, apud IANNI, 1978, p. 24-5).

Em 1904, foram descobertas zonas riquíssimas de exploração de caucho na região de Conceição, estendendo-se nas florestas entre os rios Araguaia e Xingu, para formar o que os aventureiros descreveram na ocasião como a *mesopotâmia paraense*, local com grande concentração de árvores que se tornou atrativo para populações de extrativistas no período em que se deu uma corrida desenfreada a esses campos:

Não somente a cidade crescerá, mas os arredores continuavam a povoar-se com extraordinária rapidez. Os campos das Arraias viam-se multiplicar-se os sítios e fazendas. As matas do caucho iam sendo ocupadas. Em cada passagem de ribeirão, em cada “cabeceira”, em cada “campestre” fixavam-se moradores, animados pelos fartos lucros provenientes do trânsito ininterrupto de comboios de seringueiros. Era a verdadeira “marcha para o oeste”, cujo resultado foi o encontro dos araguaiaos com os caucheiros do Xingu, nas florestas amazônicas. (AUDRIN, 1946, p. 95).

As atividades mercantis da exploração da borracha de caucho e da castanha mudaram a lógica da região, passando de pastoril para atividades econômicas do modo de produção capitalista que, embora incipiente, não respeita nem mesmo os povos indígenas que recebiam a proteção dos missionários dominicanos então instalados nos arredores: “a mercantilização das relações econômicas, devido ao surto extrativista do caucho e da seringa, gerou situações, interesses e relações novas, inesperadas para os dominicanos” (IANNI, 1978, p. 28), uma vez que esses religiosos perderam o “controle” sobre o poder político, administrativo e espiritual da nova cidade, ou seja, nem a proteção religiosa foi suficiente para impedir os desmandos dos donos de seringais.

Criou-se, então, uma espécie de oligarquia local na região onde as instituições públicas do Estado praticamente não existiam, uma região sem lei e sem ordem em que proprietários das casas aviadoras simplesmente dirigiam sua atenção para a obtenção do maior lucro possível a custo da exploração, das doenças e da dizimação dos povos indígenas.

No tocante à questão ambiental, sobretudo à exploração do caucho para a obtenção da goma da borracha, percebeu-se que essa prática foi a primeira ação depredadora de grande envergadura na região, já que contribuiu para o quase desaparecimento dessa espécie. O problema principal estava nas técnicas utilizadas para sua exploração e que passavam pelo corte e a derrubada da árvore para a retirada do látex. Com o uso dessa técnica predatória, as florestas de caucho da região foram praticamente dizimadas em poucas décadas, dando espaço para uma maior expansão e ocupação do território em busca de outros campos de exploração (IANNI, 1978; FIGUEIRA, 1986).

Para Loureiro (1992) e Almeida (1995), a região do baixo Araguaia, no Sul do Pará, com seus castanhais nativos ainda livres, antes conhecida como *Polígono dos Castanhais* devido às áreas de terras possuírem grande quantidade de árvores de castanhas que abrangiam vários municípios do Sul e Sudeste do Estado, hoje se encontra em decadência devido ao intenso desmatamento de que foi alvo.

De acordo com Almeida (1995), há uma variação das áreas, já que não há um consenso entre os órgãos responsáveis pela demarcação. As versões variam entre 800.000 e 1.200.000 hectares, sendo que a maioria delas está localizada nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Xinguara que, de acordo com os números oficiais de 1980, correspondem a uma área total de 348.178 hectares. Se considerarmos a reconstituição dos títulos de aforamento expedidos pelo Governo do Estado do Pará na época do Regime Militar (1964-1985), chegou-se a um número de 218 títulos expedidos em áreas de castanhais espalhados por sete municípios da região.

Atualmente, a maioria dos castanhais encontra-se em mãos de particulares, dentro de áreas pertencentes, legal ou ilegalmente, às oligarquias como a dos Mutran, bastante conhecidas na região de Marabá, que recebeu seguidas concessões para a exploração de castanhais do Governo do Estado e se apropriou ilegalmente dessas imensas áreas nos limites entre Xinguara e Eldorado de Carajás. Hoje essas áreas são alvo de intensas disputas judiciais entre o Governo do Estado, os fazendeiros pertencentes a oligarquias e o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST). Segundo dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA, 2009) existem apenas duas áreas de preservação ambiental no Sul e Sudeste do Pará, o *Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas*, criado em 1996, e a

*Área de Proteção Ambiental (APA)*, ambos localizados no município de São Geraldo do Araguaia. O Parque, criado em 1996, possui área de 24.889 hectares e encontra-se em estado avançado de degradação ambiental com grande parte desmatada pela ocupação ilegal de agricultores, de modo que, no final de 2013, o Governo do Estado efetuou negociação envolvendo 150 famílias que serão indenizadas para abandonar a área do parque até 2014. A APA, por sua vez, se estende por uma área de 29.655 hectares e vem sendo utilizada de forma sustentável pela população local.

Apesar de Xinguará ter possuído no passado grandes áreas de castanhais, o município não conta com áreas de proteção ambiental de castanheiras. As terras remanescentes de castanhais se restringem apenas a pequenas reservas particulares localizadas em algumas fazendas nas proximidades da vila Rio Vermelho, distante cerca de 90 km da sede do município.

Outro autor que se pronuncia sobre essa questão, Pandolfo (1992) afirma que os castanhais eram explorados por coletores que comercializavam seus produtos através do sistema de avião. Posteriormente, com a chegada dos grandes projetos, esses castanhais foram devastados para se transformarem em grandes áreas de pastagem de modo que

Hoje os castanhais nativos estão em franca decadência. Apesar de haver legislação protegendo essa espécie contra o abate, as castanheiras vêm sendo sistematicamente cortadas e vendidas em toras ou tábuas; outras vezes são simplesmente destruídas quando se põe fogo na mata para abrir áreas para pasto. Mesmo nos castanhais remanescentes, a produção vem caindo nos últimos anos, situação que é agravada pela fumaça de queimadas que afasta os insetos polinizadores, limitando a formação dos frutos. (PANDOLFO, 1992, p. 85).

A partir de 1912, a produção da borracha entra em crise econômica devido à concorrência com as plantações asiáticas (PRADO JÚNIOR, 2004) e a região perde boa parte de sua população, que se dispersa por outras áreas em busca da sobrevivência econômica ligada ao comércio ou se expande pelos campos de cerrados para a criação de gado.

Entre 1912 e 1960 (tomadas essas datas como aproximações para delimitar uma época) a área de Conceição do Araguaia teve atividades econômicas e sociais bastante modestas, em comparação com o dinamismo dos anos de ascensão do extrativismo da borracha. Nos anos 1912-60, a economia da área estava voltada principalmente para as exigências da população rural e urbana de Conceição do Araguaia, antes do que para as exigências do comércio e da indústria de Belém ou outros lugares. Houve uma transição para outros extrativismos e a agropecuária, depois que decaiu drasticamente o monoextrativismo da borracha. Ao cair ou reduzir-se a zero, a capacidade de compra ou endividamento do seringueiro e do seringalista, além de todos aqueles a eles associados, os aglomerados humanos formados nos centros, beiras e cidades tiveram que rearranjar as suas relações de produção e as suas forças produtivas. Na área de Conceição do Araguaia a maioria

da população produtiva passou a dedicar-se a atividades agrícolas, pecuárias, de caça, pesca ou outras. (IANNI, 1978, p.61).

## 2.4 Os Grandes Projetos e as mudanças no cenário regional a partir de 1950

As grandes transformações nas estruturas fundiária, social e econômica do Sul do Pará começaram a ocorrer a partir de 1950, quando o Governo Federal criou a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), órgão que tinha a missão de planejar as ações de desenvolvimento para a região através de uma política de integração à nação.

De acordo com Silva (2008), a partir da década de 1960, o governo do Estado do Pará e posteriormente os Militares concederam grandes extensões de terras na região do Araguaia paraense. Essas concessões ocorreram a partir da constituição de várias empresas e agências do Sudeste do Brasil, sobretudo as formadas por empresários paulistas interessados na especulação e venda de grandes fazendas para a implantação de lavouras de café em áreas de florestas em função da queda de produtividade, na região de Bragança Paulista-SP.

Os corretores de terras João Lanari do Val, Nicolau Lunardelli e Carlos Ribeiro chegaram a adquirir junto ao governo do Pará a concessão de quase um milhão de hectares de floresta na região de Conceição do Araguaia. João Ramalho, morador da região do Araguaia paraense, narra a respeito de seu conhecimento sobre o contexto desse período:

*O Aurélio do Carmo era o governador na época e o Aurélio foi para São Paulo com o estafê dele, os secretários e fez uma reunião com o setor industrial em São Paulo, oferecendo investimentos no Pará, sobretudo terras, grandes quantidades de terras. E os grandes empresários paulistas, tanto da indústria quanto do campo, de grandes fazendas e havia uma semelhança, quer dizer, o camarada era industrial, mas era também fazendeiro de café no interior de São Paulo. Resultado: as vantagens eram tantas e o dinheiro era tanto nos cofres da SUDAM que não era SUDAM, era SPEVEA (Superintendência de Valorização da Amazônia). O resultado era tanto dinheiro que atraiu esse pessoal que veio muito mais com intenção de tirar o dinheiro do que de investir na região de forma planejada, e aí que está o crime e a falta de responsabilidade tanto do Estado quanto do empresariado da época. Por exemplo, o Amador Aguiar, que era o dono do Bradesco (Banco Brasileiro de Descontos), atraído por isso veio para a região e ele muito espertamente fez duas coisas, sabia que ia cometer um massacre, entrou com um projeto para amenizar o impacto desse massacre e foi criando a Fundação Bradesco que é uma escola de nível médio em Conceição, para tentar amenizar o impacto provocado pela crueldade e pela perversidade da turma dele ao abrir as fazendas Bradesco que hoje é uma Vila, Vila Bradesco. Latifúndio enorme, enorme e sem piedade, colônia do colonizador português, do colonizador espanhol, a mesma coisa, a mesma coisa recente, entendeu? Isso na década de 1960. Eu faço questão de citar o nome, que eu já peitei ele uma vez e faço questão de citar o sobrinho do Amador Aguiar, dono do Bradesco. Muito bem, ele mandou o sobrinho dele para lá, chamado Aygo Hudson Pylle, eu lembro até hoje o nome porque ele*

*era uma figura tão escravocrata que eu tenho na memória. Mas então, para fazer a expulsão daqueles moradores que foram para lá no século XIX ainda com Frei Gil Vila Nova, famílias que foram para a região em 1897 e estavam lá em 1960, pequenos coletores, criadores que abasteciam de carne inclusive de gado curraleiro a própria cidade, né? Resultado: para expulsar esse povo, expulsar da forma mais cruel que você pode imaginar, por exemplo, o caboclo estava no seu cavaleiro pangaré tocando o seu gado, eles entravam na região onde podiam andar de jipe açoitando aquele proprietário daquela terra que quando chegou lá só tinha os índios e eles viviam harmoniosamente sem nenhum problema, essa é uma dívida social que o Bradesco tem e que não paga com a construção de uma escola. (João Ramalho, morador, entrevista realizada em 21/04/2013)*

Ao contrário das grandes empresas e corretoras, os pequenos criadores agropastoris, posseiros e pequenos produtores que ocuparam essa região desde o final do século XIX não se preocupavam com titulações. Não restam dúvidas de que os conflitos que ocorreram a partir de 1960 estão associados à ocupação do território por empresas que passaram a disputar o espaço com antigos posseiros.

As famílias descendentes dos criadores de gado e os camponeses que habitavam os campos naturais do Sul do Pará, desde o final do século XIX, por não possuírem títulos de propriedade, das terras em que viviam apesar da ameaça decorrente do capitalismo nessa região da Amazônia, ainda manteriam suas posses por alguns anos. Isso porque no início desse movimento as corporações imobiliárias, agências e corretores estavam, na verdade, mais interessados na apropriação, especulação e comercialização nas regiões cobertas pela floresta tropical, porque nelas é que se encontravam os solos agricultáveis. (SILVA, 2008, p. 10).

De acordo com Figueira (1986), Loureiro (1992) e Vaz (2013), até a década de 1950 não havia interesse econômico por essa região no que diz respeito à ocupação da terra, pois “[...] nesse tempo não havia preocupação quanto aos limites das terras, às demarcações ou aos papéis de domínio”, ou seja, a população agropastoril e extrativista pouco se preocupava com demarcação, documentação e beneficiamento da terra.

Dessa forma, pouquíssimos integrantes da frente pastoril preocupavam-se em buscar informações e meios para investir no processo de legalização de suas posses junto ao governo do Estado. Um grande número de fazendeiros era totalmente desfavorável a qualquer tipo de oficialização e documentação de seus estabelecimentos, por dois fatores distintos: um econômico, devido à dificuldade financeira de alguns; outro cultural, devido à total aversão quanto às questões governamentais e jurídicas, tal como seus antepassados repugnavam (VAZ, 2013, p. 57).

Em outra abordagem, Audrin (1963) argumenta que a documentação não despertava a ambição dos habitantes camponeses e extrativistas. Em síntese, nos primeiros cinquenta anos de ocupação dos campos e florestas no século XX, praticamente não ocorreram mudanças

profundas no que diz respeito à forma de produção agrícola e às atividades pastoris em todo o Sul do Pará.

Sem dúvida, a chegada dos grandes projetos outorgados pelo Governo Federal por meio de incentivos fiscais teve início a partir de 1960, quando os governos Federal e Estadual concederam grandes extensões de terras para grupos econômicos do Centro-Sul do Brasil. Essas concessões marcaram o início de uma nova realidade social, econômica e ambiental, uma vez que juntamente com a chegada das grandes empresas tiveram início as grandes devastações, como narra o morador abaixo:

*[...] a bolsa de negociação nem era em Belém, era em São Paulo. A bolsa de negociação das glebas eram de 900 alqueires, você sabe o que é isso? 900 alqueires goianos? São 48.400 metros quadrados por cada alqueire, pega 900 e multiplique por 5, são 45.000 hectares, meu amigo. Aqui, a Fazenda Mata Verde, Mata Geral, que hoje é uma vila, foi desapropriada e conseguiu naquela época 91.000 mil alqueires. Olha só, para se ter uma ideia a Mata Geral, que era do Grupo Lunardelli de São Paulo, grupo Lunardelli de família tradicional de São Paulo e rica. Agora você imagina o despropósito que era isso de 91.000 alqueires, eles tinha 91.000 cabeças de gado, era uma cabeça por alqueire, imagine! Isso é um absurdo! Hoje, do ponto de vista do rendimento, isso era zero e a forma como foi derrubado isso, olha só os atores que entraram (João Ramalho, morador, entrevista realizada em 21/04/ 2013)*

Por outro lado, Vaz (2013) observa que os criadores tradicionais de gado da região do Araguaia tiveram seu sistema de produção afetado com a instalação das empresas agropecuárias, uma vez que anteriormente as relações entre o proprietário criador e o vaqueiro funcionavam num sistema de partilha conhecido como “sorte”, em que no final do ano dividiam-se os animais que nasciam durante a prestação dos serviços do vaqueiro. A chegada da empresa agropecuária nos moldes capitalista de produção provocou várias mudanças nessas relações tradicionais.

Outra mudança drástica no sistema pecuário foi nas relações de trabalho, principalmente na forma de pagamento pelos serviços. Moreira Neto (1960) aponta que a frente pastoril mantinha a tradição de pagar os vaqueiros, os quais cuidavam diretamente do rebanho, oferecendo uma parte dos novos animais que nasciam sob sua responsabilidade. Esta nova frente de empresários e corretores passou a incorporar estes trabalhadores em suas fazendas, como funcionários. A primeira grande ruptura nas relações de trabalho, quando o vaqueiro passou a ser um trabalhador assalariado e não mais um “parceiro” de produção do fazendeiro, modificou definitivamente as possibilidades que até aquele momento uma família comum tinha: dedicar-se a uma pecuária familiar, com um rebanho formado pelas novilhas dos “pagamentos” e, dependendo da situação, podiam ampliar a quantidade de bovinos (VAZ, 2013, p. 57-8).

De acordo com Becker (1997), a concessão de grandes áreas com incentivos fiscais para empresas madeireiras e agropecuárias mudou a lógica da região. A abertura de rodovias como a Belém-Brasília e as estaduais PA 150 e 279<sup>3</sup>, entre outras, provocou uma corrida pela terra e, junto com ela, uma intensa degradação ambiental com derrubadas de grandes extensões para a formação de pastagem. Em menos de duas décadas (1980-1990) as extensas áreas das florestas da região já haviam sido devastadas por grandes empresas, seja para exploração da madeira, seja para a formação de pastagens.

Outro autor que trabalha essa questão, Pinto (1987) argumenta que a facilidade na busca dos recursos naturais da região provocou uma corrida desenfreada pela terra, fazendo com que as empresas, mesmo sem grandes investimentos, adquirissem sem nenhum critério extensões enormes para a exploração da madeira:

[...] no começo da década de 60 um hectare de terra na rodovia Belém-Brasília custava entre 7 mil e 12 mil cruzeiros (valor da época). Com a exploração de apenas 20 espécies florestais comercializáveis da floresta, o comprador poderia ganhar 40 vezes mais do que havia pago pela terra (entre 350 mil a 600 mil cruzeiros). Podia-se dar ao luxo de queimar a maior parte das árvores, extraindo apenas as de valor mais alto. (PINTO, 1987, p. 117).

Segundo Hébette (1992), com os governos militares no poder, a concessão de grandes extensões de florestas por grandes grupos econômicos, através da apropriação ilegal no Sul do Pará conhecida como “grilagem”, deu margem aos conflitos fundiários. Fatores sociais e econômicos como a abertura das rodovias, os incentivos fiscais e o discurso ideológico do governo contribuíram para atrair milhares de migrantes em busca de melhores condições de vida.

Percebe-se, então, que o modelo de desenvolvimento implantado pelos militares não levou em conta as condições sociais e culturais dos moradores locais que já ocupavam a região para retirar dali a sobrevivência das pequenas roças nos campos e floresta há décadas ocupadas, sem grande necessidade de devastar ou prejudicar os ecossistemas. A não observância dessas práticas provocou vários prejuízos ecológicos, visto que os novos migrantes do Centro-Sul trouxeram para a região as técnicas de produção que causaram sérios problemas ambientais (HÉBETTE, 1992).

Acerca dessa questão, Bentes (1992) pronuncia que os migrantes que chegavam à região apresentavam completo desconhecimento da floresta e dos solos amazônicos. A maioria desses agricultores, vindos do Centro Sul, era até então de criadores de gado e imaginavam que suas técnicas seriam as mesmas utilizadas nos seus lugares de origem.

Por um lado, eram evidenciados os problemas relacionados à atividade pecuária: a transformação de enormes áreas de florestas em pastagens, inclusive sem respeito a leis que proibem a derrubada de certas árvores – a exemplo das castanheiras; a ausência de estudos prévios sobre a região, ocorrendo a simples transferência do modelo pecuário empreendido no Centro-Sul do País. (BENTES, 1992, p. 93).

Assim, a derrubada da floresta e as queimadas para a formação de pastagens criaram um quadro de destruição sem precedentes na região. Segundo Altieri (2004), o mapa de desmatamento na Amazônia, nas três últimas décadas do século XX, foi alarmante pois, em um único século de exploração da borracha (1870-1970), desmatou-se apenas 2,5% da região Amazônica, enquanto que em apenas vinte anos de incentivos fiscais (subsídios dados às empresas e fornecidos pelo Governo Federal de 1970-1990) esse índice atingiu 7,7% da região.

De acordo com o autor, o percentual demonstrado acima corresponde a 10% de devastação da região. Por outro lado, em dez anos de expansão da fronteira (1980-1990) a devastação atingiu a cifra de 4,3%, correspondendo a 14,3% de desmatamento de matas nativas. Altieri (2004) aponta ainda que as principais causas que conduzem ao desmatamento são a concepção dos grandes proprietários e madeireiros de que a oferta de reservas florestais é ilimitada, associada às causas principais da devastação como a falta de rigor na aquisição de áreas e a migração em grande escala.

O Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), órgão ambiental de pesquisa do meio ambiente que monitora diariamente derrubada e queimadas na Amazônia Legal através do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), demonstra que os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia têm sido os responsáveis pela maioria dos desmatamentos na atualidade.

Assim, em função dos projetos de desenvolvimento local, percebe-se que, no contexto regional do Sul do Pará, a degradação ambiental vem predominando, de maneira que o período de (1970-1980) foi marcado por grandes alterações ambientais na paisagem, em virtude dos grandes desmatamentos e queimadas para a formação de pastagens.

Até a década de 1950, as atividades econômicas na região da Amazônia restringiam-se ao capital comercial e às atividades ligadas ao setor extrativista, estando suas principais fontes de riqueza associadas à coleta de produtos da floresta (castanha-do-pará, borracha, óleos vegetais, etc.) e à prática da pesca artesanal. Essas atividades foram, portanto, a principal fonte econômica da região durante meio século, de modo que “as terras amazônicas estavam ocupadas por habitantes naturais que ou viviam nas poucas cidades existentes, ou se

espalhavam pelo território, dedicando-se especialmente ao extrativismo, sob formas diversas” (LOUREIRO, 1992, p. 96).

Como já mencionamos anteriormente a esse período, a atuação do Governo Federal na Amazônia se deu, sobretudo, visando a explorar o máximo possível as riquezas naturais existentes. No período colonial, por exemplo, a atuação portuguesa restringiu-se igualmente ao extrativismo de produtos da floresta e à construção de fortificações para garantir a posse da terra e evitar invasões estrangeiras.

De acordo com Ianni (1978) e vários outros autores, as constantes secas que assolavam o Nordeste desde o século XVIII provocaram intensas migrações para a Amazônia e uma seca prolongada no Nordeste fez com que milhares de nordestinos migrassem para a região do Araguaia, Norte de Goiás, onde exerceram pequenas atividades agrícolas.

À medida que iam penetrando pelo sertão, desciam o Araguaia e avançavam em direção à Amazônia paraense em busca de trabalho no extrativismo da borracha. Já nas primeiras décadas do século XX, percebe-se, então, uma pequena mudança na estrutura fundiária local, quando muitos desses migrantes estabeleceram-se às margens do rio Araguaia, no Sul do Pará, passando a trabalhar no extrativismo e na criação de gado em campos naturais e cultivando a terra em pequenas propriedades.

Em relação a esse fenômeno migratório, Hébette (1992) retrata com propriedade a vida sofrida dos nordestinos nos seringais da Amazônia, bem como a dificuldade de adaptação a essa nova realidade socioambiental quando da ocupação da região de Bragança no Pará onde, segundo ele, “[...] criaram a pequena propriedade familiar: a roça. Formaram uma nova organização social; um tipo de campesinato [...]” (p. 119).

Maiores mudanças nas estruturas fundiária e socioambiental na Amazônia só viriam a ocorrer com a penetração de grandes grupos minerais e agropecuários na região, por ocasião da ocupação pelos militares, na década de 1960.

De acordo com Oliveira (1988) e outros autores, que se têm preocupado com essa questão, a ideia principal que deu sustentação à ocupação da Amazônia pauta-se na doutrina de segurança nacional do **“integrar para não entregar”**, amplamente difundida pelos militares através de um discurso ideológico reforçador da ideia da necessidade de integração da Amazônia ao resto do país antes de sua “invasão” por estrangeiros.

Segundo Martins (1981), ainda na década de 1940, vários grupos camponeses organizaram os movimentos de luta pela terra no país. No entanto, foi na década de 1950 que esses movimentos adquiriram maior consistência quanto aos seus objetivos através,

sobretudo, do surgimento das *Ligas Camponesas* no Nordeste do país, lideradas por Francisco Julião contra os donos de engenho e latifundiários de terras na zona da mata nordestina.

Nesse sentido, o fortalecimento das *Ligas* e o crescimento de um forte movimento sindical no campo contribuíram para o surgimento da *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (CONTAG), que passou a adquirir um caráter nacional enquanto movimento social no campo (MARTINS, 1981).

Ainda de acordo com esse autor, os governos militares incentivaram a migração de nordestinos para ocupar o território na Amazônia através de projetos de colonização, esperando com isso eliminar a forte organização camponesa para contribuir com o “alívio” das tensões sociais provocadas pela grande concentração de terras no Nordeste.

Segundo vários autores, a migração dos nordestinos para a Amazônia é reforçada por um mito conhecido popularmente por “bandeiras verdes”. Esse mito, muito difundido no Sul do Pará, teria sido pregado pelos “beatos do sertão”, preconizando que, nos momentos de grandes necessidades – quando a fome, a seca e a doença afligissem os nordestinos –, esses deveriam marchar em direção aos grandes rios da Amazônia e lá encontrariam as “bandeiras verdes”, lugares cheios de fartura, de caça e alimentos onde passariam a ter uma vida de plena felicidade.

Outro autor que discute essa questão, Pinto (2012) enfatiza que a migração dos nordestinos foi acompanhada por uma forte propaganda ideológica. O argumento serviria para justificar as verdadeiras intenções dos militares de apropriarem-se das imensas riquezas naturais da região através do incentivo e penetração de grandes capitais nacionais e internacionais. Nesse sentido, o incentivo para trazer os nordestinos serviria para aliviar as tensões sociais sobre as terras das elites nordestinas localizadas na Zona da Mata.

Era preciso atender as levas de sertanejos tocados do interior pela fome e a miséria, que se projetavam ameaçadoramente como vagas incontrolláveis sobre as cidades do litoral e as ricas propriedades rurais da Zona da Mata. Guardando o papel do discurso, Médici ofereceu uma solução em 1970. A Transamazônica. Os nordestinos seriam recrutados para construí-la como peões e também seriam assentados às suas margens como colonos. Teriam trabalho, terra e renda. O governo de direita do Brasil lhes atenderia com aquilo que seria a bandeira das massas russas revoltadas contra o czarismo milenar, que, seis décadas antes, provocaram o surgimento do primeiro governo socialista no mundo. O nordestino abandonado e maltratado finalmente se transformaria em dono de seu pedaço de terra, livrando-se do proprietário explorador. Não na sua terra natal. Na distante, desconhecida e misteriosa Amazônia. (PINTO, 2012, p. 72).

De acordo com Pinto (2012), a partir de 1970, e ao mesmo tempo em que os governos militares desenvolveram os Programas de Desenvolvimento Agrícola, também se priorizou a

penetração de grandes capitais, incentivando a ocupação de terras por grandes empresas agropecuárias nacionais e estrangeiras. Assim, grandes grupos econômicos estimulados por incentivos fiscais instalaram-se na Amazônia.

Ao se questionar a respeito desse assunto, Loureiro (1992) e Becker (1997) enfatizam que a instalação de grandes projetos na Amazônia atraiu não só os nordestinos, mas também milhares de migrantes de outras regiões do Brasil, em busca de terra e emprego nos grandes projetos da região. Vale ressaltar, ainda, que a instalação desses projetos trouxe mudanças profundas que acarretaram consequências graves para toda a região, quais sejam:

[...] uma corrida por grandes áreas de terras, com a concentração e o conflito como resultados disso a médio prazo, pois quanto maior a terra, maior a parcela de Incentivos Fiscais e quanto menor a terra, menor o preço por hectare [...]; b) a desaceleração do processo de industrialização em favor da agropecuária; c) danos ambientais de grandes proporções, também a médio prazo, pela transformação de áreas de florestas densas em áreas destinadas a pastagens pela simples queima da cobertura florestal [...] (LOUREIRO, 1992, p. 88-9).

No caso específico do Sul do Pará, na década de 1960, instalaram-se dezenas de projetos agropecuários financiados por incentivos fiscais em um curto período de tempo. Esses projetos de grandes empreendimentos ocuparam imensas extensões de terras, as quais já habitadas por populações locais há décadas, conferindo uma nova dinâmica de ocupação onde “[...] vê-se então todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados tornarem-se pecuaristas: Volkswagen, Bradesco, Bamerindus, Alô Brasil, Tecelagem Parahyba e tantas outras [...]” (HÉBETTE, 1992, p. 121-2).

De acordo com Ianni (1978) os grandes grupos econômicos do Centro-Sul que pretendiam investir nos grandes projetos na Amazônia desfrutavam de informações privilegiadas na aquisição de concessões de terras na região. Sabiam antecipadamente os traçados das futuras construções de rodovias onde poderiam demarcar as terras em suas margens como, por exemplo, a PA 150 que corta todo o Sul do Pará ligando Conceição do Araguaia à capital Belém.

[...] Desdobram-se em Conceição alguns efeitos dos mesmos movimentos econômicos e políticos que haviam propiciado a criação de Brasília e a construção da rodovia Belém-Brasília. A essas novas condições, somavam-se em seguida os incentivos e apoios financeiros, políticos e outros de agências governamentais como a SUDAM. [...] Fortes grupos econômicos do sul do País, para ser mais preciso de São Paulo, em sua maioria, que haviam adquirido do governo do Estado anterior ao da Revolução de 1964 os títulos de enormes extensões de terras, se sentiram atraídos pelas excelentes ofertas e facilidades proporcionadas pelos incentivos fiscais e para aqui se deslocaram investindo maciçamente grandes somas de capital no setor agropastoril (IANNI, 1978, p. 98-9).

Ainda segundo Ianni (1978), dentre os muitos objetivos previstos por esses grandes projetos, a ocupação da Amazônia e o arrefecimento das tensões sociais no Nordeste e no eixo Sul-Sudeste figuraram entre os principais nesse contexto, em que o processo de ocupação da terra nessa região intensifica-se através dos vantajosos investimentos públicos do Governo Federal.

De acordo com Pinto (1980), no Sul do Pará, a instalação desses projetos agropecuários, madeireiros e minerais foi marcada pela presença constante de disputas pela terra, de violência, trabalho escravo, exploração e miséria social dos trabalhadores rurais, sobretudo no período de instalação que requisitou grande quantidade de mão de obra para a abertura de fazendas, gerando constantes conflitos entre posseiros, proprietários rurais e povos indígenas.

Apenas para ilustrar essa situação de violência na região, segundo dados da *Comissão Pastoral da Terra* (2013), nas últimas três décadas no estado do Pará ocorreram 914 assassinatos em função da luta pela terra. Só no Sul e Sudeste do estado ocorreram 654 assassinatos, dos quais apenas 18 foram a julgamento e, desses, apenas 12 mandantes de crimes foram condenados, sendo que apenas 6 deles cumpriram a pena prevista. Vale mencionar, ainda, as várias obras de estudiosos que retratam “em cores fortes” essa dura realidade social da região como Pinto (1980), Loureiro (1992), Ianni (1978), Martins (1985) e Figueira (1986).

Ressalta-se ainda que a questão fundiária da região também foi marcada pela omissão e pela morosidade dos poderes públicos do Estado representados nas esferas federal e estadual (PINTO, 1980), o que reforça o argumento de que o Estado, através de suas agências financiadoras e de gestão, privilegiou os grandes investimentos, beneficiando apenas grupos econômicos:

O discurso oficial omite o direcionamento dos recursos sociais e o conflito da terra para subsidiar a acumulação dos grupos econômicos aliados ao poder, o desvio de recursos públicos para integrarem o capital de empresas estatais e de corporações que conjugam capitais estatais e estrangeiros. A marginalização e opressão dos grupos sociais rurais; o controle de sindicatos e movimentos de trabalhadores; a exploração e superexploração do trabalho. O Estado brasileiro, sob a ditadura, interpõe órgãos, instâncias burocratas, diplomas legais e forças militares e policiais entre as massas subordinadas da sociedade civil (na cidade e no campo) e os grupos no poder, justificado na aliança com o Estado, na necessidade da acumulação, de “fazer o bolo crescer” e de modernizar o país. (LOUREIRO, 1992, p. 67).

Em linhas gerais, os projetos de desenvolvimento regional e de ocupação proporcionados pelo Estado sob o comando dos militares não tinham intenção de solucionar os problemas graves de desequilíbrio social e agrário provocados pela concentração de terra na Amazônia.

## **2.5 A questão das queimadas: um cenário de devastação**

Segundo Loureiro (1992), a devastação de florestas na região atingiu seu nível máximo na década de 1980, quando se registrou grande número de desmatamentos no chamado *Polígono dos Castanhais*, região localizada próxima à cidade de Marabá. À época, o fato foi amplamente divulgado pela mídia nacional e denunciado por várias entidades de defesa do meio ambiente.

Apesar de contarem com a proteção de legislação Federal desde 1981 (Lei nº. 6.938, de 1981, substituída pela Lei nº. 12.652, de 2012), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e da lei Estadual nº. 6.895, de 2006, que dispõe sobre a proteção às castanheiras, os órgãos ambientais não conseguem evitar que as madeiras continuem explorando e contrabandeando clandestinamente suas toras.

Segundo Ayres (1992), por causa da exploração da madeira em áreas de grande diversidade, várias espécies de animais que sobrevivem na floresta amazônica podem desaparecer em poucas décadas, pois a extração ilegal de madeiras e os desmatamentos vêm contribuindo para o desaparecimento de seu *habitat* como ocorre, por exemplo, com o *Uacari Branco* e o *Amambé Preto* (espécies de macacos em extinção), atualmente protegidos em uma reserva federal no estado do Amazonas. Para esse autor, muitas espécies de animais só conseguiram sobreviver devido a intensas lutas de ambientalistas que defendem a criação de reservas de proteção ambiental.

[...] em poucos hectares de floresta é possível encontrar mais espécies do que em toda a Europa. [...] mas a fauna amazônica tem aspectos singulares. Vivem aqui, por exemplo, o maior inseto do mundo ou o maior macaco do mundo [...] mais de 2.000 espécies de peixes, quase 950 espécies de pássaros, aproximadamente 300 mamíferos e em torno de 10% das espécies de plantas conhecidas no mundo. (AYRES, 1992, p. 129-135).

Ainda segundo o autor, várias espécies correm sérios riscos de extinção em função da caça predatória e da pesca comercial que, mesmo com a existência de legislações que as

proíbem, não são inibidas como, por exemplo, a pesca do *pirarucu*, principal peixe da Amazônia que pode atingir 200 quilos e está praticamente extinto dos grandes rios devido à contínua captura para venda clandestina.

Dados do IMAZON (2012), através do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), detectaram 487 quilômetros quadrados de áreas desmatadas na Amazônia Legal. Desses, pouco mais de um terço (36%) do desmatamento ocorreu no Pará e um pouco menos (30%), em Mato Grosso. O restante dos desmatamentos deu-se em outros estados como Amazonas (17%), Rondônia (12%), Acre, Tocantins e Roraima.

Tais dados novamente confirmam nossa percepção de que a proposta de desenvolvimento da Amazônia ditada pelos militares não levou em conta as consequências sociais e os impactos ambientais na região, facilitando a entrada de empresas agropecuárias e madeireiras interessadas na especulação de terras através, sobretudo, dos projetos de desenvolvimento pensados para a região a partir do princípio da ocupação urgente do “vazio demográfico”, ainda que esse implicasse a destruição da floresta.

## **2.6 Região, fronteira e frente de expansão**

Utilizamos o conceito de “região” a partir da compreensão de Becker (1997) e Paiva (2004b) pois, segundo esses autores, o termo tem origem no latim – *regione* – e comunga, não por acaso, do mesmo radical (*reg*) que se refere a regras, regência e regulação, sendo o termo utilizado como suporte ao princípio de atribuir regramento à ideia de território. Em outras palavras, podemos então definir criteriosamente uma *região* como um território que teve como resultado um procedimento de regionalização, deixando de ser apenas uma entidade física para ser visto como fruto de uma construção social.

Ainda sobre essa questão, buscamos discutir o conceito de *fronteira* na Amazônia que se enquadra no contexto do Sul do Pará, a partir das mudanças que nela ocorreram na segunda metade do século XX e da compreensão de autores da Geografia e da Sociologia, entre eles Velho (1976), Martins (1987; 2012) e Becker (2007). As definições apontadas por esses autores demonstram que as análises sobre a Amazônia devem levar em consideração a atualidade desse conceito, de modo que a *fronteira* não se restringe às questões geográficas por constituir-se *fronteira* de diferentes coisas:

[...] É também lugar de elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera do advento, do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos, já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado”, e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos (MARTINS, 2012, p. 10).

Dentro dessa mesma linha de raciocínio, Amaral (2010), utilizando-se da concepção de Velho (1976), argumenta que a ideia de *fronteira* não pode ser compreendida apenas como uma fundamentação econômica e geográfica, pois funda-se em uma inter-relação entre os diferentes momentos da história.

Numa tentativa de avançar ainda mais nessa discussão, Velho (1976) substitui o conceito pelo debate sobre *fronteira em movimento* uma vez que, segundo ele, a região Amazônica deixa de ser apenas extrativista e mineral para ser alcançada pela frente agropecuária recebendo novos atores como os camponeses. Vale ressaltar, ainda, que esse autor nos alerta para o detalhe de que isso ocorreu com a presença de contradições e conflitos diversos:

[...] Deve ser dito que essa ocupação camponesa não foi inteiramente pacífica. Devido a choques anteriores com coletores de borracha e castanha, os grupos indígenas já estavam muito reduzidos numericamente nessa área a ser alcançada pela fronteira (nessa época, talvez uma frente de expansão) camponesa nos anos 50 e nenhum problema significativo surgiu da parte deles (Laraia e Matta, 1967); pelo menos do ponto de vista dos camponeses. Mas houve problemas com grandes “donos” de castanhais e criadores de gado. Toda espécie de conflito surgiram. Em diversos casos camponeses individuais e mesmo grupos inteiros foram forçados a deixar a terra que haviam cultivado sem receber nenhuma compensação. Por vezes era empregada a violência aberta com a destruição de plantações pelo gado e a queima das casas. Mortes também ocorriam. (VELHO, 1976, apud AMARAL, 2010, p. 113).

Por outro lado, Vaz (2013), interpretando a obra de Martins, nos chama a atenção para a compreensão do termo *fronteira*, ao afirmar que esse conceito vai muito além das *frentes de ocupação*. No seu sentido amplo, “navega” para algo “desejado” e/ou “inatingível”, o que reforça a ideia de migração permanente. No caso particular do Sul do Pará a *fronteira* já se expandiu para outras regiões distantes como São Félix do Xingu, Anapú e Novo Repartimento. De acordo com essa autora,

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito

decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (VAZ, 2013, p. 62).

Em síntese, Amaral (2010) e Vaz (2013), pautados nas concepções de Martins, esclarecem que há diferenças entre o que esses autores consideram como os conceitos de *Fronteira*, *Frente de Expansão* e *Frente Pioneira*. Enquanto que para os geógrafos a *Frente de Expansão* é vista como uma das fases da reprodução ampliada do capital, os antropólogos, ao contrário, entendem que a Frente de Expansão é vista como uma face da fronteira, não devendo ser entendida caracteristicamente como capitalista, mas sim como redes de trocas e relações comerciais. Os antropólogos referem a *Frente de Expansão* como fronteira demográfica. Assim, entre a esta fronteira demográfica e a fronteira econômica é que se encontra e se apreende o que seria a Frente de Expansão.

### **2.6.1 As visões recentes sobre a região**

De acordo com Loureiro (2009), a história da Amazônia, desde a ocupação portuguesa, está articulada aos contextos regional, nacional e internacional que, apesar de suas particularidades, podem ser estudados como um todo, pois um dos traços que caracteriza a formação social da região é a persistência das mesmas práticas elitistas e patrimonialistas voltadas, sobretudo, à acumulação de riquezas despreocupada com as perspectivas de melhorias da qualidade de vida das populações locais.

Ainda segundo Loureiro (2009), apesar do poder do Estado e das elites que executam as políticas públicas de “cima para baixo” os vários movimentos sociais da cidade e do campo como, por exemplo, os movimentos contra a construção de barragens têm-se organizado e procurado resistir à exclusão e à dominação de variadas formas.

A economia atual está pautada, então, nos suportes de mineração e pecuária controlados por grandes grupos nacionais e internacionais, mas não podemos negar que existem formas de resistência a esse modelo através da organização de movimentos sociais formados por pequenos produtores de várias categorias descapitalizadas ou excluídos do sistema econômico atual.

Segundo Becker (2009), a partir de um ponto de vista mais recente sobre o desenvolvimento da região, o século XXI na Amazônia será de grandes perspectivas e desafios, pois embora essa região tenha sofrido um processo de transformações ambientais,

sociais e econômicas bastante profundo, há ainda a possibilidade de se construir uma proposta que possa conciliar minimamente desenvolvimento e respeito ao meio ambiente.

Numa visão contestatória, Pinto (2012) argumenta que o século XXI começou com a construção de barragens como a de Belo Monte, no Pará, e Jirau, em Rondônia. A construção dessas obras vem sofrendo fortes contestações de movimentos sociais e, segundo esse autor, sob a égide da ditadura, os militares implantaram projetos na Amazônia sem discutir ou dialogar com as populações locais. Da mesma forma, os governantes atuais, apesar das fortes mobilizações ambientais, continuam promovendo o “desenvolvimento” sem discutir as alterações e projetos com os diversos segmentos sociais locais.

Outra questão importante que vem ganhando destaque no contexto atual da Amazônia tem sido, além da questão da construção de barragens, as obras que envolvem a construção de hidrovias. Há uma controvérsia levantada pela advogada Ilma Barcelos, e negada pela *Agência Nacional de Águas* (ANA) e pela Marinha, de que já se registrou até mesmo a hidropirataria, ou seja, o roubo de água por navios estrangeiros que carregariam em seus porões 250 milhões de litros por viagem (PINTO, 2012, p. 18).

A construção de grandes barragens para a geração de energia elétrica tem sido alvo de intensas contestações de povos indígenas, dos movimentos sociais locais e até mesmo do Poder Judiciário. No caso da hidrelétrica de Belo Monte, localizada no Oeste do Pará, e da obra de Jirau, na região do povoado de Jaci-Paraná, em Porto Velho/RO, são registradas diversas paralisações da obra devido a ações judiciais e conflitos sociais.

Recentemente, os Governos Federal e Estadual vêm debatendo também a implantação da navegação através da construção da hidrovia Araguaia-Tocantins. A implantação dessa obra requer dragagem e detonações do pedral de Lourenço, no rio Tocantins berço de procriação de várias espécies de peixes. Segundo vários especialistas renomados que têm participado desse debate, a construção de tais obras afetaria diretamente esses imensos pedrais que são ambientes de grande concentração de espécies de peixes no rio Tocantins, acarretando danos na biodiversidade local.

De acordo com Pinto (2012), não há dúvidas de que novamente os movimentos sociais reagirão a mais uma forma de desenvolvimento que visa beneficiar o agronegócio da soja e do gado, dando passagem para grandes carregamentos de balsas para exportação.

Para pôr fim a essa temática, lembramo-nos de um documento publicado no portal literário do antropólogo e jornalista Mário Ribeiro Martins que, respeitando inclusive a ortografia original, narra a aventura corajosa realizada pelo parlamentar goiano do período do Brasil Império, Rufino Theotônio Segurado, nos anos de 1847-48, através da qual descreveu

minuciosamente em seu diário a dramática viagem nos rios Tocantins e Araguaia, de Belém, capital do Pará, até suas nascentes com o intuito de avaliar a viabilidade de navegação comercial nesse rio, conforme descreve a passagem pelo local atualmente denominado de Pedral de Lourenço:

[...] Abaixo do salto de José Correa está um montão de grandes pedras, para onde correndo as aguas com indizível impetuosidade, muitos negociantes de barcos têm achado n'ellas a sua perdição. Só o emprego de muitas forças unidas, sem dependencia de outro algum artifício, é capaz de remover a maior parte dos perigos que ahi se encontram. Ao sahir do salto denominado Tortinho, atravessando o canal acha-se um grande rochedo igualmente perigoso: o emprego de algumas libras de polvora pode franquear esta passagem. Tendo exposto em resumo o que julgo de maior perigo a respeito da cachoeira de Itaboca, devo chamar sobre este lugar da carreira do Pará pelo Tocantins a attenção do governo do nosso paiz. Alguns contos de réis serão bastantes para que se evite as perdas que actualmente sofrem os particulares, e com elles a nossa provincia. Da Itaboca ao Presidio de São João de Araguaia(11) não pude gastar menos de um mez, por isso que em todo o canal do Tauri(12), que é muito perigoso e demanda muito trabalho, achei-me com a maior parte da tripolação atacada de febres catarrhaes, cujas curas muito se difficultavam em razão da natureza do trabalho, falta de commodidades e conhecimentos profissionais (Theotonio Segurado, 22 de junho de 1847)

No entanto, 167 anos já se passaram desde a publicação do relatório de Teotônio, os governantes atuais ainda não encontraram soluções viáveis para a navegação do Tocantins e do Araguaia. O projeto que começou ainda no Governo Fernando Henrique (1995-2002) gera até os dias de hoje debate entre as autoridades e discussões acaloradas entre as entidades sociais em torno de sua viabilidade.

## **2.7 O discurso do desenvolvimento “na pata do boi”**

Mencionamos, anteriormente, que a região da qual tratamos foi ocupada a partir da década de 1960 com a abertura de grandes rodovias como a Belém-Brasília (PA 150, atual BR 155) e PA 279, que liga a PA 150 à região do Xingu. Assim, trataremos agora da migração que se estabeleceu na região e que se deu de forma desordenada e com pouca ou nenhuma presença ativa de ações de planejamento governamental.

Martins (1981) menciona que os migrantes vindos de diversas regiões do Brasil adentravam a mata, abriam uma picada e demarcavam um pedaço de terra onde começavam a plantar e a criar gado. Algum tempo depois da ocupação da área recorriam, então, aos órgãos do governo para reivindicar a titulação da terra ocupada através, por exemplo, do *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA).

Isso ocorreu na década de 1970, entre os rios Araguaia e Tocantins, numa extensão de 240 km onde existiam apenas duas regiões habitadas por brancos colonizadores: as cidades de Conceição do Araguaia, às margens do rio Araguaia, e Marabá, na confluência dos rios Tocantins e Inacaiunas. Entre essa vasta região territorial do Sul e Sudeste do Pará, havia um imenso vale fértil coberto por densas florestas e por grande quantidade de castanhais nativos em uma extensão superior à do território francês. Em poucas décadas, essa região foi tomada por uma espécie de “febre agropecuária”, o que é ilustrado em uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, do ano de 1976, que versa sobre a ocupação da região:

Derrubam-se as matas e constroem-se caminhos e estradas para que se criem e expandam as fazendas de gado. Embora a vocação da Amazônia não possa ser definida numa única atividade econômica, confia-se na pecuária como o principal agente de ocupação e integração da Região Norte. O gado é a linha de frente e, como gostam de dizer os economistas, a integração se processa pela *pata do boi* (O Estado de S. Paulo, 04/04/1976, apud IANNI, 1978, p. 44).

A forte migração e a ocupação desordenada da região motivaram a grilagem e a ocupação ilegal da terra; aliado a isso está ainda a inoperância dos órgãos oficiais que não conseguiram atender à grande demanda de migrantes em busca de terras.

[...] o processo de ocupação de terras devolutas sempre foi fácil, não exigindo nenhuma formalidade antecipada. [Até pouco tempo] bastava embrenhar-se na mata, construir um rancho, limpar um trecho, plantar uma roça e demarcar com uma picada rústica a área de posse. Em seguida deveria ser feito uma solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmada com título definitivo. Um mecanismo simples, mas mesmo assim impossível de ser seguido pelos posseiros, a maioria analfabetos e sem recursos a não ser os braços e a vontade de trabalhar. (IANNI, 1978, p. 113).

Nesse contexto, percebe-se que há uma mudança nas relações de produção, pois enquanto os camponeses tradicionais enxergavam na terra a sobrevivência sem se preocupar com títulos e documentação, as empresas seguem as práticas capitalistas de produção com documentação, empréstimos e mão de obra assalariada, ou seja, ao contrário dos posseiros, as grandes empresas que se instalaram na região obedeciam a um critério burocrático que ia desde a legalização da terra e a obtenção de grandes empréstimos até os incentivos fiscais para instalar seus empreendimentos.

No entanto, para Pinto (1980), não foram totalmente “legais” os procedimentos adotados pelas empresas agropecuárias. A maioria dos grandes projetos que se instalaram no Sul do Pará praticou todos os tipos de crimes e irregularidades contra moradores tradicionais e posseiros como a violação dos direitos trabalhistas, ameaças, submissão dos trabalhadores à

prática de trabalho escravo e expulsão de suas terras. A titulação das propriedades por empresas agropecuárias, por exemplo, tinha por objetivo apenas contrair grandes empréstimos em agências oficiais como a *Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia* (SUDAM) que, na maioria das vezes, sequer se destinava a investimentos na região. A seguir, relataremos o contexto histórico e social da região inserido na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, no Sul do Pará.

### 3 A BACIA HIDROGRÁFICA TOCANTINS-ARAGUAIA



**FIGURA 3** - Localização da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia no Brasil.  
Fonte: Agência Nacional de Águas - ANA, 2009.

O contexto histórico e geográfico estudado neste trabalho, referente à região da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, corresponde apenas a um pequeno trecho do Sul do Pará. De acordo com Teodoro et al. (2007), a recomendação mais adequada para compreender as definições de questões geográficas e explicar o conceito de bacia hidrográfica é o utilizado como

[...] um conjunto de terras drenadas por um rio e seus afluentes, formada nas regiões mais altas do relevo por divisores de água, onde as águas das chuvas ou escoam superficialmente formando os riachos e rios, ou infiltram no solo para formação de nascentes e do lençol freático. As águas superficiais escoam para as partes mais baixas do terreno, formando riachos e rios, sendo que as cabeceiras são formadas por riachos que brotam em terrenos íngremes das serras e montanhas e à medida que as águas dos riachos descem, juntam-se a outros riachos, aumentando o volume e formando os primeiros rios, esses pequenos rios continuam seus trajetos recebendo água de outros tributários, formando rios maiores até desembocarem no oceano, (TEODORO et al., 2001, p. 138).

Segundo dados da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM, 2005), a bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins ocupa cerca de 10,4% da área desse estado, sendo seus principais afluentes os rios Preto, Jacundá, Oeiras, Inajá, Gameleira ou Chicão, Salobo, Itacaiunas, Madeira, Parauapebas, Sereno, Sororó, Praia Alta e Trocará.

Os municípios paraenses que fazem parte dessa bacia hidrográfica são: Oeiras do Pará, Marabá, Itupiranga, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Jacundá, Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Piçarra, Curionópolis, Parauapebas, Sapucaia, Canaã do Carajás, Xinguara, Água Azul do Norte, Rio Maria, Floresta do Araguaia, Pau d'Arco, Redenção, Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Breu Branco, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri e Cametá.

A Agência Nacional de Águas (ANA, 2010) demonstra que a Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia possui uma área total de 918.822 km<sup>2</sup>, ou seja, cerca de 11% do território brasileiro. Ela abrange os estados de Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Maranhão (4%), Mato Grosso (15%) e o Distrito Federal (0,1%).

Ainda segundo a ANA, sua configuração é alinhada, com sentido sul-norte, seguindo a direção predominante dos cursos d'água principais, os rios Tocantins e Araguaia, que se unem na parte setentrional da região próximo à cidade de Marabá. A partir desse encontro, o rio passa a ser denominado rio Tocantins, seguindo seu curso até desaguar na baía da Ilha de Marajó, nas proximidades de Belém, capital do Pará.



A abertura de rodovias, a instalação de projetos minerais, madeireiros e agropecuários associados à forte migração de populações contribuiu para o surgimento de pequenas vilas e povoados em torno das rodovias que, posteriormente, transformaram-se em municípios, como Xinguara que, a partir de 1982, conquistou sua emancipação político-administrativa.

### 3.1 O município de Xinguara/PA

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Xinguara faz parte da microrregião de Redenção, sendo localizado na latitude 07°05'45" sul e na longitude 49°56'45" oeste. Limita-se ao Norte com os municípios de Canaã dos Carajás e Curionópolis; ao Sul com o município de Rio Maria; a Leste com o Município de Piçarra e o Rio Araguaia (Estado do Tocantins) e a Oeste com os municípios de Água Azul do Norte e Ourilândia do Norte. Situa-se a 629 km ao Sul de Belém, capital do Estado do Pará, com altitude em torno de 279m na sede.



**FIGURA 5** – Localização do município de Xinguara no Estado do Pará – Brasil.  
Fonte: IBGE, 2012.

Ainda segundo dados do IBGE, o município integra a área da Amazônia Legal e

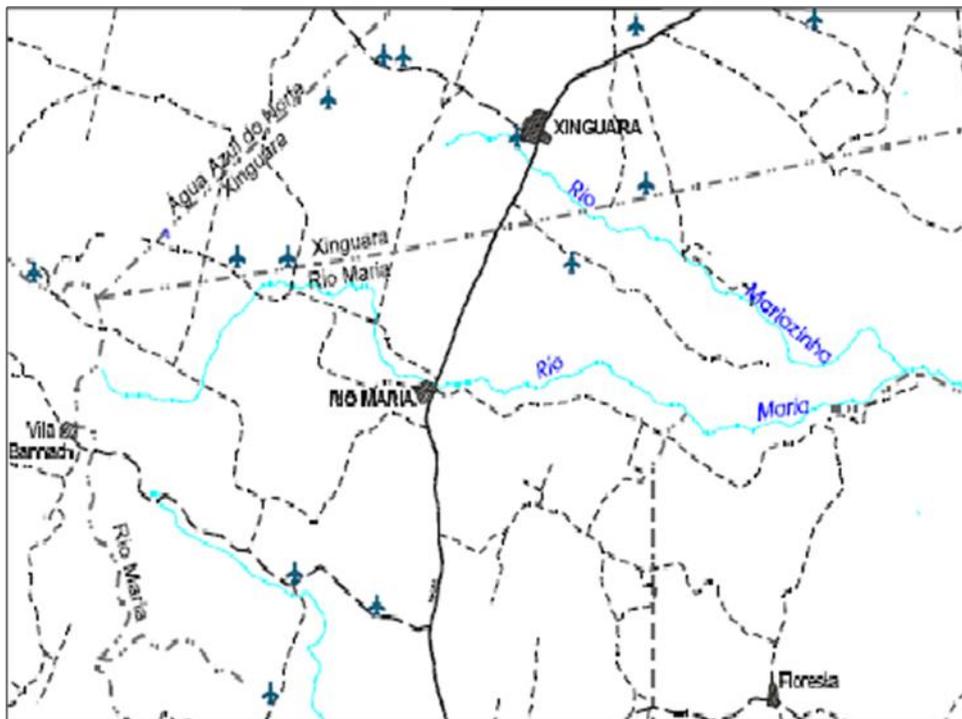
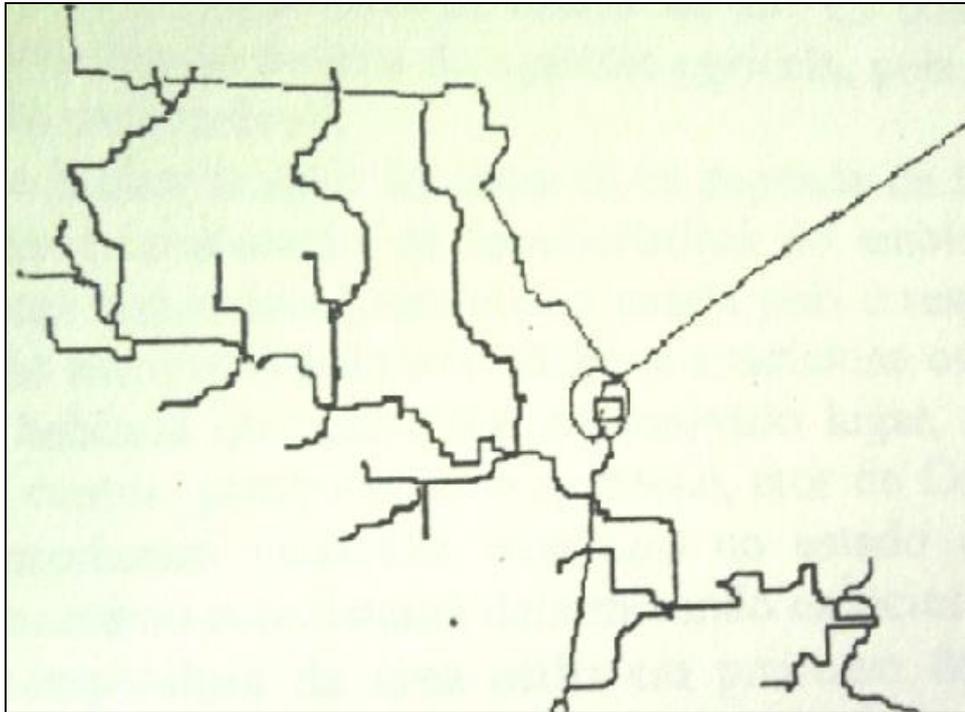
possui uma densidade demográfica de 10,74 hab./km<sup>2</sup> em uma área de aproximadamente 3.779 km<sup>2</sup>, onde encontramos uma população de 40.573 habitantes, sendo 77,6% fixados na zona urbana e 22,4% na zona rural. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Xinguara, de acordo com dados do ano de 2010, é de 0,646; longevidade 0,800; renda 0,671; educação 0,503, segundo o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD, 2013). Os dados em geral demonstram que, assim como em várias regiões do Brasil, a região vem melhorando nos aspectos de renda, educação e saúde. No entanto, no aspecto saneamento básico, os números ainda estão abaixo da média nacional constituindo um fator de perocupação na gestão dessas políticas públicas.

Uma rápida análise dos dados do PNUD (2013) nos permite afirmar que, apesar de o município se destacar na economia como um grande produtor e exportador de carne bovina, com um dos maiores rebanhos bovinos e renda *per capita* do Estado, as condições de vida da maioria da população continuam precárias, o que se confirma, por exemplo, nas péssimas condições de moradia, nos baixos índices de educação, na falta de saneamento básico na cidade e nas péssimas condições dos serviços de saúde ofertados à população.

O surgimento da cidade ocorreu em função dos grandes projetos de desenvolvimento implantados no período dos Governos Militares, razão pela qual a população é formada basicamente por migrantes vindos de diversas regiões do Brasil, principalmente goianos, mineiros, maranhenses e piauienses. Como já dito, a migração se deu em função dos grandes projetos instalados no município que, inicialmente, empregaram grande quantidade de mão de obra em atividades madeireiras, agropecuárias ou garimpeiras.

No que concerne à hidrografia, segundo dados da *Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente* (SECTAM, 2005) e do *Zoneamento Econômico Ecológico do Estado do Pará* (ZEE/PA, 2002), o município estudado localiza-se na bacia do Tocantins-Araguaia, cujo eixo drenante constitui limite com o estado do Tocantins. A sub-bacia do Mariazinha localiza-se, por sua vez, na mesorregião Araguaia Paraense, cobrindo uma área de aproximadamente 5.825 km<sup>2</sup> e inserindo-se nos municípios de Xinguara e Rio Maria.

De acordo com o *Departamento Nacional de Produção Mineral* (DNPM, 2007), em um estudo realizado durante o processo de concessão de água em Xinguara identificaram-se inúmeras nascentes dentro do município, entre elas as formadoras da bacia do rio Itacaiunas, como as nascentes dos rios Caracol, Água Preta, Santa Rosa e Parauapebas; além de *braços* que desaguam no rio Araguaia, como os rios Mariazinha, Água Fria, Maria e Sapucaia, além dos córregos da Onça e da Jaguatirica, Jatobá, Córrego da Califórnia e o ribeirão Flor do Gaúcho, entre outros.



**FIGURA 6** – Antigos mapas da sub-bacia do rio Mariázinha: Acima, o mapa desenhado pelos topógrafos que demarcaram a área na década de 1980 e, abaixo, o curso dos rios Mariázinha e Marião.  
Fonte: Projeto Lumiar, 1988. DNPM, 1994.

No sentido centro-norte, os rios vertem para o Tocantins, destacando-se o rio Vermelho por seu alto curso. O município de Xinguara é banhado pelo rio Araguaia na sua porção oeste, sendo contemplados os distritos de São José e vários assentamentos de agricultores implantados pelo Governo Federal.

A topografia do município apresenta níveis altimétricos bastante variados, com valores mais expressivos atingindo 540 metros na Serra da Visagem ou do Caucho, localizada a leste do município; e os menores valores, em torno de 150 metros em relação ao nível do mar, nas proximidades da sede municipal.

O clima de Xinguara apresenta duas estações distintas, a mais chuvosa e a mais seca, variação comum na região norte. O clima municipal se insere na categoria de equatorial superúmido. Possui temperatura média anual de 26 a 35°C, apresentando a média máxima em torno de 32,01°C e mínima de 22,71° C. A umidade relativa do ar é elevada, com oscilações entre a estação mais chuvosa e a mais seca que vão de 90% a 52%, sendo a média real de 78%. O período chuvoso ocorre, notadamente, de outubro a maio, e o mais seco se estende de junho a setembro, com índice pluviométrico anual em torno de 2.000mm (DNPM, 1994). A ventilação se caracteriza pela predominância de calma durante grande parte do ano e pela ausência de ventos fortes, explicada pela homogeneidade climática associada à geomorfologia da região, onde o sentido dos ventos é nordeste.

Dados geológicos do DNPM (1994) demonstram que o relevo de Xinguara apresenta superfícies planadas em rochas pré-cambrianas recobertas por depósitos superficiais, áreas dissecadas em colinas e ravinas que constituem a maior porção da área, algumas cristas e eventuais serras. Trata-se de um relevo relativamente elevado em relação ao Estado e à região, inserindo-se na unidade morfoestrutural que corresponde à Depressão Periférica do Sul do Pará. Com relação aos aspectos de solo, em Xinguara estão presentes em maior extensão os solos argilosos.

A evolução histórica do município pode ser caracterizada por ciclos econômicos ancorados, cronologicamente, em produtos como a madeira, os garimpos e a pecuária extensiva. Assim, a partir de 1976, Xinguara recebe grandes madeireiras do centro-sul instaladas através dos incentivos fiscais financiados pela SUDAM. Na década de oitenta, com a descoberta de garimpos de ouro no município, atraindo-se muitos migrantes para a região e, posteriormente, destaca-se a pecuária extensiva praticada por pequenos, médios e grandes proprietários rurais.

Do ponto de vista da ocupação humana, a região onde está localizada a cidade de Xinguara é resultado de uma Frente de Expansão que teve início na década de 1960, a partir

da cidade de Conceição do Araguaia fundada no Sul do Pará pelos padres dominicanos, no início do século XX.

Na concepção de Martins (1981), essa *Frente* teve como protetor o Estado Brasileiro representado pelos Governos Militares (1965-1985) que, através de uma política de ocupação integradora da Amazônia ao restante do país, deu início à abertura de um conjunto de rodovias que cortavam a floresta de uma extensão a outra, desdobrando-se até as cidades de Marabá e São Félix do Xingu distantes, respectivamente, 240 e 300 km de Xinguara e dando, assim, os primeiros passos para a ocupação das Frentes Pioneiras para a extração de madeira e a prática da garimpagem.

Segundo relatos de moradores, a floresta da região era algo temeroso e desafiador devido à sua grande diversidade de plantas e animais. Sua densidade era composta por árvores que atingiam de 20 a 40 metros de altura, tornando-se um obstáculo natural à ocupação. Os primeiros exploradores que chegaram a essa região em busca de ouro e madeiras eram também conhecidos popularmente pelos moradores mais antigos como “mariscadores”, caçadores de peles de animais como o *Gato-do-mato* e famosos pelas habilidades em lidar com animais ferozes. Partindo de Conceição do Araguaia até São Félix do Xingu, cerca de 600 km das zonas habitadas, em busca desses produtos, jornadas longas de penetrações pelas selvas amazônicas relatadas em detalhes e longas páginas por Frei José Audrin (1963).

Esses exploradores aventureiros penetravam pela mata geralmente no início do mês de abril, quando começava o verão amazônico, e chegavam a passar seis meses pesquisando garimpos, demarcando áreas de madeiras nobres como o mogno e caçando animais. Nesse período, a pele tinha um grande valor no comércio local, sobretudo o *Gato Maracajá*, a *Onça Pintada* e o *Veado Mateiro*. Esses mariscadores tiveram um papel importante na ocupação da região, porque foram os primeiros a fornecer informações para a penetração de extrativistas e garimpeiros, servindo de guias para a entrada de madeireiros na busca por caminhos melhores para a abertura de estradas.

Havia, ainda, as frentes de explorações dos garimpeiros, a maioria migrante do Maranhão que explorava o ouro utilizando técnicas rudimentares, ocasionando o esgotamento em curto período de tempo. A garimpagem forçava os aventureiros a deslocarem-se a todo o momento para regiões cada vez mais distantes favorecendo, assim, a descoberta de novos “trechos” a partir do esgotamento das minas, do que advinham novas migrações.

Segundo fontes orais fornecidas pelos moradores mais antigos, os primeiros habitantes chegaram a Xinguara no verão de 1975. O depoente senhor Geraldo Procópio, que descreve

em detalhes a paisagem local do período em que chegou à região, em dezembro de 1976, relata que os primeiros moradores instalaram-se próximos ao rio Mariazinha e, conforme mais famílias chegavam, atravessavam o rio para acampar embaixo das árvores, limpando o local e abrindo “picadas” na mata até chegarem às proximidades de um conjunto de morros denominados de Marajoara.

Numa pequena planície, próxima a esses morros, foram feitas as primeiras “brocas” (espécie de roçagem da vegetação rala da floresta) derrubadas e preparadas as primeiras roças, instaladas as primeiras casas e demarcadas as primeiras ruas. Senhor Geraldo Procópio, um dos primeiros moradores de Xinguara, narra com clareza a beleza da mata e as primeiras aberturas de roças.

*[...] Eu lembro que cheguei em 1976, era mês de dezembro de 1976, só tinha mata, era lindo, tinha uma estradinha no Paulo Fabrino que é a fazenda Santa Rosa hoje. Daqui até Marabá (240 km) era tudo mata, só lembro uma abertura da Revemar de 200 alqueires. Aqui, quando nós chegamos aqui, tinha uma pequena abertura de um alqueire onde hoje é o posto Comaxim, pertencente a José Henrique, era dono de Xinguara, a área da cidade era toda dele. Eu comprei dele essa área aqui. Do Aeroporto até na Rádio, uns 10 alqueires, em 1977 [...]. (Depoimento realizado em 27/02/2013)*



**FIGURA 7** - Primeiros moradores do município de Xinguara/PA, 1976.

Fonte: Arquivos da Biblioteca Pública Municipal de Xinguara.

Essa narrativa é reforçada pela moradora aposentada Maria Rocha, que migrou de Goiás em 1975. Dona Maria, viúva de trabalhador rural assassinado na luta pela terra,

acompanhou as transformações na região e descreve com precisão as aberturas de roças, a farta produção de arroz, milho, feijão e a grande quantidade de caça e peixe:

*Eu cheguei ao Pará vindo do Tocantins, antigo Goiás. Mudei primeiro para região da Palestina que fica perto de Marabá, e de lá vim para Xinguara, em 1977. [...] Quando mudei para cá só tinha o Entroncamento do Xingu, o resto era só mata, era mata alta, na rua onde é hoje o Banco do Brasil a gente cortava madeira e fazia carvão para vender, a gente já vendia lá no Tocantins. Naquela época a gente plantava feijão, arroz, abóbora e colhia de tudo. A roça ficava bem de frente onde hoje é a Praça da Bíblia, naquela época aqui ainda era município de Conceição do Araguaia [...]. (Maria Rocha, moradora. Depoimento realizado em 04/03/2013)*

A história da cidade se confunde também com as histórias de vida dos moradores Antônio Pedrosa, Pastor Tuniquinho, João Baiano, Raimundo Henrique, Henrique Francisco Ramos e Geraldo Procópio, entre outros que vieram para a região em função da forte publicidade dos governos militares de que a região possuía grandes riquezas para serem exploradas.

Em seus lugares de origem, ouviam na TV e no rádio a notícia de que a região era um lugar de muita terra a ser apropriada, um “vazio demográfico” e, no dizer de muitos aventureiros, um **“lugar de riquezas e prosperidade que precisava ser desbravado”**. Ainda segundo os moradores, no início da década de 1970, grandes levas de migrantes atravessavam o rio Mariazinha durante o verão amazônico para acampar nas encostas dos morros onde deram início à fundação de uma vila denominada de *Entroncamento* em virtude da existência de um cruzamento entre as rodovias PA 150 e 279.

O nome Xinguara é uma homenagem aos dois grandes rios Xingu e Araguaia, e está inserido na região denominado pelo aventureiro e pesquisador paulista Hermano Ribeiro da Silva que, em 1932, quando de passagem por Conceição do Araguaia, denominou a região de *mesopotâmia paraense*.

As aberturas dessas importantes rodovias serviram de porta de entrada para os migrantes que seguiam para as frentes de ocupação e partiam do *Entroncamento* em direção à cidade de Marabá, distante 240 km, enquanto a outra frente adentrava em direção a São Félix do Xingu, cerca de 300 km ao norte.

### 3.2 A Guerrilha do Araguaia e suas repercussões

De acordo com Sader (2009) e Peixoto (2011), a Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado liderado por membros do Partido Comunista do Brasil, PC do B, que teve como líder Osvaldo Orlando da Costa, o “Osvaldão”. Esse movimento, ocorrido entre os anos de 1969-1973, se opôs às forças de repressão dos governos militares no distrito de São Geraldo do Araguaia, nos estados do Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão, na região conhecida como *Bico do Papagaio*, uma das regiões de maiores conflitos pela terra no Brasil.

Em síntese, o movimento pretendia organizar os camponeses, indígenas e castanheiros locais com o objetivo de formar uma força de resistência para enfrentar as Forças Armadas que se encontravam no poder político no Brasil desde 1964:

[...] segundo o general Viana Moog, citado por jornalistas da revista História Imediata (nº1), “foi o maior movimento de tropas do Exército, semelhante à mobilização da FEB” na campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial. A área de atuação da guerrilha estendia-se pela margem esquerda do Rio Araguaia, portanto no Pará, desde São Geraldo (abrangendo Xambioá em Goiás, na margem direita) até Marabá. A região do Bico do Papagaio — nessa época pertencendo ao Extremo Norte de Goiás, hoje fazendo parte do Estado de Tocantins — recebeu a visita das duas partes em conflito: militares e guerrilheiros (SADER, 2009, p. 3).

Para Peixoto (2011), o movimento armado da guerrilha serviu de inspiração para as organizações camponesas que nela encontraram a possibilidade de permanecer na terra, uma vez que a partir da instalação de grandes empresas agropecuárias foram expulsos e/ou despejados pela justiça dos jagunços armados a mando de latifundiários. Com o fim da guerrilha os camponeses enfrentaram uma “segunda guerra”, a guerra contra os latifúndios que se apoderaram das imensas áreas de terras do baixo Araguaia:

Os crimes da chamada ‘segunda guerra’ continuam impunes e quase esquecidos, não fossem os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a violência no campo. Logo após a guerrilha, já em 1976, intensificaram-se muito as ocupações de terra na região. E os conflitos e assassinatos também. Quase mil trabalhadores foram assassinados desde 1975. Lideranças sindicais, padres, freiras, advogados, todos os que se envolveram e apoiaram a luta camponesa foram perseguidos. Há apenas um mandante preso, o Bida, envolvido no assassinato da irmã Dorothy. (PEIXOTO, 2011, p. 486).

Do ponto de vista da terra, a Guerrilha do Araguaia, assim como as orientações religiosas ligadas à Teologia da Libertação, representou um marco importante na resistência camponesa contra a dura repressão dos latifundiários e militares. Muitas organizações de trabalhadores da região encontraram na guerrilha as estratégias necessárias para fortalecer

suas formas de organização e resistência no enfrentamento direto com os latifundiários e os grileiros da região (SADER, 2009; PEIXOTO, 2011).

Segundo esses autores, apesar da intensa repressão do Exército e a execução dos guerrilheiros, os trabalhadores rurais adquiriram uma larga experiência na luta pela terra, aprendizado que culminou, posteriormente, na conquista de várias glebas de terras desapropriadas para o assentamento de milhares de famílias, de modo que as lições da guerrilha, fortemente presente no imaginário das populações rurais locais, deixaram como legado um forte movimento de resistência e luta pela Reforma Agrária nos dias atuais.

No município de Xinguara, por exemplo, o *Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins* (GETAT), criado em 1980 pelo Decreto-lei n. 1767, manteve um escritório durante décadas para coordenar a demarcação e a distribuição de terras e títulos de propriedades assentando milhares de famílias em áreas oficiais como os assentamentos Tupã, Gleba 10, Vermelho e Preto, Araguaxim, Araguari, entre outros.

Outros autores que abordam essa questão, Carneiro e Ciocari (2011) argumentam que o trajeto de construção das rodovias no período da ditadura militar no Sul do Pará tinham, então, dupla finalidade: serviam para o tráfego de veículos militares destinados a perseguirem os focos de resistência da Guerrilha do Araguaia e, ao mesmo tempo, facilitar a migração e a penetração dos empreendimentos de exploração madeireira, sobretudo do mogno, abundante na região. Nesse período, o Governo Federal concedeu a empresas privadas a concessão de imensas áreas de colonização como, por exemplo, o *Projeto Tucumã*, localizado na região do Xingu, destinados para assentamento de populações deslocadas do Sul do Brasil.

Os moradores narram ainda que foram as grandes madeireiras conhecidas como Marajoara, Maginco, Ipama e Laranjeiras que no intuito de explorar as madeiras construíram praticamente todas as estradas. Naquele período, o processo de exploração de madeiras demandava grande quantidade de mão de obra e necessitava de uma poderosa estrutura logística para explorar as madeiras. O primeiro passo era apropriar-se de uma área com elevado potencial de madeiras nobres para, em seguida, serem contratados exploradores que selecionavam as toras de padrão comercial e os responsáveis para armazenar os produtos, nos pátios improvisados no meio da floresta.

Desses estaleiros, os caminhões transportavam o carregamento até as serrarias, que ficavam espalhadas nas pequenas vilas da região e que, depois de serradas em forma de pranchas ou tábuas, eram transportadas ao centro-sul do Brasil ou para Belém, de onde eram exportadas para vários países.

*[...] Nós entramos aqui e logo virou tudo em serraria, tinha 11: eu e João Galon fomos os primeiros. O mogno deu muito dinheiro nos primeiros anos, só ganhamos durante os dois anos, depois o preço subiu, uma árvore de mogno passou de 20 cruzeiros para 50 (Geraldo Procópio, morador. Depoimento realizado em 27/02/2013)*

A maioria dos trabalhadores que liderava a penetração na selva para a exploração de madeiras era de migrantes antigos, mateiros que já conheciam a região. Muitos deles já haviam trabalhado na exploração do caucho, na coleta de castanha-do-pará e no comércio de peles de animais. Naquele período, essas atividades já tinham entrado em decadência e muitos foram os que prestaram serviços a aventureiros interessados em apropriar-se de terras da união para a abertura de novas fazendas de gado.

Segundo relatos de alguns moradores que trabalharam na exploração de madeira, naquele período era praticamente impossível transportar um doente ou ferido para um centro de saúde. Quando isso ocorria, utilizavam, muitas vezes, macas improvisadas de redes com as quais eram percorridas grandes distâncias para socorrer o doente ou ferido até o hospital mais próximo.

O processo de trabalho de exploração madeireira ocorria, portanto, em condições extremamente desumanas presentes nos relatos orais, (muitas vezes fantasiosos), de vários moradores que descreviam existir “pactos de morte”. Segundo esses moradores, havia práticas de grupos que adentravam na floresta para explorar madeiras e adoeciam de malária ou sofriam algum acidente de trabalho, sendo que sua sobrevivência estava subordinada a um pacto de grupo que decidia pela sentença de morte.

Os relatos sobre as aventuras na selva amazônica são intermináveis e muitos lembram que, antes da saída para a empreitada, as regras eram estabelecidas pelo chefe do grupo conhecido como “gato”, aliciadores de mão de obra. Segundo esses moradores, era frequente a morte por malária e a ocorrência de enterros no meio da floresta devido às dificuldades de deslocamento até a cidade e até mesmo em função da proibição pelo chefe do grupo a qualquer tentativa de deslocamento.

Há dezenas de casos relatados pelos peões no período da instalação dos projetos agropecuários no Sul do Pará. Alguns deles, provavelmente, não passam de mitos. Segundo Figueira (1986), no entanto, a maioria dos depoimentos condiz com a dura realidade daquele período em que era mesmo comum encontrar trabalhadores vivendo em condições análogas às de escravos nos processos de “abertura” de fazendas de gado.

De acordo com Figueira (1986; 2004), muitos migrantes eram aliciados nos hotéis das cidades ou mesmo transportados de suas cidades de origem com a promessa de ganhar muito

dinheiro trabalhando nas fazendas do Sul do Pará. Ao chegar a esses “projetos”, eram acomodados em barracões onde passavam a viver sob a vigia constante de pistoleiros e em condições desumanas de trabalho, sendo obrigados a comprar nos armazéns da fazenda onde sua despesa sempre ficava em saldo devedor, o que caracterizava condições análogas à escravidão.

Ainda segundo esse autor, quando esses trabalhadores conseguiam fugir, voltavam para o estado de origem ou procuravam a Igreja Católica, instituição para a qual relatavam as atrocidades do trabalho escravo, via Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se encarregava de denunciar e registrar as ocorrências e encaminhar a denúncia aos órgãos do Ministério do Trabalho. Há uma vasta bibliografia e produções culturais que relatam em cores vivas os horrores ocorridos nas grandes fazendas de gado do Sul do Pará, na época das implantações desses “projetos” de desenvolvimento.

Nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra, é possível encontrar vasta documentação e depoimentos de migrantes que sofreram exploração e torturas em projetos agropecuários naquele período. Um exemplo, mencionado por Figueira (1986) e ocorrido na década de 1980, relata quando cerca de quarenta homens envolveram-se em uma empreitada para derrubar 100 alqueires de mata para um fazendeiro e, quando restavam apenas 10 alqueires no centro da derrubada, vários pistoleiros atearam fogo ao redor da área, matando todos os peões que se encontravam no local.

As grandes derrubadas são também confirmadas pelos moradores locais, o que demonstra o grau de destruição ambiental que ocorreu naquele período, quando tais práticas predatórias eram executadas sem controle ou planejamento e, na maioria das vezes, incentivadas pelos órgãos do Estado. Como se vê nos relatos dos moradores, as consequências ambientais foram devastadoras:

*[...] Eu lembro que derrubavam tudo de uma vez: 1.200 alqueires, 200. Eu cheguei a derrubar 250. O próprio governo pagava pra derrubar, para pegar a escritura tinha que derrubar 50 por cento. Uma queimada de 1.000 alqueires durava de 2 a 3 dias, dividia em três ou quatro pedaços, o fogo queimava lento. Uma queimada de 250 alqueires durava de três da tarde até o outro dia. (Geraldo Procópio, morador. Depoimento realizado em 27/02/2013)*

Vale ressaltar que, naquele período, quando se tratava da questão da derrubada e da queimada, as pessoas e mesmo as autoridades locais entendiam que a devastação representava um sinônimo de progresso e de desenvolvimento, ou seja, para que se pudesse desenvolver a

região era mais do que necessário derrubar e queimar, até mesmo para conseguir a titulação da propriedade ou obter o financiamento nas agências locais tais práticas foram prescritas.

### 3.3 Xinguara: Um rápido olhar sobre a realidade social

O sociólogo Lúcio Flávio Pinto (1980; 1987; 2012), com vários livros e artigos publicados sobre a dura realidade social, agrária e ambiental amazônica, promoveu palestras e seminários em que denunciava a violência agrária e as irregularidades na questão fundiária, bem como o abuso de poder e a falta de planejamento governamental na ocupação do território amazônico.

Em 1976, por exemplo, quando esse autor percorreu a região Sul do Pará, descreveu o nascimento de várias pequenas vilas e cidades que cresceram “da noite para o dia” em função da forte migração para os grandes projetos madeireiros e agropecuários.

Segundo o autor, ainda na abertura em terra batida das rodovias PA 150 e 279 no Sul do Pará, o “Entroncamento do Xingu”, como era conhecida a vila Xinguara naquela época, era um pequeno acampamento com várias casas de palha. Assim que a notícia sobre a distribuição de terras se espalhou pela região deu-se, então, forte migração de pessoas, sobretudo do Norte de Goiás e do Maranhão, na esperança de receberem um lote de terras ou mesmo ocupar as áreas devolutas.

Em poucos meses, o *Entroncamento* já se via transformado em vila, que mais parecia um grande acampamento de pessoas embaixo de árvores ou aglomeradas em pequenas casas de palha ou madeira. Em passagem pela região, descreve com precisão a caótica realidade social provocada pelo discurso de “*terras sem homens para homens sem terras*” do Governo Militar, representado no nascimento de pequenas cidades como Xinguara naquele período:

[...] o entroncamento virou uma povoado com quase mil e quinhentas casas e oito mil habitantes, com quatro serrarias, uma usina para beneficiamento de arroz, trinta casas comerciais e cinco igrejas protestantes, o crescimento tornou-se bastante descontrolado desde que a Secretaria de Agricultura do Estado verificou serem do domínio da União as terras devolutas onde pretendiam realizar a colonização [...] (PINTO, 1980, p. 5).

Ainda na década de 1980, Xinguara era uma cidade onde a maioria das casas era construída de madeiras, em ruas de terra batida e empoeiradas. A paisagem local muito se parecia com acampamentos provisórios; a rodoviária funcionava num antigo barracão de

serraria, à noite era comum encontrar as pessoas amontoadas em bares ou prostíbulos, os hospitais lotados de doentes de malária e migrantes voltando a todo o momento para seus lugares de origem. Completando esse quadro social deprimente, encontravam-se na rodoviária muitas redes atadas nas diversas colunas, migrantes esperando desocupar uma vaga num hotel ou à procura de um fazendeiro que os contratasse para trabalhar na “abertura” de novas fazendas.

Nas ruas e comércios da cidade, circulando entre as casas de madeira, era possível encontrar durante todos os dias um intenso movimento de vai e vem de pessoas, malas, sacos nas costas, “borocas” (espécie de mochila), vendedores, viajantes, prostitutas e bares lotados de “peões do trecho” como eram conhecidos os aventureiros que buscavam um patrão para trabalhar ou um pedaço de terra que pudessem adquirir.

A senhora Maria Rocha, moradora aposentada de Xinguara, encontrou dificuldades em sua chegada em meio ao difícil acesso à zona rural, o período de chuvas intensas e a dificuldade de acesso às áreas de florestas a serem ocupadas e, em outro depoimento, descreve em detalhes o contexto de sua chegada à região:

*[...] Eu lembro que essa região, naquela época, chovia direto. Era muita chuva aqui, quase não tinha verão, esses córregos de Xinguara ficavam tudo cheio. Mudou muito as coisas de lá para cá. Quando cheguei ao Pará chovia demais.[...]Eu lembro que tinha um córrego perto da casa da Maria da Guia na Avenida Castelo Branco que enchia muito e lá a gente lavava roupa. Ali era cheio de tábuas e a água era limpa e lembro que ele enchia demais, carregava até casa, morria até gente, a pessoa que não se prevenia. A água chegava de noite e pegava de surpresa. Depois disso a gente mudou para a região da Tupã. Outra coisa que lembro é que quando cheguei aqui a imagem era de muita chuva, chovia muito, era um dia depois do natal e a cidade estava cheia de lama, água correndo para todo o lado, tinha muito capim e mato nas ruas, a rodoviária era de madeira e tinha até rato correndo no telhado e lixo pra todo lado. Nas beiras das estradas tinha muita roça de arroz, principalmente arroz e milho, árvores altas, muitas eram bem altas e seca, sapecada pelo fogo, só tinha os galhos, onde não tinha queimado. A mata era bonita, muito verde e linda, para todo lugar que olhava era só o verdão. Quando não era mata era capim verdinho, essa era minha primeira impressão que ficou bem forte na minha memória [...] (Maria Rocha, moradora. Depoimento realizado em 04/03/2013)*

A violência e o medo eram constantes no cotidiano das pessoas, uma vez que todos os dias amanheciam pessoas mortas em becos, córregos ou áreas em conflito pela disputa de terra. Os tiroteios eram comuns nas áreas em disputa entre fazendeiros e posseiros e havia ainda muitos crimes envolvendo pessoas que ganhavam dinheiro de “uma hora para outra” trabalhando em garimpos, ao redor da cidade.

No início de Xinguara, foram instaladas várias madeireiras e fábricas de laminados que empregavam grande quantidade de trabalhadores, tornando intensa a movimentação de máquinas e pessoas. Durante todo o dia, chegavam dezenas de caminhões que “desfilavam” pela Avenida Xingu, principal avenida da cidade, carregados de toras de mogno, cedro e outras madeiras de lei para abastecer as serrarias e laminadoras locais.

Naquele período, a maioria das empresas operava em três turnos para atender à grande demanda de exportação. Segundo os moradores que conviveram com a realidade daquela época, as condições de trabalho nas serrarias e laminadoras da cidade eram desumanas e de extrema exploração da força de trabalho, de modo que muitos operários não tinham carteira assinada nem recebiam horas-extras. O ambiente de trabalho era insalubre, os serviços eram pesados e os operários tinham que conviver com barulhos excessivos e constantes riscos de acidentes que, nesse ambiente, quase sempre eram fatais.

Entre os migrantes melhor capitalizados estavam aqueles que vieram das regiões Sul e Sudeste do Brasil (paulistas, mineiros, catarinenses, paranaenses, gaúchos). Geralmente chegavam com suas famílias e com capital para instalar um empreendimento rural, urbano ou mesmo para assumir cargos públicos nos órgãos estaduais ou federais locais. Foram eles, portanto, os responsáveis pela maioria das instalações madeireiras e de grandes fazendas em quase todas as cidades do Sul do Pará, pois muitos desses migrantes já trabalhavam com a exploração de madeira em seus lugares de origem.

Salvo algumas exceções, as demais pessoas que migraram de seus Estados de origem para a região (goianos do norte, piauienses, maranhenses, baianos, mineiros) eram, na maioria, de origem camponesa, pequenos produtores de milho, feijão, arroz e criadores de gado.

### **3.4 A Ocupação do Baixo Araguaia**

Para entendermos o contexto ambiental da sub-bacia do rio Mariazinha, torna-se fundamental compreendermos a ocupação do baixo do Araguaia descrita em várias literaturas regionais. Segundo a denominação histórica e geográfica utilizada por diversos autores, define-se por Baixo Araguaia a grande faixa de terras que corresponde à margem esquerda paraense do rio Araguaia e se estende de Conceição do Araguaia a São Geraldo, numa extensão de aproximadamente 200 km.

Essa região, formada por vegetação de cerrado e floresta de castanhais, pertenceu a Xinguara até a década de 1980, período em que era possível percorrer dezenas de quilômetros

de estradas por onde se estendiam imensos castanhais nativos nessa região que foi palco dos mais graves conflitos pela posse da terra no Sul do Pará (FIGUEIRA, 1986).

Segundo Amaral (2010), ao longo das duas margens do Araguaia presenciavam-se vegetação e mudança de biomas. A geografia apresenta ainda relevo acidentado onde se encontra vasto espaço de Cerrado que varia desde campos nativos e savanas até a zona de transição com a floresta densa nas imediações entre Xinguara e São Geraldo do Araguaia, sobretudo ao sul e em áreas altas.

Os principais biomas encontrados são o bioma Amazônico e o Cerrado, além de zonas de tensão ecológica (espaços geográficos situados nas interfaces entre diversos ecossistemas) Cerrado-Amazônia. De acordo com Amaral (2010), o Cerrado é praticamente dominante do lado paraense da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, principalmente às margens do rio.

Segundo os entrevistados, havia uma diferença de deslocamento das pessoas entre as estações de inverno e verão. No período de inverno rigoroso, muitos migrantes voltavam para a sua cidade de origem ou dedicavam-se ao plantio de pequenas roças e trabalhos na cidade; enquanto que no período de verão, especialmente nos meses de agosto a setembro, iniciavam o período de devastação das florestas por meio das queimadas.

Durante esse período, a cidade era tingida por uma camada de pó cinzenta devido às grandes nuvens de fumaça que tornavam, muitas vezes, impossível enxergar a cidade ou mesmo as ruas ao seu redor. A fuligem penetrava com facilidade nas casas de madeira, aumentando o número de crianças e idosos acometidos, principalmente, por problemas respiratórios. Em outro depoimento marcante o morador narra com precisão o contexto local daquele período:

*[...] e a outra marca também, quando eu cheguei, e isso me impressionou muito, é que todo mundo punha fogo em tudo, além das queimadas e das derrubadas das matas ainda tinha as queimadas das pastagens que todo mundo punha fogo nos pastos para não pagar para roçar o pasto. E eu vindo de outra região, de outro Estado, fazia a crítica na sala de aula e o pessoal achava isso um absurdo, não queimar achava um absurdo. Em Xinguara, uma vez eu cheguei a pegar férias no mês de agosto juntamente com a minha família, indo para Minas no mês de agosto para não ficar aqui no período da queimada porque a gente não enxergava nem o sol de tanta fumaça [...] (Davi Passos, morador. Depoimento realizado em 19/04/2013)*

Segundo os moradores, o processo de derrubada da mata consistia em contratar uma equipe de peões para fazer a roçagem na vegetação fina, abrindo espaço para os operadores de moto-serra fazerem a derrubada das árvores de grande porte. Encerrado esse processo, a mata ficava amontoada em camadas que, dependendo da região, podiam atingir cerca de cinco

metros de altura. Alguns meses depois ateavam fogo, cujas chamas atingiam de vinte a trinta metros de altura, lançando uma fumaça que se estendia a cerca de oitenta metros de altura, podendo ser vista a distâncias de 60 a 80 km do local.



**FIGURA 8** - Queimadas para a formação de pastagens. Xinguara/PA.  
Fonte: Acervo pessoal do autor, 2009.

Os impactos das queimadas no bioma local são um fator preocupante devido à florada de várias espécies como as castanheiras, uma vez que esse período coincide com o período das queimadas. Assim, o principal inseto polinizador da castanheira é afastado pela fumaça fazendo com que as áreas de castanhais próximas a grandes queimadas fiquem comprometidas em sua produção devido aos frutos que não conseguem germinar.



**FIGURA 9** - Área desmatada em antigos polígonos de castanhais. Xinguara/PA.  
Fonte: Acervo pessoal do autor, agosto de 2013.

### **3.5 Garimpagem e degradação ambiental**

No tocante às atividades econômicas ligadas à garimpagem, ocorridas no período de 1960-1980, a exploração deu-se de forma extremamente predatória ao meio ambiente, devido ao uso indiscriminado do mercúrio para a apuração do ouro. Essa exploração consistiu na utilização de práticas primárias sendo que a técnica empregada para a retirada do ouro consistia em efetuar escavações utilizando grandes motores que dragam o leito dos rios e nascentes, bombeando o conteúdo para as calhas. Essas técnicas de exploração provocavam grande poluição e assoreamento dos barrancos de rios e córregos e, além disso, os resíduos de mercúrio misturados com a água suja que escorre diretamente nos cursos dos rios estende seus males a toda a biodiversidade.

De acordo com Pandolfo (1992), a atividade garimpeira é caracterizada por métodos bastante rudimentares de escavações, o mesmo ocorrendo com o uso do mercúrio no separo entre ouro e cascalho que provoca o assoreamento e a contaminação de rios e córregos, além da poluição do lençol freático. A dimensão catastrófica desse tipo de atividade é apontada pela autora que nos esclarece serem necessários três gramas de mercúrio para “despescar” um grama de ouro:

*[...] o mercúrio é um elemento químico metálico muito denso, líquido, que tem a propriedade de se juntar ao ouro formando a amálgama, sendo largamente utilizado em sua garimpagem. A separação final é feita pela queima da amálgama,*

*transformando o mercúrio em vapor altamente tóxico que, quando inalado, põe em risco a saúde e a vida dos seres vivos. Esses vapores também podem impregnar alimentos que, se ingeridos, igualmente oferecem riscos (p. 75-6).*

A garimpagem, empreitada feita por maioria de migrantes maranhenses, arregimentava milhares de moradores e representou durante certo período uma atividade econômica importante na economia local, sendo comum nesse tempo a presença de casas comerciais onde as pessoas vendiam o ouro. Os garimpos de ouro conhecidos como Gleba Canadá, Ageu, Castanheira e Malvina eram os mais movimentados e há relatos de que até mesmo dentro da cidade eram encontradas escavações.

Outro aspecto constatado na região de Xinguara que diz respeito à garimpagem e às penetrações pela selva são as doenças que atingiam os moradores da região como, por exemplo, a malária. Constante na vida dos moradores, essa doença fazia com que os hospitais da cidade ficassem sempre cheios, pois os trabalhadores da exploração de madeiras e da garimpagem estavam sempre expostos às picadas do mosquito em função das precárias condições de trabalho floresta adentro, dentro de buracos, circulando na lama e nos córregos ou operando dragas para bombeamento de cascalho na extração do ouro.

Segundo as fontes orais, o ouro extraído em Xinguara era conhecido como *ouro de filão* (espécie de veio de terra subterrânea). Este tipo de extração é extremamente prejudicial ao meio ambiente devido à necessidade de grandes escavações com o uso de dragas potentes, seguidas da lavagem e admissão do mercúrio para a apuração do metal. O senhor Osmar, conhecido como *Padeirinho*, trabalhou em Garimpos da região por muitos anos e descreve como ocorria a extração do ouro:

*[...] A gente quebrava as pedras no moinho para tirar o ouro. Era ouro em pó, ouro de baixão é ouro de pepita. Esse filão funciona assim: A gente carregava água para quebrar e lavar o cascalho, depois vira o curimã (uma massa grossa). Esse curimã a manda ele de volta para o moinho, mói novamente. Depois, para apurar, a gente põe um produto que se chama azougue (mercúrio). Esse azougue é um líquido mais pesado que o ouro, tipo um ímã onde o ouro bate nele e fica preso. Depois nós pegávamos o azougue e espremia até ele ficar duro. Depois queimava ele na bateia para apurar o ouro. O azougue depois é queimado e se transforma em fumaça [...]*  
(Osmar Alves, morador. Entrevistado em 27/02/2013)

No final da década de 1980, a garimpagem já se encontrava em plena decadência e se agravou ainda mais com o fechamento de Serra Pelada, no início do Governo Collor (1990-1992). O preço do ouro despencou, provocando grande crise financeira e instabilidade social e econômica na região. As casas de fundição, onde era beneficiado e vendido o ouro, praticamente fecharam suas portas. Porém, há de se entender que a garimpagem sempre foi

uma atividade transitória na região e a simples descoberta de um novo garimpo era o suficiente para atrair novamente levadas de garimpeiros para outras áreas.



**FIGURA 10** - Crateras para a exploração de ouro em Xinguara/PA.

Fonte: Acervo pessoal do autor, fevereiro de 2013.

A garimpagem foi uma das primeiras evidências de problemas ambientais, uma vez que ao mesmo tempo em que avançava a devastação das florestas e as queimadas ela deixara muito fortemente os seus rastros de destruição desde as escavações de crateras e túneis, o assoreamento dos rios e córregos até a contaminação de lagos pelo mercúrio.

Segundo relatos dos moradores, a realidade social vivenciada pelos garimpeiros na Amazônia em seu ambiente de trabalho é estarrecedora, tal é o grau de degradação humana que nos remonta aos moldes do Brasil Colônia. Os garimpeiros, em plena atividade no Sul do Pará, na década de 1980, trabalhavam dentro de água suja, misturada com lama que chegava a atingir o peito. A operação das dragas exigia bastante esforço físico dos garimpeiros para controlar a força do jato que é jogado em direção ao barranco e, no decorrer de um dia, milhares de metros cúbicos de água e lama eram bombeados para calhas de lavagem de onde eram despejados em córregos, poluindo nascentes e rios. A poluição advinda da garimpagem pelo uso de mercúrio é um processo em cadeia, já que o residual utilizado no processo de lavagem do cascalho provoca danos ambientais irreparáveis ao meio ambiente ao descerem esses resíduos nas correntezas de nascentes, atingindo os rios.



**FIGURA 11** - Lago artificial poluído por mercúrio. Garimpo da Malvina - Xinguara/PA.  
Fonte: Acervo pessoal do autor, fevereiro de 2013.

No final da década de 1970, a abertura de fazendas já se encontrava em pleno avanço e a garimpagem começava a dar os primeiros sinais de seu estrangulamento diante da condição de não fixação do homem na região preconizada por essa atividade econômica. Os garimpos de Xinguara foram, então, praticamente abandonados, deixando para trás rastros de destruição: crateras, água suja, túneis, lagos de lamas poluídos e vilas inteiras abandonadas.

Após a decadência da garimpagem dá-se uma nova configuração nas relações sociais e econômicas da região. Nesse contexto, período que vai de 1976 a 1988, há forte expansão da atividade madeireira que reconfigurou a economia local por meio de uma dinâmica que, até os dias de hoje, mantém os traços típicos dessa atividade extrativista.

Ao contrário da atividade garimpeira, a indústria madeireira da região foi uma atividade da macroeconomia, movimentando a balança comercial brasileira, sobretudo a exportação em seu estágio bruto ou semiacabado.

A penetração de madeiras de grande porte na região recebia, na época, incentivos fiscais e financeiros de agências como a SUDAM e o Banco da Amazônia S/A (BASA). As madeiras que vieram para a Amazônia foram transferidas do centro-sul do Brasil, como já apresentamos brevemente em tópicos anteriores, onde a atividade econômica já havia entrado em decadência devido à escassez de matérias-primas.

O afastamento dos grandes rios possuía a finalidade de evitar a construção de grandes pontes. Assim, os madeireiros buscavam regiões de nascentes – ou *platôs* – que facilitavam a penetração de máquinas e caminhões no carregamento das toras através das quais, com apenas duas unidades derrubadas, fazia-se uma ponte denominada “pinguela”. Essa prática teve sua relevância na ocupação da região, uma vez que a fundação da maioria das cidades da região tais como Redenção, Rio Maria, Xinguara, Sapucaia e Água Azul ocorreu em função dessas estradas improvisadas por madeireiros.

*[...] é um período de transformação econômica, período de expansão, mas a marca que mantém a dinâmica da nossa região, eu diria, que até hoje nós temos os traços dessa atividade [que] foi a indústria madeireira [...] Se nós pegarmos a maioria das estradas abertas, foram as estradas abertas pelos madeireiros porque as cidades ficaram perto das nascentes dos rio como aqui em Xinguara, Sapucaia, Bannach, Tucumã, Rio Maria... Os madeireiros, para não construir pontes grandes, eles buscavam regiões de nascentes, os platôs, porque com uma tora de madeira derrubada fazia uma ponte, duas toras fazia uma ponte, chamada de pinguela. (Davi Passos, morador. Depoimento realizado em 19/04/2013)*

Atualmente, a economia de Xinguara concentra-se em quatro atividades sendo as principais: a pecuária de corte e leiteira, o comércio, a indústria e a agricultura. Segundo o IBGE (2012), o rebanho total estimado é de 482.000 cabeças, rebanho que abastece as indústrias frigoríficas exportadoras para vários estados do Brasil e Oriente Médio; o comércio local é composto por 588 empresas comerciais e industriais e 5 instituições bancárias, e a produção de alimentos vincula-se principalmente à Agricultura Familiar nos projetos de assentamentos.

Dados do relatório de monitoramento agropecuário realizado nos municípios da região Sul e Sudeste do Pará pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2011) dão conta de que o município de Xinguara apresenta atualmente uma taxa de 70,7% de ocupação com agropecuária. A taxa de expansão entre 2010 e 2011 foi de 0,8%, o que demonstra que ela começa a apresentar sinais de consolidação como atividade econômica. Os números do MAPA apontam uma tendência para os próximos anos de menor crescimento ou mesmo a estabilização devido à falta de áreas florestais para a garantia da expansão predatória desse tipo de atividade.

Entre as questões que vêm ocorrendo atualmente e que merecem preocupação por parte da população e das autoridades locais está o uso indiscriminado de agrotóxicos nas pastagens e lavouras. No decorrer do processo de formação de pastagens, foi utilizado indiscriminadamente o fogo para a queima da mata e a “limpeza” dos pastos. Atualmente, essa prática foi substituída pelo uso de agrotóxicos que também estão presentes nessa região

desde o início de sua ocupação, sendo que é a partir de 2006 que muitas empresas agropecuárias passam a utilizar as práticas de pulverização aérea com uso de agrotóxicos em grande escala.

A questão do uso do agrotóxico é um fator de preocupação devido aos sérios riscos que traz aos seres humanos e ao meio ambiente. A falta de fiscalização e de controle, bem como os sérios problemas ambientais e de saúde que esse uso indiscriminado pode proporcionar, têm levado várias entidades a questionar seu uso indevido que se dá sem os critérios legais. Frei Henri, ativista do meio ambiente e dos direitos humanos, menciona em seu depoimento que essa nova problemática ambiental faz parte da também nova configuração regional:

*[...] Nesta região que vai de Rio Maria até a Floresta você tem em muitos lugares avião que passa baixinho e joga agrotóxico, é isso que acontece entre Rio Maria e Floresta. Vou dar exemplos que nós conhecemos e tem muitos outros: Entre, por exemplo, a estrada que vai até Bannach, lá você passa numa parte de cada lado, você vê a vegetação amarela, os aviões jogam agrotóxico branquinho... Então, isso do ponto de vista ambiental atualmente é gravíssimo. Nós temos muitos outros casos nesta região e o IBAMA não está alertando e não faz praticamente nada. As multas provocadas pelo Ministério Público são irrisórias. (Frei Henri, Morador. Depoimento realizado em 08/04/2013)*

Além do uso indiscriminado de agrotóxicos, outra preocupação que vem ganhando destaque no debate regional diz respeito à mineração. Em Canaã dos Carajás, município vizinho a Xinguara, está sendo implantado projeto de mineração que já começa a provocar impactos sociais e ambientais. Segundo dados do *Departamento Nacional de Produção Mineral* (DNPM, 2007), várias empresas de pesquisa mineral descobriram jazidas de níquel e bauxita de potencial de exploração no interior do município e tais jazidas, quando colocadas em operação, poderão acarretar fortes fluxos migratórios, aumentando ainda mais os problemas sociais e ambientais enfrentados atualmente em toda a região.

### **3.6 As indústrias do setor agropecuário**

No final da década de 1990, várias empresas agroindustriais instalaram-se na cidade. Tais empresas, produtoras de laticínios, frigoríficos e curtumes, ao serem instaladas, não levaram em consideração a legislação ambiental em vigor seja pela falta de planejamento, seja pelo descumprimento deliberado; isso porque as instalações ocorreram próximas às nascentes

do rio Mariazinha, fonte principal de abastecimento da água dos reservatórios nos arredores da cidade.

Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), o município não dispunha, na ocasião, de área específica para a implantação de um parque industrial, o que acabou contribuindo para que as empresas se instalassem em locais não apropriados e sem a devida preocupação dos órgãos ambientais.

Somente em 2006, época em que as empresas já estavam instaladas, a Prefeitura elaborou o Plano Diretor Urbano de Xinguara (PDU), definindo as zonas industriais e de preservação ambiental. No PDU, instituído pela Lei n. 006/2006, especialmente no Capítulo II, seções VI e VII, consta especificamente o que seriam as Zonas Industriais Leve e Pesada no município, conforme previsto nas seções VI e VII:

A Zona Industrial Leve será a área compreendida entre a Zona Habitacional e a Zona Industrial Pesada ao longo da PA 150, com uso predominantemente industrial de pequeno porte, com características poluidoras leves. A Zona Industrial Pesada será a área compreendida entre a Zona Industrial Leve e o perímetro urbano ao longo da PA 150, com uso predominantemente industrial de grande porte, com características de grandes poluidores, alta produção de ruídos, materiais perigosos e locais que necessitam de constantes cargas e descargas (PDU, 2006, p. 93).

Do ponto de vista ambiental e legal, portanto, todas as indústrias pesadas de Xinguara (refrigeríficos e curtumes) foram instaladas em locais não apropriados de acordo com o Plano Diretor. No caso do curtume, a situação é ainda mais crítica porque sua localização está a menos de 100 metros do curso do rio Mariazinha.

O PDU também menciona as áreas de proteção ambiental do município definindo-as com clareza no Capítulo V, Artigos 34 e 35, onde a lei delibera a questão do desenvolvimento ambiental ao prever que caberá ao município "[...] III. O controle do uso e da ocupação das áreas de proteção permanente, em especial córregos, áreas sujeitas à inundação, mananciais, áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem conforme definição da legislação ambiental", e continua em seu Artigo 35 – I: “Combater a poluição e despoluir os rios que cortam o município, recompondo suas matas ciliares, especialmente os rios Mariazinha e Vermelho” (PDU, 2006, p. 34-6).

Atualmente, as pequenas reservas de florestas que ainda existem nas proximidades do rio Mariazinha localizam-se em lotes e propriedades particulares e o crescimento dos loteamentos em direção ao rio também é motivo de preocupação, ainda mais se consideramos que até 2006, época de aprovação do PDU, Xinguara possuía apenas um loteamento. A partir

do ano de 2007, a expansão imobiliária estende-se por vários quilômetros, chegando a erguer construções a apenas 50 metros de distância da calha central do rio Mariazinha.

Os últimos números do *Departamento Municipal de Terras* (DMT) apontam que Xinguara possui sete loteamentos urbanos aprovados, dos quais seis localizam-se próximos às nascentes do rio Mariazinha. As imagens de satélite abaixo demonstram que a urbanização avança em áreas de importantes nascentes que deveriam ser preservadas, avançando igualmente sobre os últimos fragmentos de mata onde corre o rio. Abaixo, as imagens de satélite mostram os mapas de loteamentos próximos à calha principal do rio Mariazinha nas proximidades de Xinguara. À esquerda, fragmentos de matas cobrem o rio.



**FIGURA 12** - Mapas de Loteamentos próximos ao rio Mariazinha, localizado nas regiões que concentram pequenas matas por onde corre o rio.

Fonte: Google 2013. Adaptado pelo autor.

Com relação às empresas agropecuárias, os depoimentos obtidos no ano de 2012, e fornecidos pelos representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), dão conta de que as empresas de laticínios, curtumes e frigoríficos adquiriram suas licenças ambientais de funcionamento junto ao órgão estadual de meio ambiente e não se subordinam, por essa razão, à legislação local. Assim, tais empresas funcionam com licenças de operação e documentação exigidas pela legislação ambiental Federal e do Estado, motivo pelo qual não cabe ao município sua fiscalização.

### 3.7 A percepção dos moradores sobre o rio Mariazinha

De acordo com os moradores, o rio Mariazinha nasce nas proximidades de Xinguara, na fazenda denominada Mateira, cerca de 8 km ao Norte da cidade. As informações de campo fornecidas pelos vários moradores que conhecem bastante a região narram que existe um planalto nas proximidades da Vila Xinguarinha, localizada cerca de 10 km da sede do município, e onde estão localizados vários “olhos d’água” que começam a descer no sentido oeste.



**FIGURA 13** - Nascente Ana Vieira próxima de Xinguara.

Fonte: Arquivo do autor, julho de 2013.

Ainda segundo as fontes dos moradores e do levantamento fotográfico de satélite (Google, 2013), existe um planalto com várias áreas de alagados, onde começam a brotar pequenos “olhos d’água”, sendo que parte deles verte na direção de Xinguara, formando os primeiros riachos da cabeceira do rio Mariazinha. Em sentido contrário, outras nascentes formam as cabeceiras dos rios Caracol e Parauapebas, que se juntam a outras nascentes maiores até desaguarem no rio Tocantins, em Marabá.

A compreensão do que é uma nascente é descrita pelos moradores com muita sabedoria e não foge muito dos conceitos em geral atribuídos pela Geografia. Os moradores de Xinguara, Amantino Martins e Valdir Juruna, que conhecem bem a região das nascentes, descrevem com precisão as primeiras fontes d’água que brotam da terra:

*[... ] Começa assim num canto, lá num brejo, e sai a água correndo. Era tudo mato e saía de lá um olho daqui, na frente saía outro e vai correndo e vai crescendo, né, vai crescendo a água (Amantino Martins, morador. Depoimento realizado em 17/04/2013)*

Na mesma linha de raciocínio, o morador Valdir Juruna acrescenta:

*[...] é assim, são vários veios, a gente chama de veios, que vão se encontrando numa extensão, num raio de 200 a 300 metros vai se formando aquela parte úmida e num determinado lugar começa a ser uma água corrente, porque no começo ele começa só com a parte úmida no baixão, que normalmente tem uma vegetação, uma plantação de buriti, de outras plantas comuns da região, né, então são características desses lugares essas plantas num alagado que depois começa a formar uma corrente de água [...]* (Valdir Juruna, morador. Depoimento realizado em 06/03/2013)

Como o rio nasce muito próximo da cidade, boa parte das nascentes percorre o espaço urbano sofrendo as primeiras consequências de poluição. Segundo os moradores, as principais nascentes são o Córrego do Areia ou Estrela, Ribeirão Caracol, conhecido popularmente como Prainha, além de Jardim Mariazinha, Córrego Ana Vieira ou do Pastor, Nascente do Casulo, Piau, Barreiro Preto, Córrego da Pedra e Córrego Malvina.

O setor leste da cidade é circundado por várias cadeias de morros de cumes arredondados cujas elevações atingem entre 50 e 100 metros, o que facilita o escoamento das águas em direção à cidade. As duas principais nascentes, Ribeirão Caracol ou Prainha e Córrego Ana Vieira, surgem dessas elevações e cruzam o espaço urbano no sentido oeste da cidade até se encontrarem com o rio Mariazinha nas proximidades do loteamento Buriti I.

Abandonando o espaço urbano, o rio Mariazinha atravessa a rodovia BR 155, cerca de 5 km de Xinguara. A partir da rodovia, o rio desce num grande vale cercado por uma cadeia de morros na direção leste. Na medida em que começa a descer em direção ao rio Marião, vai recebendo dezenas de outras nascentes menores até se encontrar com o próprio rio Marião, cerca de 87 km de Xinguara.



**FIGURA 14** - Rio Mariazinha: Travessia da BR 155 nas proximidades de Xinguara.  
Fonte: Acervo pessoal do autor, fevereiro de 2013.

### **3.8 Os afluentes e as condições ambientais**

Os relatos dos moradores, as visitas *in loco* e as fotos de satélite possibilitaram identificar as principais nascentes da sub-bacia do rio Mariazinha, nos municípios de Xinguara e Rio Maria: Córrego do Areia ou Estrela, Ribeirão Caracol ou Prainha, Córrego do Centro ou Baixada, Córrego das Chácaras, Córrego Jardim Mariazinha, Córrego Ana Vieira ou do Pastor, Córrego do Barreiro Preto, Nascente Casulo, Córrego da Malvina, Córrego da Pedra e Córrego Piau.

As informações acerca das nascentes relatadas nesse trabalho são resultado, portanto, das visitas *in loco* acompanhadas, na maioria das vezes, por moradores locais. Como boa parte das nascentes encontra-se em áreas particulares, o levantamento sofreu algumas limitações restringindo-se a determinadas áreas devido às dificuldades de obter informações e autorizações de proprietários para a penetração em áreas particulares.

#### **3.8.1 Córrego Fazenda Estrela ou Areia**

Hoje denominado Córrego do Areia, devido às suas condições de degradação, sobretudo em função do assoreamento, esse pequeno afluente do Mariazinha está localizado a cerca de 10 km de Xinguara e nasce nas encostas de um pequeno planalto, nas fazendas próximas. O que se percebe é que essa nascente percorre todo o seu curso com pouca

cobertura vegetal e, além de bastante assoreado, o capim “braquiária” (*Brachiaria decumbens*), muito utilizado pelos criadores de gado da região que o chamam capim-barqueara, cobre praticamente toda a paisagem desde sua nascente.

A narrativa do morador Valdir Juruna, que conheceu essa nascente desde meados da década de 1970, ilustra bem as mudanças ocorridas no processo de colonização da região. Segundo esse morador, a nascente já mudou de nome em função das atividades predatórias que vem sofrendo nos últimos anos:

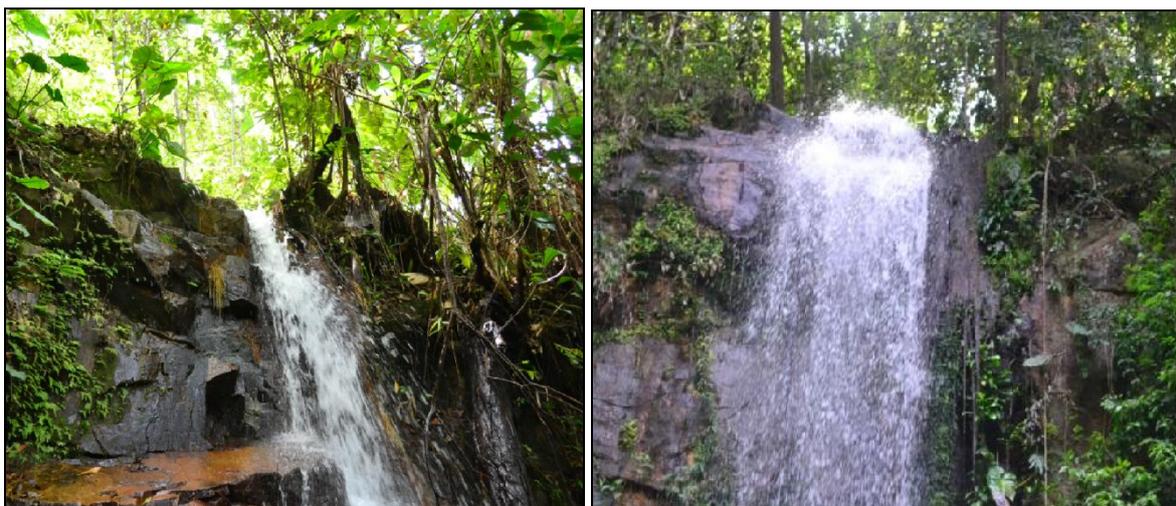
*[...] Veja bem, eu conhecia como Córrego Estrela, esse nome de Córrego do Areia surgiu depois, justamente em virtude dele tá assoreado, né, com o passar do tempo foi desmatado, né, então o pessoal começou a se utilizar dele, né, pra tirar esse material para construção, por isso que recebeu esse nome, até então não tinha esse nome, surgiu após a degradação (Valdir Juruna, morador. Depoimento realizado em 28/02/2013)*

É importante observar que, com a retirada progressiva da cobertura vegetal, a calha da nascente desapareceu quase por completo, dando lugar apenas a uma baixada coberta por um capim conhecido como “capim de brejo”, ou *barqueara d’água*. Nesse local, a água fica concentrada em pequenas lagoas cobertas dessa vegetação e, conforme a nascente se aproxima do rio Mariazinha, penetra em um pequeno trecho de floresta secundária denominada *babaçuais*. Essa área de preservação ambiental particular, que forma a confluência entre a nascente Estrela ou Areia e a nascente Ana Vieira, cobre boa parte da margem direita do rio Mariazinha nas proximidades do município de Xinguara.

### **3.8.2 Córrego do Piau**

Segundo informações fornecidas pelo morador Valdir Juruna, que conhece bastante as nascentes do Mariazinha pelo fato de ser pescador antigo na região, o Piau nasce na serra das Andorinhas, cerca de 20 km de Xinguara, na divisa com o município de Rio Maria.

Em sua origem, o córrego possui várias cachoeiras ainda preservadas, com majestosas corredeiras, e à medida que as quedas d’água descem da serra se acumulam a outros pequenos córregos, dando origem ao Piau, que nessa área já se encontra com um volume de água bastante expressivo. Alguns moradores o chamam de *rio Piau* devido à beleza dessa espécie de peixe de pintas vermelhas e das cachoeiras.



**FIGURA 15** - Nascente do Piau, na Serra da Andorinha. Xinguara/PA.

Fonte: Valdir Juruna, morador. Arquivo pessoal, 2012.

Conforme o córrego Piau começa a percorrer a superfície plana, aparecem os primeiros sinais de degradação, ou seja, sinais como a falta de cobertura vegetal, o assoreamento e as invasões de *capim barqueara* nas margens.

Antes de desaguar no Mariazinha, o córrego atravessa uma área de garimpo abandonada. Esses garimpos, explorados na década de 1980, apesar de estarem abandonados há mais de vinte anos, ainda têm seus efeitos visíveis: crateras e buracos que acumulam água suja, escavações, pedregulhos, amontoados de cascalho e grandes tanques represados com água de cor avermelhada, devido ao uso indiscriminado de mercúrio.

Em suma, o córrego Piau encontra-se bastante assoreado e degradado, exceto em sua origem. Antes de desaguar, atravessa uma ponte de madeira numa localidade conhecida como “Ladeira do Sabão” e penetra no rio Mariazinha, nas proximidades de um assentamento rural.

### **3.8.3 Ribeirão Caracol ou Prainha**

Segundo as narrativas dos moradores, esse rio tem origem nas várias cadeias de montanhas denominadas Marajoara e que se localizam a cerca de três quilômetros da cidade, a oeste. Boa parte dessa nascente percorre o espaço urbano contornando praticamente metade da área de Xinguara, sendo a principal nascente para a captação da água que abastece o município.

Sua vegetação de cobertura foi retirada quase completamente, restando apenas pequenos cortes nas superfícies mais elevadas dos morros de onde, em suas encostas,

atualmente descaracterizadas e desprotegidas, brotam praticamente todas as águas do Ribeirão Caracol ou Prainha, como é popularmente conhecido.

Depois de fazer dezenas de curvas, essa nascente de volume considerável de água permanente deságua no reservatório da empresa Foz do Brasil (Empresa com direito à concessão por 30 anos), que está implantando o sistema de abastecimento de água tratada em Xinguara. Segundo informações fornecidas pelos moradores, e confirmada pelas autoridades locais, há um projeto em fase de execução inicial cujo objetivo prevê a construção de uma represa, para abastecimento da cidade com capacidade de armazenamento de 800 mil m<sup>3</sup> de água.



**FIGURA 16** - Nascente da Prainha, durante o período de enchentes.  
Fonte: Acervo pessoal do autor, fevereiro de 2013.

#### **3.8.4 Córrego do Centro ou da Baixada**

Esse córrego tem início nas proximidades da Rua Paraná com a Avenida Antônio Pedroso. No passado, possuía vegetação de buritizais e vários alagados com pequenos olhos d'água que corriam durante o ano inteiro. No decorrer dos anos, com o aterro das ruas na proximidade, essas pequenas minas praticamente desapareceram. Como a cidade não possui um sistema de coleta de esgoto, atualmente esse córrego é utilizado como escoamento de águas pluviais e lançamento de lixo e esgoto sanitário pelos moradores próximos de suas margens.



**FIGURA 17** - Córrego do Centro ou Baixada vitimizado pela poluição humana.  
Fonte: Acervo pessoal do autor, agosto de 2013.

### 3.8.5 Córrego das Chácaras

Essa nascente brota no topo dos morros Marajoara, no sentido leste da cidade. À medida que desce da serra, forma pequenos córregos cujas águas vão sendo aproveitadas pelos moradores para reservatórios destinados à criação de peixes, ao consumo e, principalmente, à irrigação de pequenas lavouras de hortaliças, além de servir como área de lazer à população local.

O bairro Marajoara II é formado por pequenos chacareiros que retiram sua sobrevivência da plantação de hortaliças. Assim, boa parte dos moradores depende diretamente dessa nascente para irrigar suas plantações. Em termos de preservação ambiental o início da nascente requer preocupação uma vez que na sua origem não existe cobertura vegetal e, hoje, encontra-se cercada por propriedades particulares.

O Córrego Chácaras percorre cerca de um quilômetro até a confluência com a nascente Prainha que, devido às suas péssimas condições, é popularmente batizado de Sebozinho. Nesse intervalo, excetuando algumas pequenas nascentes desprotegidas, a calha central está em bom estado de conservação ambiental devido aos cuidados dos moradores que concordam com a responsabilidade de cada chacareiro em preservar uma pequena parte de suas terras com plantas nativas e frutíferas.

Nesse setor de chácaras, foram identificadas, por exemplo, várias espécies nativas como o jatobá, o açaí, o ipê, o cajá e também espécies reflorestadas pelos moradores, como a mangueira, o abacateiro, o açazeiro, a jaqueira, a canela, o cupuaçu, o coqueiro, entre outras. À medida que essa nascente se aproxima do córrego Prainha perde completamente a cobertura vegetal.

O Bairro Chácaras é responsável pelo abastecimento de boa parte dos produtos hortifrutigranjeiros da cidade. Segundo os moradores, o principal problema é o uso de agrotóxicos nas lavouras, utilizados no combate às pragas das hortaliças, prática frequente em quase todas as propriedades.



**FIGURA 18** - Nascente do setor Chácaras, no perímetro urbano.

Fonte: Acervo pessoal do autor, agosto de 2013.

Em resumo, essas cabeceiras de nascentes principiam praticamente no perímetro urbano o que facilita a degradação de suas margens pela ocupação humana. Salvo alguns trechos alagados, onde ainda não ocorreu o desmatamento, a situação ambiental é de completa falta de cobertura vegetal, assoreamento e poluição urbana.

### **3.8.6 Nascente do Projeto Casulo**

Essa nascente encontra-se totalmente desprotegida, com suas margens cobertas por pastagem e ocupação para produção hortifrutigranjeira. Foram identificados vários “olhos d’água” que nascem nas proximidades do assentamento Casulo, localizado cerca de cinco quilômetros ao sul de Xinguara. Suas pequenas nascentes percorrem um curto trecho descoberto de vegetação até desagüarem no rio Mariazinha, e seu solo é bastante arenoso, o que facilita seu assoreamento.

Embora essa nascente não esteja afetada pela poluição das indústrias locais, sofre a ação de plantas invasoras como a taboa e o capim barqueira d'água, o que não impede a presença de alguns reservatórios de criação de peixes em cativeiro. Apesar dos problemas ambientais que os moradores vêm enfrentando, a nascente representa uma fonte importante de água, visto que, nessa região, residem cerca de 40 famílias que se dedicam à produção e ao fornecimento de verduras e frutas para o comércio de Xinguara.

### 3.8.7 Nascente Ana Vieira

Essa nascente é importante para os moradores porque suas águas são perenes, ou seja, mantém seu nível durante o ano inteiro, o que garante o abastecimento para animais e pequenas plantações. Nasce nos morros Marajoara, ao norte da cidade, e desce no sentido sul, percorrendo cerca de cinco quilômetros até desaguar nas proximidades da Fazenda Mateira, local onde se encontra com outra nascente, formando, assim, o rio Mariazinha, próximo ao perímetro urbano de Xinguara.

Quanto à situação ambiental, na sua origem, encontra-se conservada devido à declividade do terreno. À medida que ultrapassa a região montanhosa, percorre todo o trecho em áreas de pastagens e, antes de desaguar no Mariazinha, recebe águas de outras pequenas nascentes que vêm do sentido norte. Em alguns trechos alagados dessa nascente, foi possível presenciar algumas espécies de pássaros e animais silvestres e, embora ela não receba poluição de agroindústrias, atualmente se encontra desprotegida de mata ciliar.



**FIGURA 19** - Trechos da nascente Ana Vieira, próximo à rodovia PA-279.

Fonte: Acervo pessoal do autor, agosto de 2013.

No período de inverno, suas correntezas são velozes com corredeiras e grande volume de água. Segundo os moradores, todos os anos essa nascente acumula grande volume de água chegando a interditar a rodovia PA 279 durante o período de grandes enchentes, e a população de Xinguara utiliza-se dela, em área próxima às margens da rodovia, como espaço de lazer aos finais de semana.

### 3.8.8 Nascente Córrego da Malvina

Nasce ao sul do município, na região de planalto, conhecida como “Garimpo da Malvina”. O planalto é o divisor de águas entre a nascente Malvina e o córrego Água Roxa, que desce no sentido sul para desaguar no Rio Maria. Desde a sua origem, na antiga fazenda Malvina, essa nascente, que possui aproximadamente seis quilômetros e corre no sentido sul-leste até se encontrar com o rio Mariazinha, encontra-se descaracterizada de mata ciliar em função da ação garimpeira.

A paisagem desse planalto encontra-se totalmente descaracterizada de vegetação, uma vez que, no passado, essa nascente sofreu fortes alterações em seu curso principal, devido à exploração garimpeira. Na década de 1980, suas águas eram bastante utilizadas na lavagem de cascalho para a extração de ouro, sendo as técnicas da época extremamente predatórias com o uso do mercúrio em larga escala. A garimpagem contaminou, durante décadas, toda a nascente, visto que os sedimentos dos lagos persistem até os dias atuais. Os reservatórios estão, portanto, expostos em vários trechos e poluídos pela garimpagem e pelo uso de mercúrio.



**FIGURA 20** - Nascente Malvina, na região de antigo garimpo.

Fonte: Acervo pessoal do autor, fevereiro de 2013.

Esse planalto, em seu sentido norte, possui ainda várias pequenas nascentes que vertem suas águas na direção norte, nas proximidades do projeto de assentamento Casulo, sendo aproveitadas em um grande reservatório para o abastecimento de um frigorífico e por criadores de peixes. Aos poucos essas nascentes vão-se juntando a outras até formarem o ribeirão conhecido como Córrego do Areia.

No sentido oeste, ultrapassando a antiga região do garimpo Malvina, essa nascente começa a receber efluentes de agroindústrias instaladas próximo ao seu curso. Em linhas gerais, os problemas ambientais ali encontrados são críticos e as narrativas dos moradores ilustram a situação ambiental de poluição completa das águas e do ar do córrego, em sua extensão da localidade Igrejinha até o rio Mariazinha. Os moradores descreveram, ainda, que a nascente Malvina é sem dúvida a que recebe maior carga de efluentes agroindustriais em toda a região do rio Mariazinha.

O senhor José Diomar, por exemplo, proprietário de reserva particular, relata a poluição e o mau cheiro das águas dessa nascente, em sua propriedade e que, mesmo em ambiente preservado, é tal a ponto de incomodar os vizinhos ao longo de seu percurso, entre a nascente e o rio Mariazinha, nessa região ocupada por pequenos produtores de frutas e hortaliças.

Segundo os moradores entrevistados, o local próximo das indústrias é o ponto do rio considerado o mais crítico e o alvo das maiores contestações. A ocorrência de problemas ambientais já perdura por mais de dez anos e, embora tenha havido mobilizações e protestos por parte de moradores, a situação continua sem uma solução definitiva por parte do Poder Público.

Ainda segundo as fontes orais, próximo ao local de descarga dos efluentes, a empresa de curtume adquiriu uma reserva de cerca de 100 hectares que cobre as duas margens do rio Mariazinha. Esse local, coberto basicamente por vegetação secundária de babaçu, está sendo utilizado para o despejo irregular de resíduos. Ainda de acordo com os moradores, próximo da rodovia existe uma área de reflorestamento, onde a empresa desenvolve pequenas ações de preservação ambiental como o plantio de árvores e mantém ainda uma rigorosa fiscalização no local para evitar a entrada de estranhos.

### 3.8.9 Nascente Córrego da Pedra

Essa nascente está localizada em uma área de fazenda, ao Sul de Xinguara, na divisa com o município de Rio Maria, e seu percurso é de aproximadamente dez quilômetros até o encontro com o Mariazinha. De todas as nascentes encontradas, o córrego da Pedra é o que se encontra em melhor estado de conservação ambiental, pois suas águas percorrem quase todo o percurso em área particular de mata preservada pelos proprietários.

Segundo o Senhor José Diomar, proprietário do local, as águas são cristalinas e sofrem pouca influência de efluentes das indústrias. As fontes orais fornecidas por ele dão conta de que, desde a sua chegada à região, ainda na década de 1970, ele nunca derrubou essa mata porque, segundo sua opinião, está preservando-a para o futuro, pois pretende deixá-la para seus herdeiros. Segundo esse morador, que afirmou possuir grande reserva florestal, em outra região distante de Xinguara, é necessário preservar essa área devido à maioria de seus vizinhos já terem derrubado quase tudo ao seu redor.

*[...] Quase ninguém tem [áreas de mata nativa em suas propriedades]... Justamente, inclusive, a gente veio do Estado de Goiás e lá a gente, é difícil também a gente ter uma reserva igual. Nós temos, a verdade é essa, e a gente prevê o futuro, não é? Eu mesmo vejo assim o futuro da humanidade. Igual, tem muita gente que não conhece nenhuma castanheira. Nós temos a castanheira pra mostrar, né, na mata nativa. (Senhor Diomar, morador e proprietário. Depoimento realizado em 05/03/2013)*

Não restam dúvidas de que o senhor José Diomar é um dos poucos moradores em toda a região do Mariazinha que possui uma reserva florestal privada e preservada. Ele lamenta que, infelizmente, o curtume adquiriu recentemente uma área próxima à sua reserva florestal para utilizá-la como depósito de resíduos, o que está prejudicando a nascente até então protegida em sua reserva, como relata no depoimento que tivemos a oportunidade de tomar:

*[...] Rapaz! Sinceramente, eu acho que é um dos... Aqui por perto da fazenda, por perto de nós aqui, eu acho que só ele tá se salvando, mas mesmo assim, na cabeceira dele, não diretamente, não diretamente onde a cascalheira que é aproximadamente, assim, uns 600 metros da nascente desse córrego. O curtume joga material lá, o restante, como é que dá o nome, o rejeito, né? O rejeito de curtume, aquela catanga todinha, joga lá em cima do morro. Vão lá levar, entendeu? Vão lá levar pra cima do morro e quando chove você sabe pra onde a água corre, não é? As veias, inclusive, eu acho que não é muito certo não porque é o único corquinho que nós temos na região, que eu considero ele que ainda é preservado. (Senhor José Diomar, morador e proprietário. Depoimento realizado em 05/03/2013)*

De uma maneira geral, o que se observa é que a maioria das cabeceiras das nascentes que formam a sub-bacia do rio Mariazinha nas proximidades de Xinguara está bastante

afetada pelo desmatamento, pelo assoreamento e pela poluição generalizada de efluentes provenientes das agroindústrias e da poluição advinda do espaço urbano.

### **3.9 A ocupação da sub-bacia do Mariazinha**

Segundo dados de campo, no início da década de 1970, a região da sub-bacia do Mariazinha foi ocupada, inicialmente, por grupos agropecuários e madeireiros que receberam dos governos militares concessões de terras no município. A demanda por terras fez com que essas áreas fossem, no entanto, ocupadas por posseiros que, através de confrontos violentos, envolvendo várias mortes, forçaram o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), órgão dos Governos Militares, a assentar centenas de famílias em várias glebas como as de Tupã, Lote 160, Marajoara e Vermelho Preto.

A luta corajosa dos posseiros e a conquista dessa região do Mariazinha foram alvo de repercussão nacional em vários jornais e revistas devido ao alto grau de violência e grandiosidade da conquista num período de extrema privação de liberdade democrática. Segundo dados do projeto Lumiar (1988), as áreas localizadas na sub-bacia do Mariazinha somam juntas 13.339 hectares. Nos relatos orais dos moradores, podemos observar que atualmente vem ocorrendo pequena reconcentração de lotes, embora a maioria da área permaneça nas mãos de pequenos e médios proprietários.

Após a conquista da terra, em pouco espaço de tempo, essas fazendas desapropriadas deram lugar a uma nova dinâmica de produção de alimentos para Xinguara que, a partir da colonização desses latifúndios, teve boa parte da sub-bacia do rio Mariazinha ocupada basicamente por milhares de pequenos e médios agricultores. Posteriormente, ao fim dessa colonização, a região conhecida como Vila Betel e localizada na confluência com o rio Marião foi também ocupada por pequenos proprietários dando origem a novos assentamentos. A figura abaixo mostra o local de encontro do rio Mariazinha com o rio Marião, conhecido como Barra do Marião.



**FIGURA 21** – Vila Betel, localizada acima o rio Mariázinha, no encontro com o rio Marião, na região da Barra. Fonte: Google, 2013.

### 3.9.1 Os problemas ambientais

Já mencionamos que boa parte das nascentes do rio Mariázinha percorre o espaço urbano de Xinguara, de modo que os problemas ambientais começam a aparecer antes mesmo de desagüarem na calha principal do rio. Desde o início da colonização de Xinguara, as cabeceiras onde estão as nascentes principais do rio vêm sofrendo devastação e, no espaço urbano, por exemplo, os problemas ambientais como as descargas de efluentes, o lixo despejado diariamente nos córregos e os aterramentos de pequenas nascentes pela especulação imobiliária fomentam cada vez mais esse cenário devastador.

Segundo os moradores, a vegetação no entorno e margens do rio Mariázinha era composta por cobertura vegetal preexistente caracterizada, principalmente, pela presença de florestas densas ou floresta fluvial tropical, isso para sistemas primários de vegetação (IBGE, 1980). À medida que se aproximava do rio, a vegetação mudava, dando espaço para as palmeiras, os açazeiros e as gameleiras, frequentemente encontrados no bioma local e nas proximidades de Xinguara no passado, como afirma um morador:

*[...] mata era muita árvore mesmo. Mas a gente percebia que mais próximo do rio era diferente das partes altas. A gente não via árvores grossas, e também o açáí. Tinha também outro tipo de coco que via muito, era a paxiba (espécie de palmeira espinhosa). A paxiba foi extinta da região, o coco dela quando caía na água o peixe*

*comia. Até a caranha a gente pescou com coco na barriga. O coco de açai, o tucum também.* (Antônio Neto, morador. Depoimento realizado em 01/03/2013)

Segundo o Manual de Vegetação Brasileira (1980), o termo *floresta densa* refere-se à floresta que se relaciona diretamente com os índices pluviométricos locais. Isso é confirmado pelos moradores mais antigos que conheceram a região do Mariazinha e a vegetação local, antes de maiores intervenções humanas. De acordo com esses moradores, nesse local eram encontradas grandes áreas de formações florestais, especialmente a floresta de terras baixas. Atualmente, observa-se que os tipos de vegetação presentes às margens do rio Mariazinha estão restritos a pequenas áreas de reservas particulares.

De acordo com o Projeto Lumiar (1988), em seu relatório socioambiental da região, os sistemas florestais às margens do rio se encontram em completa descaracterização em função, sobretudo, de sua substituição por pastagem.

Essa percepção é confirmada pelos moradores em suas narrativas, relatando que, entre 1980 e 1988, essa região ribeirinha era coberta por florestas com alto potencial de exploração comercial. Na década de 1980, toda a madeira comercial já havia sido explorada pelas serrarias locais e árvores popularmente conhecidas como o cedro, jatobá, mogno, amarelão, ipê e o angico desapareceram em poucas décadas de exploração. As derrubadas, seguidas de queimadas indiscriminadas para a preparação de “roças” e de pastagens, desprotegeram quase que completamente o solo e extinguiu a vegetação, propiciando a degradação de grande parte das margens do Mariazinha.

A constatação da descaracterização da floresta não é recente. No final da década de 1990, um grupo de pesquisadores do Projeto Lumiar do Governo Federal já havia identificado que os lotes próximos ao rio Mariazinha enfrentavam problemas ambientais relacionados ao desmatamento e ao assoreamento. Essa constatação é confirmada também pelos moradores que relatam problemas ambientais na vegetação local:

*As transformações são visíveis com a destruição das florestas, que se transformam em pastagens para os bois e os igarapés e rios que diminuem seus cursos de água, com a destruição das matas ciliares. Portanto, as consequências ambientais são imediatas para a região, no desequilíbrio dos períodos chuvosos, com escassez de chuvas, o aumento do calor, empobrecimento da cobertura vegetal no solo e assoreamento.* (Claudio Marques, morador. Depoimento realizado em 23/04/ 2013)

A retirada da cobertura vegetal das margens do rio deu lugar às palmeiras conhecidas como “babaçu”, uma consorciação entre essa espécie e outras, surgindo, assim, outro subtipo

florestal denominado “floresta de babaçu”, que é uma espécie de fácil observação ao longo de vários trechos do rio Mariazinha.



**FIGURA 22** - Floresta secundária de babaçu, às margens do rio Mariazinha.

Fonte: Acervo pessoal do autor, março de 2013.

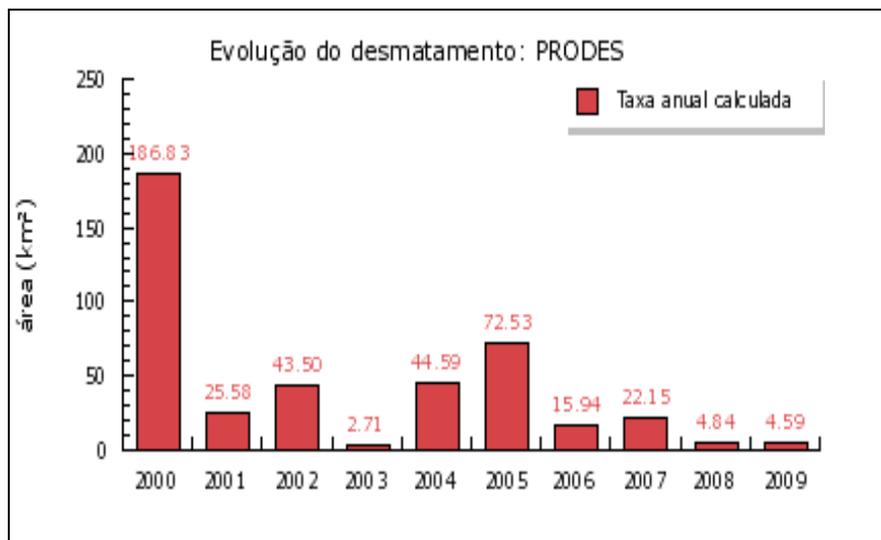
Segundo os moradores locais, outros fatores que dificultaram a permanência de áreas de preservação foram as práticas constantes de queimadas que ocorriam principalmente no período de verão, quando a região se encontrava seca e suscetível aos incêndios.

Os dados mais recentes sobre queimadas na Amazônia têm demonstrado que essa prática, muito comum nas décadas de 1980 a 1990, está diminuindo, seja pela eliminação das florestas, seja por questões econômicas, uma vez que queimando os pastos, todos os anos, os proprietários enfrentavam dificuldades em alimentar seus rebanhos.

A tabela abaixo demonstra uma elevada diminuição das áreas de desmatamento calculado pelo IMAZON, através do Programa de Cálculo do Desenvolvimento da Amazônia (PRODES), nos anos 2000 a 2009, no município de Xinguara.

Como se observa, o número de queimadas em Xinguara está estabilizado devido à falta da vegetação original. As causas dessa estagnação do desmatamento ocorrem, simplesmente, porque não existe mais floresta para ser devastada, de modo que, na região do Assentamento Vermelho e Preto, por exemplo, existe apenas um morador que possui floresta nativa em suas terras.

Se analisarmos o gráfico dos dados do ano de 2000, período de intensos desmatamentos, foram detectados 156,83 km<sup>2</sup> de desmatamento no município, enquanto que no ano de 2009, período em que as florestas diminuíram, esse número passou para apenas 4,59 km<sup>2</sup>, portanto, uma queda vertiginosa.



**FIGURA 23** - Evolução do desmatamento, entre os anos de 2000 e 2009 ( PRODES).

Fonte: Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, 2012.

### 3.9.2 A questão da água

Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2007) e a Empresa de Saneamento do Estado do Tocantins, escritório de Xinguara (SANEATINS, 2007), é possível classificar a questão da água do rio Mariazinha como um recurso utilizado de forma predatória, pois quase nenhuma nascente ou córrego estão protegidos ou preservados. Em pontos próximos da cidade, é muito comum encontrar locais de exploração de areia para a construção civil, o que favorece a descaracterização das calhas das pequenas nascentes.

A partir de sua nascente principal, o rio Mariazinha percorre uma extensão de aproximadamente 87 km, tendo como destaque dois de seus principais afluentes: o ribeirão Caracol ou Prainha, e a nascente do Areia, classificados como:

[...] águas claras e transparentes, do amarelo para o verde e para o oliva, tendo a sua nascente em áreas de escudos enrugados ou áreas de terra firme que datam do terciário e que, possuindo solos podizólicos e latossolos vermelho-amarelos

originários de terras de floresta ombrófila, resulta num sistema hídrico de baixa potencialidade (LUMIAR, 1988, p.12).

Segundo dados da SANEATINS (2007), em um estudo do sistema hídrico realizado na região, o rio Mariazinha possui baixa potencialidade devido à estrutura física característica da região: um relevo regular detentor de morros e colinas suaves, onde estão localizadas as nascentes de vários córregos e riachos. No entanto, se considerarmos o nível de precipitação da região em torno de 1500 a 2000 mm anuais, com uma estrutura de relevo com altitude em torno de 297 m, esse quadro pode ser alterado.

De acordo com o DNPM (2007), a capacidade de abastecimento e de dinâmica das águas encontra-se bastante afetada pelo desmatamento, o assoreamento e a poluição da região, sendo que a descaracterização da paisagem torna-se visível em praticamente toda sua extensão.



**FIGURA 24** - Nascente do Jardim Mariazinha totalmente descaracterizada.  
Fonte: Acervo pessoal do autor, março de 2013.

De acordo com os moradores, a falta de vegetação está reduzindo o fluxo da água e alterando seus cursos, o que facilita o acúmulo de entulhos, assoreando e estrangulando as redes e pequenas bacias de vazões regulares. As consequências do desmatamento ainda contribuem para o aumento do escoamento superficial sobre as encostas, diminuindo o volume de água que alimenta o lençol freático.

Quanto ao uso dos recursos hídricos, segundo relatos de alguns moradores, até meados da década de 1970, ou seja, no início de Xinguara, os extrativistas utilizavam o rio Mariazinha como fonte de renda e alimento para sustento próprio. O morador Antônio Neto, que chegou a Xinguara ainda criança, descreve com precisão a paisagem à beira do rio, naquele período:

*[...] Rapaz, O rio Mariazinha era um córrego de água muito limpa, a gente via nas frestas do sol, na água, o peixe passando no córrego. Eu me lembro do Pacu e da Matrinchã. Eu lembro que a gente ia para lá no final de semana, nós pescava de anzol, via o peixe refletindo na água. Então, outra coisa que a gente lembra era as árvores. O rio era mais estreito, mas também mais fundo. Era cheio de raízes, tinha um tipo de árvore que desenvolve uma raiz tipo uma estopa, tipo uma estopa mesmo que protegia. Quando enchia dava até um lodo, quando a água baixava dava até uma estopa. Era um tipo de árvore que hoje acabou por aqui, só vejo em alguns lugares longe daqui. Aqui perto da rua tinha uma parte que era um açaiçal, o açai se dava bem nas partes alagadas, tinha muito lugar que tinha açaiçal por aqui [...]* (Antônio Neto, morador. Depoimento realizado em 19/04/2013).

A tal “estopa”, descrita pelo morador, é uma espécie de rede entrelaçadas de raízes submersas que foram encontradas apenas nas proximidades da confluência do rio Marião, cerca de 80 km de Xinguara.

Outro fator muito presente nos relatos de moradores e de antigos pescadores que conheceram o Mariazinha nesse período é a redução das várias espécies de peixes. No passado, era possível pescar várias espécies de peixes, sendo os mais encontrados os popularmente conhecidos por pintado, piau, piranha, cachorra, barbado, jaraqui entre outras espécies:

*[...] esses bagres que é chamado de mandi moela, é, enfim, tinha todos esses peixes tinha aqui na época, né, esses peixes de couro a gente conhece, mais comum era possível ser capturado aqui próximo da cidade. E se tratando de peixe de escama os mais tradicionais era a pacu, a piranha, a papa-terra, em outras regiões chama de curimbatá, e a variedade de piau como o piau-cabeça-gorda, né? E até mesmo o piau-flamengo hoje está bem mais difícil de ser encontrado* (Valdir Juruna, morador. Depoimento realizado em 28/02/2013)

Pelo fato de alguns trechos do rio terem a sua correnteza interrompida nos meses críticos de verão, transformando-se em semiperene com apenas pequenos e grandes lagos, a ação de caçadores e pescadores contribui para o desaparecimento de espécies antigamente encontradas em grande quantidade.



**FIGURA 25** - Lago descaracterizado de vegetação, em nascente do rio Mariazinha.  
Fonte: Acervo pessoal do autor, agosto de 2013.

### 3.9.3 A situação atual da vegetação ciliar

A vegetação ciliar da sub-bacia do rio Mariazinha encontra-se praticamente suprimida ou degradada. Apesar de se tratar de uma área nova, do ponto de vista da ocupação humana, uma vez que a região começou a sofrer intervenção da sua vegetação em meados da década de 1970, a sub-bacia apresenta poucos remanescentes de vegetação primária no entorno do curso do rio e seus afluentes.

Na maioria dos afluentes, há o predomínio de vegetação secundária (floresta de babaçu) em diferentes estágios: primeiro, a vegetação de braquiárias e, em segundo, os babaçuais que já formam uma espécie de floresta quase impenetrável ao longo da rede de drenagem.

Na região de Xinguara, predominava a floresta densa típica do bioma amazônico, mas, a partir das derrubadas, a vegetação de babaçu vem ganhando força sobre as demais, chegando a se transformar numa segunda vegetação conhecida por “florestas de babaçu”, uma floresta quase impenetrável que é bastante detestada pelos fazendeiros porque suprime a pastagem. Por outro lado, as populações locais que efetuam a coleta dos cocos, para extrair óleo e produzir carvão, encontra nesse tipo de vegetação uma fonte de complementação de renda. Outro fator importante sobre essa vegetação é que ela é bastante resistente até mesmo a pesados agrotóxicos.



**FIGURA 26** - Assoreamento do rio provocado pela falta de vegetação ciliar.

Fonte: Acervo pessoal do autor, 2009.

Essa situação de degradação ambiental vem proporcionando uma drástica redução da biodiversidade, ou seja, vem reduzindo especialmente a fauna e a flora da região, gerando um quadro de fragilidade nos ecossistemas locais, no rio e em seus afluentes, em função do desaparecimento da proteção natural exercida pelas matas ciliares sobre os corpos d'água. A narrativa do morador Antônio Neto apresenta, com riqueza de detalhes, a biodiversidade do entorno do rio Mariazinha:

*[...] Eu lembro que tinha muita capivara, a capivara naquele tempo era muita, tinha um pássaro do bico de fogo, ele era pequeno e tinha o bico vermelho e as penas azuis reluzentes, ele ficava sempre em cima do córrego, aqui, acolá, descia na água. De longe a gente ouvia cantar, ele tinha um piado bonito. O jacu cigano era um exagero. Eles ficavam às margens dos córregos, faziam os ninhos, eu lembro que o povo não comia, ele tem um odor forte na pele. Um dia a gente pegou um para comer, mas ninguém comeu. Os índios também não comiam porque tinha ele como ave sagrada. Outro que tinha muito era o tucano, o tucano verdadeiro do bicão, hoje a gente não vê mais. A gente via mais o macaco gorgo. O gorgo fazia um barulhão ao lado da cidade. Outro era o jabuti, tinha muito, você podia até escolher o maior debaixo do Taturubá. (Antônio Neto, morador. Depoimento realizado em 19/04/2013)*

Ainda segundo esse morador, a riqueza da fauna da região do Mariazinha era muito rica sendo que, naquele período, era possível encontrar em abundância uma variedade de espécies de animais e aves que eram utilizados pelos moradores como alimento. Por meio de

suas narrativas, podemos fazer essa constatação, também confirmada pela maioria dos moradores entrevistados.

*Naquela época, tinha também um jabuti de até 25 kg e outro pequeno. O grande para carregar era eu e meu irmão. A gente levava pendurado e dava muito trabalho pra chegar em casa. Como nós éramos uma família de 9 pessoas, o bicho dava pra comer 2 dias. Preparava no leite de castanha-do-pará, era ralado na serra da paxiba (uma raiz com dentes serreado). Dos bichos tinha a anta, a paca. Ia me esquecendo de falar que tinha a azulona e jacamim, fazia um barulhão como se fosse uma pessoa gemendo, ela voava pouco, a gente encontrava muito dela porque era mansa e por isso matávamos muitas. Tinha inhambu, essa tinha pena esverdeada da cor de folha verde e a gente a encontrava escondida ia devagarinho e pegava também o uru que pegava de mão, hoje não tem mais. Tinha onça a mais encontrada era onça pintada naquela época se quisesse ouvir o esturro (rosnado) da onça bastava sair 1 km e meio que ouvia o esturro. Tinha da onça preta e da parda, mas essa era mais rara. (Antônio Neto, morador. Entrevista realizada em 19/04/2013)*

A partir do início do século XXI, o desenvolvimento das atividades agrícolas, na região do Mariazinha, ganhou maior atenção dos produtores rurais, seja para o plantio de milho, seja para a recuperação de pastagens degradadas. A introdução da lavoura mecanizada para o cultivo de milho e a recuperação de pastagem já está sendo praticada em pequenas e grandes propriedades e em regiões de terras planas; o cultivo do milho vem ganhando destaque em função dos altos preços desse produto no mercado local.

Segundo os entrevistados, em algumas propriedades próximas ao Mariazinha, os pequenos produtores já estão utilizando a mecanização para o plantio de pequenas lavouras. Há uma tendência em aumentar ainda mais os problemas ambientais devido à fragilidade dos solos, nesse caso relacionado a problemas de erosão e assoreamento.

Assim, caso não seja feito um planejamento nas propriedades com o uso de curvas de nível, essas práticas de cultivos poderão exercer, a exemplo da pecuária, forte pressão sobre os últimos redutos de matas primárias, suprimindo-os gradualmente, especialmente nas áreas de confluência com o rio Marião, onde já se constata grandes áreas mecanizadas para cultivo de milho e abacaxi.

Outro fator ainda preocupante em algumas regiões onde há a presença de floresta nativa é a utilização da prática de queimadas. Embora o IMAZON (2012) já tenha constatado uma redução considerável das queimadas em toda a região, tal prática ainda é verificada na atualidade, sobretudo no período de verão (julho a setembro) quando ocorre a incidência de queimadas em pastagens.

A prática de derrubada-e-queima torna os solos inférteis, em curto prazo, e deixa-os muito suscetíveis aos processos de erosão. Na região da Vila Betel, próxima à confluência

com o rio Marião, por exemplo, ainda existem algumas áreas de florestas que estão aos poucos sendo desmatadas pelos moradores.

Tal prática torna os solos inférteis, em curto prazo, e deixa-os muito suscetíveis aos processos de erosão. Na região da Vila Betel, vizinha ao município de Xinguara e próxima à confluência entre os rios Mariazinha e Marião, por exemplo, ainda é possível encontrar áreas derrubadas para o plantio de pequenas roças.



**FIGURA 27** - Queimada Praticada por Moradores na Região da Vila Betel.  
Fonte: Acervo pessoal do autor, agosto de 2013.

A moradora Maria Rita narra com propriedade a sua chegada às proximidades do rio Mariazinha, na Vila Betel, cerca de setenta quilômetros de Xinguara. Ela afirma que seu esposo plantava e realizava boas colheitas todos os anos, mas, segundo seu relato, de alguns anos para cá as lavouras estão diminuindo devido à infertilidade do solo.

*[...] quando a gente chegou aqui a gente plantava, dava para a despesa e hoje a gente não planta mais assim porque a terra ficou fraca, né, enfraquece e aí a gente não tem. A única coisa que a gente tem e ainda dá é a mandioca, né, e abacaxi, mas lavoura mesmo tem muito tempo que a gente não tem, né, a gente compra de tudo e às vezes até falta de... porque a terra está fraca, não produz mais como antigamente, porque quando a gente chegou aqui a gente plantava e colhia bastante. Eu lembro de uma vez que... eu lembro quando nós chegamos aqui, a gente plantou uma roça, meu esposo plantou, a gente colheu e deu 106 sacas de arroz, só o arroz, né? Já a outra que ele colocou no outro ano foi só enfraquecendo, né, a gente não planta mais. O ano passado ele tentou plantar ali, colheu uns 2 sacos só, não produziu mais, a única coisa que a gente ainda produz é a mandioca. (Maria Rita, moradora da vila Betel. Depoimento realizado em 18/04/2013)*

### 3.9.4 Assoreamento dos solos e o comprometimento da rede hidrológica

Observa-se que a retirada da cobertura vegetal (vegetação ciliar nativa) e a substituição por vegetação secundária (capoeira e floresta de babaçu) contribuem para o quadro ainda maior de erosão dos solos locais.

A vegetação nativa mais densa, existente até então na região, exerce um efeito de controle no impacto das chuvas sobre o solo, uma vez que a precipitação é inicialmente interceptada pelas copas da floresta antes de penetrar o solo com menor impacto e, assim, com menor potencial de desagregação. Além disso, tal vegetação diminui a saturação dos solos, o que contribui para uma baixa capacidade de lixiviação (espécie de lavagem do solo). Com o processo de aceleração da pecuária, no entanto, nem mesmo as margens dos rios foram respeitadas e atualmente os corpos d'água estão bastante descaracterizados.

Em função da supressão da floresta primária, esse panorama mudou radicalmente na região, fazendo com que as chuvas atinjam diretamente os solos. O quadro só não é mais catastrófico porque a cobertura do solo com pastagem ameniza a situação, mas ainda assim esses solos vão degradando-se gradualmente, favorecendo a ocorrência de enxurradas e, conseqüentemente, potencializando a ocorrência de enchentes.

Sobre essa temática, os moradores narram, com propriedade, os acontecimentos dos últimos anos com relação ao rio Mariazinha e, segundo o morador José da Penha, conhecedor da região há mais de 20 anos, o curso desse rio vem mudando bastante. Ele afirma que quando chegou à região do assentamento Vermelho e Preto, o rio era fundo, possuía uma calha profunda por onde as águas corriam com certa facilidade e raramente ocorriam inundações. Com o avanço do desmatamento, porém, a calha do rio foi entupida por bancos de areia fazendo com que as águas das cheias se espalhassem pelas pastagens. Ele narra que “de alguns anos para cá” o rio tem invadido as pastagens com maior frequência e se espalhado cada vez mais pelas propriedades em seu entorno.

*[...] eu lembro que uma vez a gente entrou pesquisando garimpo, né? Não era nem década de 1970. 1978, 1979, por aí, a gente cortou toda essa serra procurando ouro, dois dias andando. Conhecemos várias vertentes de água que hoje não se sabe qual é mais, né? Na verdade nem a gente sabe se ainda existem todas elas, mas que a gente viu tantas que hoje parece que nem existe mais, nem ver mais e se ver talvez não conheça mais também. Mudou muito o jeito, né? Bom, ele era um rio que... Da água limpa, né? Tinha lugar fixo dele que hoje não tem mais, muitos lugares dele mudou o curso, né? Ainda muda com a devastação e uma coisa que naquele tempo a gente via que tinha o itinerário dele, né? E em muitos lugares ele já não tem mais, às vezes muda de lugar, né? Assoreia, né? Assoreia e muda de lugar. (José da Penha, morador. Depoimento realizado em 06/03/2013)*



**FIGURA 28** - Nascentes sem cobertura vegetal, nas proximidades de Xinguará/PA.  
 Fonte: Acervo pessoal do autor, fevereiro de 2013.

O que se pode constatar é que, infelizmente, em toda a extensão das nascentes até a confluência com o rio Marião, o rio Mariazinha e seus afluentes estão sofrendo com a recorrência da problemática do assoreamento, identificado principalmente nos barrancos dos rios que têm solos arenosos e propensos a desmoronamentos em decorrência também da ausência de proteção de vegetação ciliar nativa.

Outro morador, senhor Amantino Martins, residente desde a década de 1980, na confluência do Mariazinha com o Marião, afirma que os bancos de areia estão aumentando. Ele, que conhece a região da Barra do Marião desde 1979, narra a situação ambiental atual que vem ocorrendo na confluência dos rios:

*[...] Eu acho que é o pessoal que derruba nas cabeças do rio, né? Derruba e aí a terra corre. Eu acho que foi isso. Não sei quem fez, mas eu mesmo não tenho derrubada na beira do rio. Fica sem a floresta e aí a terra todo ano corre, porque lá em casa é a Barra (encontro dos rios Mariazinha Marião), né? Em frente à Barra tinha um poção grande demais, dava muito peixe, hoje não tem ele... Hoje tem um banco de areia quase da altura dessa casa por conta do Mariazinha que entra no Marião. Ele sai assim: O Marião vem de lá, né? e aqui nessa frente tem até uma matinha, lugar do povo ficar. Era lá que ia pescar e essa matinha virou só o areão, virou um banco de areia. (Amantino Martins, morador. Depoimento realizado em 17/04/2013)*

Outro problema constatado é o assoreamento da rede hidrológica nas principais nascentes. O que se observa é que onde não ocorre poluição pela emissão de efluentes industriais a erosão é o principal impacto ambiental identificado no rio. Isso se dá em função da desagregação dos solos provocada pelas chuvas e a ocorrência de enxurradas potencializadas pela rápida saturação dos solos promovida, por sua vez, pela ausência de vegetação nativa. Assim, sem a cobertura da vegetação, os sedimentos são carregados até os corpos d'água locais provocando o soterramento da calha principal do rio.



**FIGURA 29** - Bancos de areia às margens do ria Mariazinha, na região do assentamento Vermelho e Preto - Xinguara/PA.

Fonte: Acervo pessoal do autor, agosto de 2013.

Outro aspecto invariavelmente relacionado a essa problemática é o intenso pisoteio promovido pelo gado criado nas propriedades que divisam com o rio. A maioria dos moradores locais deixa o gado beber diretamente no rio, o que compromete significativamente as áreas marginais por ocasião do rompimento dos barrancos. Tal rompimento, por sua vez, faz com que esses cedam gradativamente, levando os sedimentos até o leito das nascentes e, conseqüentemente, assoreando-os. A moradora Maria Rocha, que morou em várias propriedades às margens do Mariazinha, acrescenta que o desmatamento das margens do rio para a formação de pastagem provocou o assoreamento do rio.



**FIGURA 30** - Rastro de pisoteio de gado, às margens do rio Mariazinha.

Fonte: Acervo pessoal do autor, fevereiro de 2013.

Em suma, o rio Mariazinha e demais afluentes apresentam um estágio avançado de assoreamento que compromete a perenidade dos córregos de menor ordem e das nascentes do próprio rio, principalmente pela ausência de vegetação nativa que possa atenuar essa problemática. Em algumas seções visitadas, foi possível identificarmos, portanto, a formação de ilhas, grandes bancos de areia em meio à calha dos rios e até níveis que não alcançavam 50 centímetros de profundidade, embora se estendessem por grandes trechos do rio e das nascentes.

### **3.9.5 Emissão de efluentes e resíduos sólidos**

A sub-bacia do rio Mariazinha ocupa espaço urbano e rural. Porém, é nas áreas urbanas que ocorre maior lançamento de efluentes e resíduos, uma vez que esses resíduos sólidos e efluentes têm sua produção em meio urbano e são lançados indiscriminadamente na drenagem dos pequenos córregos que deságuam, por seu turno, em nascentes maiores descarregando tudo no rio Mariazinha, ao final de seu trajeto.

O mesmo acontece com os resíduos de origem rural produzidos pela pecuária, pois correspondem às fezes bovinas do rebanho local que, em virtude das altas temperaturas da região, visita com frequência as margens dos rios para beber, depositando nelas suas fezes que serão carregadas junto a outros resíduos através da ação de pisoteio dos gados nas margens ou das chuvas até a drenagem, produzindo um aporte substancial de matéria orgânica que degrada a qualidade da água.

No espaço urbano, a ausência de sistemas municipais de coleta e tratamento de efluentes domésticos, bem como a ausência de fossas sépticas, faz com que os efluentes e

resíduos gerados pela população sejam lançados de forma indiscriminada no leito dos córregos e pequenos riachos que drenam essas áreas.

Os efluentes domésticos, por exemplo, normalmente possuem alta concentração de matéria orgânica, levando a uma forte redução do oxigênio dissolvido na água, o que compromete os ecossistemas aquáticos; enquanto que os resíduos sólidos lançados nos rios e córregos, além de atrair vetores de doenças, assoreiam seus leitos potencializando eventos de enchente por ocasião de chuvas mais intensas, bastante comuns na região.



**FIGURA 31** - Córrego do Centro com água poluída por efluentes urbanos.

Fonte: Acervo pessoal do autor, março de 2013.

### **3.9.6 Construção de obras hidráulicas**

As visitas *in loco* registradas no diário de campo demonstram que em Xinguara existe grande quantidade de represas e tanques construídos em nascentes do rio Mariazinha. Segundo os moradores, as obras de construção não seguiram nenhum planejamento ou orientação técnica, tendo sido a maioria dessas construções realizada diretamente no leito das nascentes como no caso de uma nascente, onde foram construídas 15 represas e tanques para criatório de peixes.

Além dos tanques para criatórios que crescem desordenadamente, nos últimos dois anos, a rede hidrológica do Mariazinha tem sido afetada por construções de enormes reservatórios de abastecimento de água das indústrias frigorífica, de curtume e de laticínio. Atualmente, está sendo construído um grande reservatório localizado nas cabeceiras da nascente Prainha, a ser utilizado para o abastecimento de água na cidade. A imagem de

satélite mostra os lagos artificiais que foram abertos no período da garimpagem e que, hoje, servem como criatórios de peixes e utilização da água para irrigação de lavouras.



**FIGURA 32** - Tanques represados em nascentes para a criação de peixes.  
Fonte: Google, 2013.

Em síntese, observa-se que, de uma maneira geral, as obras hidráulicas realizadas são desprovidas de critérios técnicos porque foram construídas pelos próprios moradores. Na maioria das vezes, o morador contrata uma máquina particular, escolhe o local que mais lhe apetece e realiza a construção da represa sem preocupar-se com o comprometimento da disponibilidade de água. O que se constatou é que existe o risco de acidentes com danos materiais como as ocorrências que envolveram o rompimento de algumas barragens em Xinguara. Assim, nas nascentes do rio Mariazinha já foram identificadas inúmeras obras hidráulicas utilizadas para diversas finalidades como a criação de peixes, a irrigação e para o lazer.

### **3.9.7 A degradação ambiental no espaço urbano**

A poluição urbana de Xinguara é causada principalmente pelo lançamento de esgotos nos pequenos corpos d'água que cortam a cidade (córregos Marajoara I, Centro, Marajoara II, Buritis, entre outros). Todos eles encontram-se afetados pelo processo de devastação da mata ciliar e pela poluição de esgotos de pequenas indústrias e oficinas mecânicas.

O Bairro Marajoara II, surgido no início de 2002, é o mais afetado, porque todos os outros córregos da cidade descarregam nele. Segundo o morador Valdir Juruna, o local conhecido hoje como “córrego Sebozinho” era muito frequentado pelos moradores, sendo o córrego mais rico em espécies de peixes quando, até meados da década de 1980, ainda havia alguns pontos de encontro entre moradores para fazer acampamento, como menciona o morador ao referir-se a esse local de lazer.

*[...] essa grota que passa aqui dentro da cidade, que hoje ironicamente o povo batizou de Sebozinho né, por causa dos dejetos que recebe aqui, degradação em geral né, então, bem onde é localizado o encontro dele ali, a gente ia pra lá. Não foram poucas as vezes que a gente ia pra lá aos domingos, a água era limpinha, tinha uma areia, tinha muita árvore dessas gameleiras que é comum nas margens desses córregos aqui, tinha muita gameleira naquela época... A gente passava o dia lá, dia de domingo era bom demais aqui, hoje, por exemplo, na região onde é o loteamento do senhor Estácio, nos fundos daquela Cerâmica Xinguara, ali nós fizemos muito piquenique dia de domingo, dá pra acreditar nisso? [...] Isso no início dos anos de 1980 ainda dava pra fazer isso. (Valdir Juruna, morador. Depoimento realizado em 06/03/2013)*

De uma maneira geral, até a década de 1990, a maioria dos córregos que corta a cidade de Xinguara apresentava boas condições de água e de cobertura vegetal. As narrativas dos moradores que conheceram esses córregos descrevem esses locais como pontos de lazer, de caça e pesca onde a vegetação, bastante fechada, possibilitava encontros frequentes com muitos animais silvestres desde ariranhas, lontras, araras de várias espécies, jabutis, pacas, caititis, macacos, capivaras até tatus e outras espécies:

*[...] Nas águas do rio tinha a ariranha e a lontra também. Nem nas proximidades do Araguaia a gente vê mais ariranha, aqui acolá. A gente vê aqui no Projeto Casulo, de vez em quando vem uma pra comer peixe na represa do criatório, meu vizinho descobriu que a ariranha estava comendo tudo. É engraçada, ela só come o corpo do peixe, a cabeça não. O peixe elétrico (poraquê) a gente pegava até com dois metros. Tinha muita arara. Da azul e da vermelha, essa região tinha muita por causa da castanha. Ela comia a castanha e era comum a gente pegar o ouriço quando a castanha ainda estava verde, a arara pegava o ouriço para comer, onde tinha um pé de castanha por perto estava o ninhal delas. (Antônio Neto, morador. Depoimento realizado em 19/04/2013)*

No sentido oeste, a cidade é cercada por dezenas de morros de cumes arredondados, onde nascem dezenas de pequenas minas que desaguam no ribeirão Caracol. No período de verão, muitos moradores aproveitavam essas águas para o consumo doméstico: “As águas eram bastante transparentes, límpidas, cristalinas, dava prazer de ver tanta beleza [...], descreve a moradora Maria Rocha, conhecedora dessas minas quando eram ainda preservadas

e que relata serem os problemas de enchentes advindos do contínuo aumento do bairro com suas casas construídas às margens dos córregos.

As enchentes que afetam boa parte dos moradores de Xinguara durante o período de inverno rigoroso têm sido um grande problema para os moradores e para o Poder Público, uma vez que a cidade não possui rede de esgotos. Na maioria das vezes, os próprios moradores jogam o lixo diretamente no leito do córrego, poluindo as águas e causando as enchentes.

Já mencionamos anteriormente que a ocupação humana de áreas próximas a nascentes facilitou a penetração pela região. No entanto, numa ligeira observação nos mapas de loteamentos de Reforma Agrária, idealizados pelo GETAT durante o período da Ditadura Militar, é possível perceber que boa parte dos lotes foi projetada obedecendo ao sentido contrário das margens do rio, ou seja, as residências dos moradores foram instaladas “de fundo para o rio”, distantes de suas águas.

A decisão de projetar os lotes de terras e as residências de “costas para as nascentes” foi uma estratégia dos militares para facilitar o controle sobre os moradores. Se avaliarmos criticamente essa visão do GETAT, em termos sociais e econômicos os lotes deveriam ser planejados “de frente para a nascente”, o que facilitaria o aproveitamento da água para irrigação, consumo e apreciação da paisagem pela população, criando uma melhor relação ambiental com o rio.

Whitaker (2005) observa, em um estudo sobre assentamentos rurais em Araraquara/SP, que a preferência dos moradores é, ao contrário do proposto pela GETAT em Xinguara, instalar suas residências próximas ao rio. Na verdade, essa opção é uma estratégia de sobrevivência na medida em que a proximidade com a água facilita a produção e o consumo da população, sendo a água um bem extremamente necessário para a garantia da sobrevivência dos moradores.

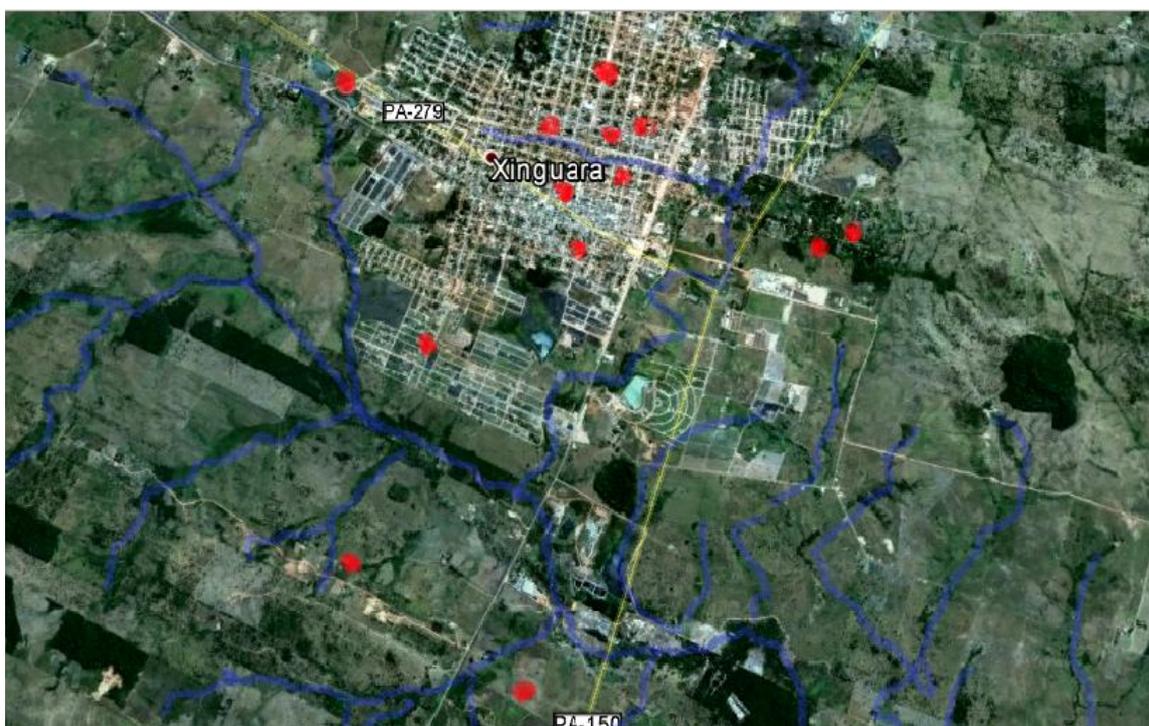
O que aconteceu com os moradores dos assentamentos da região do Mariazinha é exatamente o contrário do panorama descrito na região de Araraquara, pois ao se distanciarem do rio, os moradores deixaram de criar uma identidade, uma relação ambiental que poderia contribuir para uma maior preservação desse bem natural essencial à população local.

#### 4 MEMÓRIA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: COMO O DESENVOLVIMENTO LOCAL “NA PATA DO BOI” DESTRUIU UM BIOMA

Vai pela estrada enluarada  
Tanta gente a ritirar,  
Levando só necessidade,  
Saudades do seu lugar.  
Esse povo muito longe,  
Sem trabalho, vem prá cá.  
Vai pela estrada enluarada  
Com tanta gente a ritirar,  
Rumano para a cidade,  
Sem vontade de chegar [...]

(Retirada, canção de Elomar Figueira Melo)

No capítulo anterior, dissertamos sobre a conjuntura na qual se desenvolveram as relações históricas e socioeconômicas no Sul do Pará e, mais especificamente, no município de Xinguara, ambas as regiões inseridas no contexto maior da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia. A partir deste capítulo, remeteremos nossa discussão à análise da percepção e memória ambientais dos moradores de Xinguara/PA, em relação à poluição e à degradação da região em uma perspectiva do desenvolvimento regional e da ideologia que permeia esses atores sociais. Como já mencionado, as análises apresentadas a seguir foram realizadas através da utilização de fontes orais obtidas por meio de entrevistas com os moradores locais conforme distribuição geográfica de localizações demonstradas na figura abaixo:





**FIGURA 33** - Mapa de localização aproximada dos entrevistados na área rural e urbana de Xinguara.

Destaque para a sub-bacia do rio Mariazinha. Os pontos em vermelho indicam a localização dos moradores entrevistados. Fonte: Google, 2013. Adaptado pelo autor

#### 4.1 As trajetórias e a ocupação da terra

Os depoimentos dos entrevistados participantes, atentamente ouvidos e analisados neste estudo, constituem-se de moradores dos espaços urbano e rural que chegaram à região em meados das décadas de 1970 e 1980, advindos das diversas regiões do Brasil e incentivados a migrarem tanto pelos religiosos do Nordeste, já mencionados anteriormente, como pelas publicidades dos governos que, à época, ofereciam uma série de oportunidades que iam desde a terra para trabalhar e até mesmo a possibilidade de arranjar um emprego e crescimento econômico por meio de uma pequena empresa ou de cargos bem remunerados no serviço público. Nesse contexto, portanto, a sugestão de uma vida nova e cheia de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida soava como certa àqueles que possuíam pouco ou nada em seus lugares de origem.

Podemos caracterizar os moradores da sub-bacia como pioneiros, pequenos proprietários e latifundiários. Os primeiros chegaram com pouco ou nenhum capital em busca de novas terras e, por não se cumprir a propaganda dos militares quanto à “terra próspera”, não encontraram outra alternativa para a sua sobrevivência senão através da ocupação sobre a

terra sujeitando-se, como já mencionado anteriormente, ao grau de violência extrema dos conflitos pela conquista dessas terras sobre o qual dão conta os relatos dos antigos moradores encontrados nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O segundo grupo de moradores diz respeito àqueles que adquiriram o direito à terra através da compra de pequenos lotes em áreas de assentados ou de propriedades privadas. E, finalmente, o terceiro grupo diz respeito aos fazendeiros que adquiriram grandes extensões de terras através de concessões e doações do Governo ou mesmo através da compra particular de lotes em áreas de assentamento incorrendo na reconcentração destas terras.

Ressalta-se que uma parcela dos entrevistados ligados às atividades no campo já possuía ligações anteriores com a terra em seus lugares de origem, pois uma boa parte deles outrora possuiu uma pequena propriedade, enxergando na *Frente Pioneira* a oportunidade para expandir seus negócios, comprar um lote maior e/ou adquirir novas áreas através do processo de ocupação/doação de terras empreitado por programas de reforma agrária do Governo Federal.

Nas narrativas dos moradores, tornou-se comum registrar relatos de quem ouviu “alguém” dizer que havia muita terra na Amazônia e que o Governo as estava distribuindo a quem as quisesse. O caso do morador Antônio Neto é exemplar, pois ele narra que seu pai assistia à televisão e ouviu a publicidade de que o Governo distribuía terras na Amazônia, motivo pelo qual seu pai vendeu a pequena propriedade que possuía no interior do Ceará, fretou um caminhão e viajou com a família para a cidade de Araguaína, onde o dinheiro acabou. Para chegar a Xinguara, seu pai contou com a “ajuda” de um fazendeiro que trouxe a família para trabalhar em suas terras sem lhes garantir qualquer direito. Passados seis meses trabalhando para pagar as contas, mudaram-se para Xinguara, onde trabalhou arrendando terras, em atividades de garimpos e serrarias até conquistar o seu “prometido” pedaço de terra.

As informações fornecidas pelos moradores dão conta de que a maior parte das áreas territoriais, onde atualmente está concentrada a população do Mariazinha, pertenciam a empresas madeireiras e latifundiárias do centro-sul como a Madeireira Marajoara e o grupo agropecuário conhecido como COMIND e pertencente ao banqueiro paulista Flávio Pinto de Almeida, além de Manoel de Sá Júnior, de Brasília que, na década de 1970, fez a exploração seletiva de madeiras como o mogno (*Swietenia macrophylla*), o cedro (*Cedrela odorata*) e o ipê (*Tabebuia*).

As ocupações por posseiros têm início em 1978, prolongando-se por cerca de dez anos, período em que as áreas foram conquistadas, desapropriadas e distribuídas para a reforma agrária. Esse processo foi gradual e, inicialmente, abarcou as regiões de Tupã,

Marajoara e Vermelho e Preto perfazendo um total de 49.546 hectares. Outras ocupações ocorreram mais recentemente ampliando as extensões de terras conquistadas até as margens do rio Araguaia, distante 120 km de Xinguara.

Em relatos emocionantes de suas próprias trajetórias, os moradores narram com orgulho que vieram para Xinguara numa leva de migrantes oriunda de vários estados em busca de melhores condições de vida. Algumas famílias dessa “leva”, as que se estabeleceram na região do Mariazinha, conseguiram comprar pequenos lotes de 50 hectares, extensão maior do que a que detinham em seu local de origem. A maioria desses moradores, no entanto, não possuía terra e depositava na ocupação a esperança de conquistar seu próprio lote.

Em linhas gerais, a maioria dos moradores, sobretudo os pioneiros, é proveniente do meio rural em seus estados de origem onde, desde o século XVIII, partiram do vale do São Francisco e penetraram pelo interior ocupando inicialmente regiões do Maranhão. As gerações desses migrantes pastoris é que adentraram, então, pelo Norte de Goiás até alcançarem, no final do século XIX, os campos naturais de cerrados de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará. Existe uma vasta bibliografia, como as obras de frei José Aldrin, publicadas em 1946 e 1963, e a publicação de Hermano Ribeiro da Silva, datada de 1934, ambas relatando com profundidade a trajetória e a vida cotidiana de nordestinos pastoris, extrativistas e pequenos agricultores pela região.

Os moradores de migração recente chegaram a partir da implantação dos projetos de desenvolvimento, após 1960, e passaram inicialmente pelo estado de Goiás, onde trabalharam em pequenas propriedades, em roças de “meia” ou como agregados. Os que possuíam pequenas terras venderam seus lotes e trouxeram pequeno capital na perspectiva de aumentar sua propriedade na Amazônia e, até lá, passaram por diversos lotes de onde eram constantemente expulsos por fazendeiros quando não os abandonavam por motivos de doenças, como a malária e a febre amarela.

Ressalta-se que a região do rio Mariazinha possui vários Projetos de Assentamentos oficiais e de ocupação espontânea, abarcando grandes latifúndios que se transformaram em milhares de propriedades pequenas e médias. Outras “levas” de moradores vieram para a região na perspectiva de adquirir uma terra para “ganhar a vida” e trabalharam inicialmente como peões em fazendas até conquistarem seu lote numa área de reforma agrária do governo.

A maior parte dos moradores das margens do Mariazinha configura-se como pequenos e médios proprietários. É o caso do senhor José Constantino, conhecido como José da Penha, que antes de mudar-se para a região trabalhou em outras regiões plantando roça com seus pais

em diversos lugares para depois trabalhar em garimpos e chácaras até conseguir um lote de terra para trabalhar por conta.

A partir de 1980, atenuadas as disputas sangrentas pela terra, os posseiros começaram a derrubar as matas e a efetuar as primeiras plantações. Esse período, que vai de 1980 a 1988, é um período de grande produção de feijão, milho e arroz e, à medida que as aberturas nas matas iam-se estendendo, começaram a aparecer as primeiras pastagens e a chegar à região as primeiras centenas de gado.

O morador Antônio Vieira Gomes, conhecido como Gauchinho, narra que, naquele período, as condições de acesso à cidade eram muito difíceis. Até 1989, a área do Mariazinha tinha dificuldade de integração com a cidade por conta de algumas fazendas possuírem proprietários que impediam o acesso por um caminho mais curto, impasse resolvido apenas quando uma comissão de posseiros conseguiu negociar com um fazendeiro vizinho a abertura de uma estrada ligando a região à cidade de Xinguara.

Nesse mesmo período, começam, então, a surgir instalações de casas comerciais, máquinas para o beneficiamento de arroz, a criação da associação de produtores e a constituição de uma comunidade religiosa, onde os moradores passaram a se reunir e discutir os problemas locais.

O morador Gauchinho relembra que foram os financiamentos que fizeram com que a maioria adquirisse as primeiras cabeças de gado, o que indica que, com a conquista de crédito junto às agências de fomentos como o Banco da Amazônia e Banco do Brasil, foi dado um grande impulso às atividades agropecuárias, sobretudo a partir da aquisição de rebanhos bovinos para a produção de leite. As lavouras de feijão, milho e mandioca começaram, então, a ser reduzidas para dar espaço às áreas de pastagem.

A partir de 1993, as casas comerciais e as máquinas de arroz foram desativadas devido à abertura de estradas e à implantação de uma linha de caminhão que facilitou o deslocamento até a cidade. Segundo esse morador, nesse período, já se registrava pequena quantidade de gado em alguns estabelecimentos, e as famílias se reuniam constantemente para celebrações, comemorações, festejos e para trabalhos comunitários, como a cobertura de casas (barracos), a broca de mata (roçado), a capina e a colheita. Estas práticas começaram a ficar escassas, a partir do avanço da pastagem na localidade sem deixarem, contudo, de se mostrarem relevantes durante o período de instalação das famílias no lote, assumindo-se agora enquanto práticas secundárias.

O que se observa é que, na medida em que a pastagem avançou nas propriedades, as formas humanas de sociabilidade comunitárias foram aos poucos diminuindo. Isso porque se

percebe que o sistema de pecuária é praticamente um sistema econômico de características individuais que contribuiu para a redução das formas de organizações coletivas, os mutirões. O que percebemos é que, até 1995, havia ainda cinco casas de farinha que foram aos poucos sendo desativadas. Observamos apenas duas em funcionamento na região do Mariazinha.

Em linhas gerais, nos 35 anos de ocupação da sub-bacia do Mariazinha permaneceram duas dinâmicas econômicas: a pequena agricultura e a pecuária.

A agricultura local dessa região, predominante na primeira década, revelou-se como grande produtora de arroz, milho, feijão, mandioca. Embora essa atividade agrícola, na maioria das vezes, tenha sido praticada apenas como um estágio provisório para a pastagem, em função de alguns fatores como o empobrecimento do solo, a partir do segundo ano já começa a apresentar sinais de esgotamento. O outro fator é interpretado pelos moradores como o principal obstáculo, a infraestrutura de estradas e transportes.

A produção agrícola nas áreas de ocupação sempre sofreram problemas de escoamento, devido às péssimas condições de infraestrutura e armazenagem. Como o período de chuvas sempre foi muito rigoroso, a maioria das estradas rurais ficava praticamente intrafegável durante vários meses do ano. As pontes, de madeiras improvisadas e muitas vezes carregadas pelas chuvas, os atoleiros e enchentes faziam com que os moradores ficassem ilhados por meses. Com isso, a produção que era colhida e estocada em instalações improvisadas, ficava esperando a entrada do verão para ser transportada. Isso demonstra o grau de dificuldade para se produzir alimentos naquele período, daí porque, na maioria das vezes, muitos agricultores derrubavam a floresta e semeava apenas o capim para a pastagem.

As dificuldades na produção agrícola favoreceram a expansão da pecuária, uma vez que, ao longo dos anos, ela foi ocupando os espaços nas pequenas propriedades, devido aos incentivos e financiamentos das agências de fomento.

Também contribuiu com essa situação a falta de apoio e infraestrutura do poder local, comprometido com os grandes proprietários que tratavam de proferir abertamente discursos de desestímulo à produção e reforçado pelas elites proprietárias, na maioria das vezes contrárias ao avanço da reforma agrária e que, em muitas ocasiões financiaram ações contra posseiros no período de disputa pela terra.

Os pecuaristas locais, ao perceberem o grande potencial de terras valiosas conquistadas por pequenos agricultores, passaram a introduzir nos assentamentos uma política de convencimento de que as terras conquistadas eram de “aptidão” para a pecuária. Nesse período, era comum ouvir entre os dirigentes políticos o discurso de que *“o gado entrava e saía tocado de qualquer lugar, o saco de arroz precisava da estrada”*.

Desse modo, no decorrer das décadas, desenvolveu-se todo um discurso de desenvolvimento, cujo objetivo visava atender a uma estratégia econômica dos criadores, objetivando formar uma rede de fornecedores de reposição de rebanhos para recria e engorda. Nesse cenário, os pequenos desenvolveriam um papel fundamental: tornar-se fornecedores de bezerros para os grandes proprietários.

No entanto, embora a pecuária tenha-se tornado uma atividade importante na sobrevivência econômica nos lotes de reforma agrária, ela não tem sido suficiente para a sustentabilidade econômica dos pequenos agricultores quais sejam as razões identificadas pelos moradores: a renda exclusiva do gado não é suficiente para sustentação econômica e reprodução social da família na propriedade; mesmo sem a mata, os moradores continuam dedicando-se às atividades agrícolas de plantio de pequenas áreas de arroz, milho e mandioca; a falta da mata para fazer a roça não tem sido obstáculo para a prática da agricultura.

Por fim, apenas para ilustrar essa situação, vejamos o exemplo do senhor Amantino Martins, morador da confluência do Mariazinha com o Marião. Ele narra que como não existe mais a mata para derrubar e fazer o roçado, muitos vizinhos estão mecanizando seu pedaço de terra para plantar sua roça. Ele menciona, ainda, que desde a sua chegada à Comunidade, há mais de doze anos, nunca deixou de plantar seu pedaço de terra para “colher o da despesa”.

Dos moradores entrevistados na região da vila Betel, foram encontrados em torno de 50 produtores de mandioca, já que a comunidade dispõe de uma grande estrutura para fabricação de farinha e polvilho. De acordo com o seu presidente, senhor Dorival Pereira, a cooperativa de produtores de mandioca tem uma grande capacidade de produção; ele argumenta, no entanto, que ainda são poucas as famílias que se dedicam ao plantio dessa raiz.



**FIGURA 34** - Fábrica de farinha e polvilho de mandioca, na região da Vila Betel.

Fonte: Acervo pessoal do autor, abril de 2013.

Verificou-se que, à medida que as áreas de pastagem foram desenvolvendo-se, a maioria dos agricultores reduziu suas áreas de cultivo no sistema tradicional de “roças sobre queimadas”. Porém, a agricultura mecanizada vem ganhando espaço em áreas de pastagens. Atualmente, uma parcela significativa de agricultores que se dedicam à lavoura de milho, utiliza o sistema de confinamento de gado leiteiro. Esse sistema, conhecido como “pasto concheira”, onde o gado alimenta-se de pastagem, durante certo período, e em outro se alimenta de ração na concheira já é bastante frequente em muitas propriedades locais.

Observa-se que, assim como os antigos moradores pastoris da região de Conceição do Araguaia, a maioria dos moradores do Mariazinha optou por criar gado em função das tradições de décadas trazidas dos seus descendentes em suas longas trajetórias pelo interior do Brasil até se estabelecer na região, ou pelas condições geográficas da região, ou por influência de órgãos e autoridades locais.

Ressalta-se, porém, que existe uma diferença entre os pastoris de Conceição do Araguaia que criavam o gado solto, em pastos naturais de cerrado, e os criadores resultantes dos processos de ocupação recente na região. Os criadores do Mariazinha precisaram conquistar a terra, “jogar a floresta abaixo”, queimar, semear capim, cercar de arame para em seguida se beneficiar do financiamento do gado, causando impactos ambientais bem mais expressivos do que nos campos naturais de cerrado.

O Quadro 1 sintetiza bem a evolução das principais transformações socioambientais ocorridas na região do Mariazinha, bem como os fatores ecológicos e elementos do meio e da paisagem desenvolvidos desde o início da ocupação até aos dias atuais.

**QUADRO 1** - Síntese das transformações socioambientais desenvolvidas na região do rio Mariazinha, ao longo das décadas.

	<b>ATIVIDADES PRODUTIVAS</b>	<b>ELEMENTOS DO MEIO</b>	<b>PAISAGEM</b>
<b>1979 – 1988</b>	Arroz, milho, feijão e mandioca.	Ocupação e disputa pela terra; Organização dos moradores.	Venda da madeira, derrubada da mata, queimadas e roças.
<b>1989 – 1992</b>	Arroz, milho, feijão, mandioca, banana, aves, porcos e aquisição de gado.	Fundação da associação; Comunidades religiosas.	Ampliação das derrubadas, queimadas e pastagens.
<b>1993 – 1996</b>	Redução da venda de feijão, arroz e milho; Venda de leite, queijo e bezeros.	Conquista do crédito; Abertura de estradas; Regularização dos lotes.	
<b>1997 – 1999</b>	Redução da venda de milho e arroz; Ampliação da venda de leite, queijo e bezeros; Venda de frutas e verduras.	Comercialização do leite; Reivindicações por melhores estradas e pontes.	Ampliação das pastagens e abertura de represas nos córregos.
<b>2000 – 2013</b>	Venda de bezeros, leite, queijo, verduras, mandioca, abacaxi e farinha.	Resfriadores de leite; Lutas contra as empresas poluidoras.	Pastagens, represas, mecanização, poluição do rio e degradação de pastagem.

Fonte: Dados de campo, abril de 2013.

#### 4.2 As transformações nas relações de trabalho e o modelo atual

Partimos do princípio de que, para entendermos o contexto regional do Sul do Pará, faz-se necessário compreender o processo histórico regional a partir, sobretudo, da instituição dos moldes capitalistas de produção representados na figura do Estado. Os vários estudos de Martins (1995) e Ianni (1978) sobre a região são esclarecedores, objetivando afirmar que as relações de trabalho encontradas, e anteriores a 1950, não se inseriam nos moldes do capitalismo moderno como o que é passível de observação na exploração da mão de obra assalariada, nos tempos atuais.

Aqui cabe registrar as contribuições de Marx e Engels (1989), ao afirmarem que a figura do Estado não é a entidade representativa dos interesses gerais e comuns da sociedade, mas sim a representante dos interesses de determinada classe social, isto é, dos interesses da classe dominante.

Nesse sentido, o planejamento das grandes rodovias para promover a ocupação da Amazônia se enquadra dentro de um primeiro processo que prescreve que empresas agropecuárias, madeireiras e minerais (*capital*) recebam a oferta de riquezas naturais da região para transformá-las em *mercadoria*, transformando-se a si em latifúndios e pastos que acumulam cabeças e cabeças de boi em um segundo processo que favorece o acúmulo de *capital*.

Considere-se, ainda, que, no caso específico dos agricultores pastoris da região do Araguaia paraense, a nova conjuntura presenciada a partir de 1950, quando se instalaram as grandes empresas, provocou alterações nas relações sociais e econômicas entre as antigas formas de organização tradicional e os novos moldes da economia agora capitalista.

Os criadores pastoris dos campos naturais e da pequena agricultura de subsistência mantinham boas relações de trabalho entre si, uma vez que nutriam certo equilíbrio entre o sistema de criação e a agricultura regulados pelas relações de partilha, onde o proprietário pagava ao vaqueiro com a parte da produção dos animais que nasciam sob sua guarda, pagamento por “sorte”, como dizem os moradores locais.

A partir da implantação das empresas agropecuárias, ou seja, do sistema capitalista moderno, tais relações sofreram ruptura, dando lugar a relações de trabalho que preconizam o uso de mão de obra assalariada nas diversas empresas espalhadas pela região.

O avanço do capital sobre as terras do Araguaia paraense e a apropriação dos recursos naturais são entendidos, então, de diferenças básicas entre os ciclos extrativista mineral (garimpagem), madeireiro e pecuário. O ciclo baseado no extrativismo mineral caracterizava-se, no caso dos garimpos da região, pelo deslocamento do garimpeiro a pé, contornando serras, atravessando alagados e pântanos para, depois de um determinado período, retornar à cidade com alguma quantidade de ouro, entre meio e um quilo, facilmente transportável nas mãos e vendida rapidamente no meio urbano após o que os garimpeiros iam-se embora. Nesse processo, a garimpagem era responsável por uma migração permanente entre um garimpo e outro, movida pelo sonho de riqueza imediata, o que não contribuiu para a fixação desses migrantes. Em determinados locais do Sul do Pará como, por exemplo, as vilas Diadema e Canadá, no município de Água Azul do Norte, existiam locais que se configuravam como verdadeiras cidadezinhas com suas casas de madeira hoje inexistentes e substituídas por pastagens.

As atividades relacionadas ao ciclo madeireiro entram, por sua vez, no campo da própria indústria extrativista dentro dos moldes capitalistas de trabalho. Recorrendo a incentivos fiscais e mão de obra assalariada, enquanto o garimpeiro fazia todo o caminho a pé, o madeireiro promovia a abertura de estradas para extrair a madeira movimentando a economia de exportação através de uma rede de relações estabelecida desde a aquisição de máquinas pesadas e operadores, a contratação de operários assalariados, a compra de combustíveis e o transporte até o porto localizado na capital do Estado.

No caso específico da região de Xinguara, o extrativismo vegetal da madeira contribuiu para a implantação da pecuária na região; consideramos que ela foi, por assim

dizer, uma atividade preparatória, pois a vinda das madeireiras com suas aberturas de estradas viabilizou os investimentos na capitalização dessa atividade através, sobretudo, da derrubada das matas a que sucedeu o cultivo das sementes de capim para a recepção do gado.

Desse modo, as madeireiras criaram a infraestrutura ainda rudimentar e precária para a implantação da pecuária na região. Passado esse ciclo da madeira, como observamos no caso de cidades como Xinguara, com suas indústrias madeireiras como Carson e Seletas, da cidade de Rio Maria Maginco, Perach, Canópoles e Laranjeiras em Água Azul do Norte, quando a madeira ficou escassa, tais empresas fecharam suas portas, demitindo seus trabalhadores para empreenderem negócios pecuaristas que deram início, então, ao terceiro ciclo econômico da região pautado nas grandes extensões de terra para a criação de gado no exercício da pecuária.

### 4.3 As transformações no bioma local

“Aqui era tudo mata”, esta é a expressão que melhor representa a sub-bacia do rio Mariazinha quando da chegada dos primeiros moradores. Árvores grandes e mata fechada, a exuberância da floresta amazônica, a beleza dos rios, córregos e igarapés e a riqueza da fauna com dezenas de espécies de animais e pássaros.

Percebe-se, nas narrativas dos moradores, que há, nesse período, traços muito fortes na relação com a floresta. O senhor João Ramalho, nascido às margens do rio Araguaia e hoje com 68 anos, conta que conviveu com os últimos remanescentes da etnia indígena Carajás e carrega a recordação de um período de riqueza da fauna e da flora, a biodiversidade da região Sul do Pará:

*[...] o que mais me impressionou é que, primeiro o tamanho e exuberância do rio, a beleza do rio Araguaia que era uma coisa! Até hoje ainda é muito bonito, mas antes era muito mais... Você imagina as margens do Araguaia toda ela com a cobertura vegetal de plantas frutíferas nativas que alimentava toda aquela imensa quantidade de aves e de peixes, as frutas amadureciam na margem... Dentro das minhas memórias, assim, é o seguinte, — não tinha televisão, não tinha rádio —, então o resultado, a gente tinha as histórias que passava de pai pra filho, memória oral apenas, e aí as histórias dos caçadores que contavam matando a onça, aquela coisa toda: O barulho dos ventos. A gente ficava um pouco com medo contando as histórias dos caçadores famosos, os famosos mariscadores que saíam de Conceição do Araguaia e vinham até aqui, iam até São Félix do Xingu porque essa região era completamente deserta (João Ramalho, morador. Depoimento realizado em 21/04/2013)*

À medida que as propriedades iam sendo devastadas, começavam as primeiras mudanças na paisagem. De uma maneira geral, os pequenos agricultores que ocuparam as terras seguiram a seguinte dinâmica: derruba-se a mata, atea-se fogo e planta-se capim. As

pequenas roças aparecem apenas no primeiro ano e, em seguida, forma-se a pastagem com uma dinâmica encontrada praticamente em toda a região.

As características dessa pequena agricultura praticada na sub-bacia do Mariazinha são, portanto, semelhantes às que se desenvolveram inicialmente na região de Conceição do Araguaia, no período pastoril em que se consorciava a criação com as pequenas roças, ou seja, praticava-se uma agricultura incipiente, de subsistência, conhecida como “lavoura sobre queimada” ou “roças de toco”, de acordo com a denominação dos moradores locais. Os relatos orais indicam que essas formas tradicionais de produção agrícolas adquiridas dos povos indígenas se perpetuam até os dias atuais.

Percebeu-se, também, que uma parcela significativa de posseiros que ocuparam as terras de Xinguara detinha um aprendizado, adquirido em seus lugares de origem, que se acumulou na convivência com os povos indígenas Carajás e Kayapós com os quais conviveram durante anos na região do baixo Araguaia. Frei José Audrin (1946; 1963) descreve com profundidade a convivência entre os “sertanejos” e os povos indígenas na região de campos naturais do Araguaia e, de acordo com esse autor, a agricultura daquele período consistia num processo de separar um pequeno pedaço de mata (às vezes um hectare), derrubar a vegetação original e atear fogo. Dias depois, limpava-se a área com a retirada dos garranchos, preparando-a para o plantio e, após a colheita, abandonava-se o local por alguns anos até a mata se regenerar. Em outro local, começava-se, então, o mesmo procedimento, uma espécie de ciclo de rotação do uso da terra (AUDRIN, 1963, p. 44).

Os relatos orais dos moradores de Xinguara nos revelam que as plantações tinham as características de uma associação de pequenas lavouras de arroz, milho, feijão, batata doce e verduras. Desse modo, praticavam também a pequena criação de porcos e frangos garantindo, assim, a sustentabilidade das famílias dos pequenos produtores. Senhor José da Penha, morador local, argumenta que naquele período raramente se vendia o excedente da produção que era guardada em paióis construídos de madeira, local onde se fazia também a seleção das sementes para o plantio no ano seguinte.

#### **4.4 Cruzamentos entre o passado e o presente**

[...] PAPAGAIOS, PERIQUITOS cuidavam das suas cores.  
Os peixes singrando os rios, Curumins cheios de amores.  
Sorria o JURUPARI, UIRAPURU, seu porvir.  
Era: FAUNA, FLORA, FRUTOS E FLORES [...]  
(Trecho de *Saga da Amazônia*, por Vital Farias e Geraldo Azevedo)

As narrativas dos moradores demonstram que a região da sub-bacia do rio Mariazinha era coberta por uma vegetação de floresta densa, típica da região amazônica, com a presença de árvores de grande porte, popularmente conhecidas como jatobá, mogno, anjelim, cedro e ipê. A região constituía-se como o habitat de dezenas de espécies de animais entre pássaros, mamíferos como a paca, a anta, o porco do mato, o tatu, a capivara, entre outros.

Segundo a descrição fornecida pelos moradores, o rio Mariazinha (hoje em estágio acelerado de degradação) possuía águas límpidas, através das quais era possível ver a areia no fundo ou mesmo “ouvir o estalo de dente dos peixes quebrando os cocos que caíam dentro d’água”, como descreveu um morador. Tal paisagem descrita pelos moradores mais antigos apresenta-se na memória das populações locais.

O estudo de memória social e ambiental através da história oral nos permitiu compreender como os moradores vêm reagindo a essas mudanças, provocadas “por um conjunto de atores sociais que, em um constante jogo dialético de ações/reações conscientes e inconscientes” (PAROLIN e BERINI, 2010, p. 139) degradam, preservam, destroem e recompõem a paisagem local. Apesar das limitações e dificuldades de se trabalhar com fontes orais, o estudo de memória nos permitiu a reconstrução da história desses moradores.

Através das narrativas, percebe-se o quão rico em detalhes é a fauna, a flora local. São as histórias contadas por moradores como o senhor Gauchinho, sujeito que se sentiu bastante valorizado, dada a importância de poder descrever a história de sua chegada, a situação atual do rio Mariazinha e o seu enfrentamento contra as empresas poluidoras.

No local da entrevista, Seu Gauchinho, como é conhecido, nos chamou para a cobertura de um velho barracão abandonado onde se sentia melhor para contar sua história. Ali, encontrava-se um antigo pilão abandonado, em que sua esposa garantiu a alimentação da família nos primeiros anos: “Pilamos o arroz para criar os filhos”, afirmou introspectivo.

Quando na estada do sítio, denominado Sítio do Gaiteiro, para a entrevista e o levantamento fotográfico das plantações, durante uma escaldante tarde do dia 19 de abril de 2013, o senhor Gauchinho resumiu em poucas palavras os primeiros anos de sua chegada à região, quando encontrou plantações de banana-maçã, atividade econômica que marcou os primeiros anos da paisagem do campo em Xinguara:

*Aquilo não sai do meu pensamento, aquele tanto de banana-maçã, certo, nós aquele tanto de rapaz que nós não conseguíamos carregar mais do que dois cachos de banana-maçã. O caminhão entrava trucado com a balança em cima pra pegar aquele tanto de banana, sabe? Depois foi acabando. Depois, com o passar do tempo, as bananas-maçã, hoje nem se você fizer alguma tecnologia não está adiantando, né?, para banana-maçã... Mas mesmo assim muita mata, eu me casei*

*naquela época. Antes era assim: nós agrupado lá, meus falecidos pais em frente ao Projeto Casulo naquela terra que nós acabamos de vender, a herança dos meus falecidos pais. Perdi pai, perdi mãe, mas daquela época a gente entrou pra cá só dava imagem bonita sobre a natureza, eu entrei mais essa mulher, quase que ela morre afogada travessando sem estrada nesse rio Mariazinha [...] (Gauchinho, morador. Depoimento realizado em 04/04/2013)*

São cerca de trinta e quatro anos desde que seu Gauchinho migrou do Mato Grosso com seus pais para o município de Xinguara, mantendo ainda fortemente na sua memória as dificuldades encontradas quando da chegada ao local, onde fica hoje sua propriedade. Ele narra até com certo saudosismo as dificuldades advindas da falta de infraestrutura de estradas, as enchentes e relembra as pescarias em abundância:

*A gente pegava nesse Mariazinha, nós pegávamos surubim, boca larga, jurupoca, piau da melhor quantidade, várias qualidades de peixe, certo? Pra você ter uma ideia, quando nós entramos ali nós tivemos que passar pela mata, depois abriu essa estrada aqui, que hoje aqui é uma estrada, é uma grota abandonado causado pelo sistema político, tudo bem, mas tá, nós aí arrumamos essa estrada por aqui, né? Mas quando passava, era tudo mata, rapaz, desde o frigorífico até aqui (Gauchinho, morador. Depoimento realizado em 04/04/2013)*

Quando o procuramos para a entrevista, seu Gauchinho fez questão de mostrar sua nova casa e levar-nos com muito orgulho para conhecer as conquistas de todos esses anos de trabalho no seu sítio repleto de plantações de café, cacau, cupuaçu, tangerina, cajá e várias outras espécies nativas muito bem cuidadas. À medida que seguíamos andando pelo sítio, ele mostrava como era a propriedade na época de sua chegada à região, quando ainda morava na casinha coberta de palha de “paxiba” (espécie de palmeira cuja palha é utilizada para a cobertura de casas), o antigo pilão – que ele considera o responsável por “criar todos os filhos” –, e ainda o local onde ficava o antigo curral, o chiqueiro de porcos e galinhas.

Segundo as fontes orais, a degradação do rio Mariazinha está dispersa em três trechos principais: o primeiro possui cerca de doze quilômetros e nele localiza-se grande parte das nascentes, sendo que a maioria delas encontra-se degradada em virtude da devastação; o segundo possui cerca de dezoito quilômetros, desde a rodovia BR 155 até o local conhecido como Ponte de Ferro, sendo esse o de maior degradação ambiental devido ao maior volume de efluentes industriais e urbanos, trecho em que foi possível verificar também a presença de crateras e voçorocas que vêm contribuindo para o soterramento da calha principal do rio e nascentes; e, por fim, o terceiro trecho que possui cerca de cinquenta e sete quilômetros e encontra-se em estado avançado de degradação. As melhores condições ambientais são encontradas apenas nas proximidades da confluência com o rio Marião, pois nesse local ainda é possível verificar pequenos trechos de floresta original preservada.



**FIGURA 35** – Trecho do rio Mariazinha, em área preservada  
Fonte: Acervo pessoal do autor, abril de 2013.

O trecho que vai da BR 155, nas proximidades de Xinguara até a Ponte de Ferro, na divisa dos assentamentos Barreiro Preto e Tupã é, sem dúvida, o considerado pelos moradores, o mais crítico e em piores condições ambientais, seja pelo lançamento de efluentes industriais seja pela degradação ambiental provocada pelo processo de ocupação do espaço para a pastagem. Por vários quilômetros percorridos, não se encontrou a calha principal do rio, devido ao soterramento pela areia e pelos entulhos que hoje dão lugar a uma baixada por onde o rio passa. No período de inverno rigoroso, ocorrem grandes alagamentos de longos trechos de pastagens.

#### **4.5 Poluição no Mariazinha: As marcas na paisagem local**

Segundo os relatos orais, o histórico de poluição por efluentes industriais do rio Mariazinha começou a chamar a atenção dos moradores em meados do ano 2000, ano em que teve início uma intensa mortandade de peixes. Na ocasião, um canal de TV mostrou imagens de centenas de peixes mortos e entrevistou vários moradores e autoridades locais. Foram efetuadas várias denúncias de crime ambiental no Ministério Público contra as agroindústrias que lançavam efluentes no rio, como narra o morador entrevistado que possui bastante conhecimento da região devido às suas atividades como pescador e caçador.

*[...] ainda no ano de 2000, para ser mais preciso, nós trabalhávamos numa empresa de comunicação, nós fizemos várias imagens na época e autoridades ofereceram denúncias contra essa situação. Já naquela época, no início do ano de 2000, a gente já percebeu lá. Foi registrado naquela época mortandade de peixes de todas as espécies. Na época teve denúncia, o ministério público ofereceu denúncia na ocasião de notícia do crime que se tratava de crime ambiental, mas não se obteve nenhum êxito. As empresas continuaram com seus desmandos né, e só piorou essa situação de lá pra cá. (Valdir Juruna, morador. Depoimento realizado em 06/03/2013)*

As denúncias dos moradores surtiram pouco ou nenhum efeito, uma vez que a situação foi amenizada somente por um curto período. Todos os anos continuava ocorrendo, porém, mortandade de peixes. Em 2005, a situação do rio foi ficando cada vez mais crítica e os moradores procuraram, dessa vez, a Secretaria de Desenvolvimento Rural do município que, em 17 de julho do referido ano, encaminhou à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará denúncia sobre as péssimas condições das águas do rio Mariazinha.

Também em julho de 2005, os moradores, por meio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais, protocolaram um abaixo-assinado contendo 237 assinaturas, encaminhado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente que, por sua vez, protocolaram a denúncia no IBAMA, em 17 de outubro, juntamente com dezenas de fotografias e filmagens do local. Um dossiê completo onde se expunha com detalhes a precária situação ambiental do rio.

A senhora Rosânia Pinto, que trabalhou na Secretaria Municipal de Meio Ambiente nesse período, descreve que recebeu várias denúncias de moradores acerca da poluição no rio Mariazinha.

*Presenciei diversas situações em que os moradores do entorno do Mariazinha manifestaram suas insatisfações quanto às atuais condições deste rio. Segundo tais residentes, a situação se agravou depois que a ocupação por empresas tornou-se mais intensa. Presenciei, também, a ocorrência de elevada mortandade de peixes no Mariazinha, além de lançamentos indevidos de rejeitos industriais em grandes volumes e frequência (Rosânia Pinto, moradora. Depoimento realizado em abril de 2013)*

Como podemos observar na imagem abaixo, ao lado esquerdo, o rio Mariazinha corre entre a indústria de curtume e, à direita, a indústria frigorífica.



**FIGURA 36** – À esquerda, passagem do rio Mariazinha cercado entre duas agroindústrias.  
Fonte: Google, 2013.

As denúncias dos moradores protocoladas no Ministério Público e também em vários órgãos ambientais do município e dos Governos Federal e Estadual, nos anos de 2009 e 2010, chamavam a atenção para os mesmos problemas: a mortandade de peixes e os lançamentos de efluentes no Mariazinha, crimes que continuaram ocorrendo, embora as poucas providências tomadas fossem suficientes para solucionar tal situação (ainda denunciada pelos moradores).

*Eu me lembro bem que no ano de 2000, numa dessas ocasiões, os técnicos da SEMA, naquele tempo não era ainda SEMA era outro órgão do Governo do Estado, teve aqui e falou que não podia fazer nada sem que antes fosse feita uma análise da água. Agora, a olho nu já dava pra perceber que a água não era mais água, ela já estava comprometida na sua totalidade, não tinha mais água, era um líquido esverdeado [...] Conforme depoimento de um próprio funcionário do IBAMA, na época afirmou perante as câmaras, perante as autoridades de Belém, do meio ambiente que aqui já não existe mais vida nesse rio, no ano de 2000. (Valdir Juruna morador. Depoimento realizado em 06/03/2013)*



**FIGURA 37** - Mortandade de peixes no rio Mariazinha.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA, julho de 2009.

Em 2011, a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM) enviou a Xingua uma equipe técnica para efetuar a fiscalização nas empresas de frigorífico, curtume e laticínios e, em maio de 2011, tal equipe emitiu um relatório aos órgãos de Meio Ambiente do município no qual se comprovou que a empresa de frigorífico “Mafripar” descumpria a legislação ambiental.

De acordo com o Parecer Técnico nº 009-2011, as análises apresentaram emissão de amônia na saída de uma de suas lagoas com concentração fora dos padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Ocorreram também penalizações à indústria de curtume que sofreu infração por não apresentar as licenças de instalações exigidas pelo Sistema de Monitoramento e Licença Ambiental (SIMLAM).

Ainda de acordo com o relatório da SECTAM, a indústria frigorífica já havia sido multada pelo próprio órgão por protocolar sua Licença de Operação fora do prazo de validade. O relatório acrescenta ainda que a indústria de laticínios não apresentou irregularidades que justificassem à legislação ambiental algum tipo de punição, recebendo apenas recomendações.

Os relatos dos moradores nos permitem observar que, apesar das várias denúncias por eles feitas com o intento de alertar os órgãos ambientais sobre as péssimas condições de poluição do rio, do seu mau cheiro que polui o ar nos arredores e da mortandade de peixes, nenhuma medida concreta foi efetivada para resolver tal situação.

As justificativas dos órgãos municipais sempre foram objetivando alegar que não existe legislação municipal para punir as empresas, argumentando, ainda, que sempre encaminharam as denúncias aos órgãos do Estado e outras instâncias.

Por outro lado, o órgão ambiental responsável por parte do Estado, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), tem sido bastante ausente e apenas tem feito vistorias que terminam na emissão de relatórios com algumas observações e recomendações largamente conhecidos

pelos próprios moradores. Os resultados desses relatórios têm apontado apenas pequenas irregularidades que não correspondem à real situação crítica do rio declarada por aqueles que perto dele vivem.

Quanto aos moradores, eles descrevem a situação dramática do rio relatando os graves problemas ambientais e denunciado a situação nos órgãos ambientais numa tentativa desesperadora de encontrar uma solução para o problema. A situação chegou a tal ponto que os moradores resolveram enviar representantes até Belém, capital do estado, embora novamente não tenham obtido respostas satisfatórias para o problema. O morador entrevistado argumenta que mesmo em Belém, na sede estadual do IBAMA, sua denúncia não surtiu o efeito esperado, ficando demonstrado que as reivindicações dos moradores não têm sido respeitadas.

*Nossa, eu tive lá em Belém. Nada, só abafo e o resultado pior que eu te digo é que eu chegava no IBAMA, nem protocolar eles não protocolava. Quando eu vinha com eles filmar o rio com um tanto de peixe morto, todos os bichinhos mortos, passarinho igual garça, outras coisas, ou outros passarinhos que dependem das águas, o IBAMA desviava pra não deixar filmar nenhum agente deles junto com a gente[...] isso é que é o doído. Até que fechou agora o IBAMA. E quando levava qualquer coisa concreta, filmado e ofícios pelas associações nossas, dos pequenos produtores que vive da agricultura familiar, eles nem protocolavam no IBAMA, não queria protocolar. Não protocolava, eu levava um advogado nosso que nem vou citar o nome, que nós já atolamos em porcaria aí filmando vaca morta, filmando peixe morto, certo? Outra companheira demais que ajudava a gente, a gente largava o serviço pra ir lá para filmar as coisas e se lascava filmando esse troço e não chegava lá, não protocolava no IBAMA. (Senhor Gauchinho, morador. Depoimento realizado em 04/04/2013)*



**FIGURA 38** - Resíduos e efluentes despejados no rio Mariazinha.  
Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA, julho de 2009.

Apesar de todas as denúncias, a situação ambiental do Mariazinha continua preocupante, o mau cheiro é insuportável chegando mesmo a atingir bairros inteiros e o centro de Xinguara. Além disso, o lançamento de águas sujas e poluídas é visível pelos moradores das proximidades e continua ocorrendo frequentemente sendo que em algumas nascentes é possível perceber o lançamento de grande quantidade de efluentes e resíduos gerados pelas indústrias locais, como expressa o depoente:

*O mau cheiro que invade a cidade no final da tarde está insuportável. Várias vezes briguei, várias vezes discuti e jamais cheguei a lugar nenhum. O fato é que me sinto impotente e incompetente para ajudar a resolver esse grave problema. Se tem o dito mau cheiro, tem algo errado e esse algo errado é poluição e se tem poluição em níveis superiores ao permitido pela lei – engraçado a lei permitir poluição – há uma irregularidade, que pode ser uma falta administrativa ou um crime ambiental. O curtume diz que o cheiro vem dos frigoríficos e os frigoríficos dizem o contrário. Quando passo em frente ao curtume, sinto exatamente o cheiro que assola Xinguara todos finais de tardes e início da noite, não precisa de perícia pra qualquer constatação, mas há quem pense que estou afrontando gratuitamente a empresa. (Rivelino Zarpellon, morador. Depoimento realizado em fevereiro de 2013)*

Várias denúncias de moradores também são encontradas na imprensa local. A última delas mostrou um vazamento em um tanque de efluentes de um curtume local. Na ocasião, a imprensa local se manifestou da seguinte maneira:

*Os funcionários mostraram como é feito o processo de tratamento do couro, desde a chegada ao curtume até ser beneficiado e ficar pronto para ser usado pela indústria calçadista brasileira e internacional. Eles fizeram questão de dizer que a Durli Couro obedece religiosamente às normas ambientais exigidas pelos órgãos ambientais para esse tipo de indústria. E por último mostraram os tanques onde é feito o tratamento da água antes dela ser despejada por uma tubulação no rio. Apesar de toda garantia dada pela Durli Couro, os colonos que moram às margens do Mariazinha têm versão diferente para essa situação, inclusive, há anos eles denunciam o curtume e os frigoríficos de Xinguara alegando que são eles os responsáveis pelos crimes ambientais que se sucedem ano após anos, prejudicando, desta forma, a flora e a fauna sem que nada seja feito para coibir essa prática. A própria Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Xinguara já encaminhou ofícios à Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará (SEMA/PA) pedindo providências para as questões ambientais relacionadas ao Rio Mariazinha. Pelo menos dois relatórios já foram enviados para a SEMA em Belém, um em 2009 e outro em novembro de 2013, relatando as ocorrências e pedindo providências para o caso. (Reportagem: Blog do Edmar Brito, 05/12/ 2013)*

De acordo com as fontes orais, desde meados da década de 1990, quando teve início a instalação das primeiras agroindústrias, começaram a surgir os problemas de mortandade de peixes e animais silvestres no Mariazinha. Foram elaborados relatos com moradores e vários documentos e relatórios protocolados no Ministério Público local, ficando evidente que os documentos consultados demonstraram também os ciclos de morte dos peixes atrelados principalmente ao período das primeiras chuvas, quando a água se mistura com os efluentes

armazenados em tanques que, posteriormente, são despejados no rio. Ressalta-se que, nas primeiras enchentes, ocorre também a piracema, fenômeno em que os peixes sobem o leito dos rios e córregos para a reprodução, deparando-se, nesse local, com a poluição.

*De 2002 a 2004 tentamos impedir a morte do rio Mariazinha juntamente com a comunidade. Cheguei ir a Conceição do Araguaia provocar o PELOMA – Pelotão de Meio Ambiente da PM/PA, acionei a SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente, fui várias vezes a Marabá no IBAMA, mas como as famílias pobres que usam o rio não tinham condições financeiras para esse tipo de gastos e eu, como Advogado Popular que sou, sem muitos recursos, não conseguia me mobilizar o suficiente para barrar aquele absurdo de mortandade no rio Mariazinha e, então, acabamos sucumbindo ao interesse econômico dos frigoríficos. Em 2003 e 2004, a poluição era apenas dos frigoríficos. Ainda não existia o curtume. (Rivelino Zarpellon, morador. Depoimento realizado em fev. 2013)*

As informações fornecidas no relatório de fiscalização da SECTAM (2010) apontam irregularidades ou falhas na estrutura do sistema de tratamento de efluentes das indústrias, as narrativas dos moradores, sobretudo daqueles que convivem diariamente com o rio, demonstram que o mau cheiro é constante e as poluições diversas existem há mais de dez anos. Até o momento, não foram apontadas soluções concretas para essa situação, como narra um morador prejudicado.

*[...] você sabe mesmo que é proibido na, na, pelas leis, jogar essas coisas assim a céu aberto, né? E ali eles jogam de qualquer maneira. Esses dias mesmo eu lá ia pra rua, pra igreja à noite e um caminhão, ele ia jogar mesmo dentro do rio, porque eles jogavam do outro lado do rio, mas o rio estava cheio e eles não iam passar com o caminhão pipa, ele estava jogando dentro do rio mesmo, diretamente no rio. Sujeira, aquelas coisas lá do curtume, aquelas químicas fortes lá do curtume. (Geraldo Rosa, morador. Depoimento realizado em 07/03/2013)*

Outra questão preocupante apontada pelos moradores diz respeito às condições de trabalho nas indústrias locais. Frei Henri, morador local, narra que, quando ocorreu a implantação das indústrias na cidade, as condições de trabalhos eram extremamente desumanas. Foram registradas várias denúncias no Ministério do Trabalho sobre mutilações de trabalhadores devido à falta de segurança e o grau de acidentes de trabalho atingiu tal ponto que uma juíza ficou escandalizada com a situação e chegou a afirmar que, caso não fosse tomada alguma providência, Xinguará se tornaria uma cidade de mutilados.

Frei Henri é um dos principais responsáveis pela instalação da Vara do Trabalho em Xinguará e faz acompanhamento de violações dos direitos humanos na região, narra com precisão essa situação:

*Eu me lembro muito bem nos anos... (pausa) nos anos acho que de 2005 ou 2006, por aí, tinha, às vezes tem juiz excelente, excelente. Eu me lembro de que tinha uma juíza que eu tinha uma excelente relação. Essa Justiça do Trabalho aqui foi criada por causa da CPT, do trabalho escravo. Essa pressão foi tão forte, até o Presidente do Tribunal de Justiça do Trabalho, que fui lá uma vez, mobilizou os juízes. Isso aqui foi por causa das denúncias do trabalho escravo. Tudo bom. Então essa juíza, me lembro muito bem, ficou tão escandalizada pelas vítimas de acidente de dedo, mão, braço aqui que ela fez uma reunião, não lembro se foi 2007, Aninha sabe até melhor, mas foi por aí, e convidou todos os empresários da região, dos frigoríficos na CIAPAM (instalações administrativas da prefeitura). Ela fez a reunião e disse “Se continuar desta maneira o relacionamento com os trabalhadores, daqui a pouco Xinguara vai ser uma cidade só de mutilados de tanto acidente que tem nos frigoríficos”. É fantástico e, de lá pra cá, claro que tem muitos casos de acidentes que, claro, são tratados pelos advogados e ainda é muito grave, ainda é muito grave. (Frei Henri, morador. Depoimento realizado em 08/04/2013)*

Convém observar que com a instalação da Justiça do Trabalho, na região de Xinguara, em 2007, houve uma mudança significativa nas relações entre patrões e empregados nas empresas de agroindústrias da região, mas da mesma forma que essas empresas não respeitavam os moradores quanto à questão ambiental, tampouco havia interesse em cumprir rigorosamente as leis trabalhistas.

*Fui visitar o frigorífico e, além das péssimas condições de trabalho (ambiente insalubre, calor infernal, lugar abafado, mau cheiro, jornadas de trabalho absurdas, etc.), fiquei desconfiado de irregularidade no esgotamento de produtos que vão direto para o rio Mariazinha. Tantas famílias dependem desse rio. No verão, quando o nível da água diminui, morre tudo o que tem vida, inclusive o gado que bebe a água do rio. Morre até macaco que dá bobeira nos galhos mortos das árvores sobre o rio. Acho que está passando da hora de começarmos a dialogar com a comunidade para iniciar uma campanha contra esse absurdo. (Rivelino Zarpellon, morador. Depoimento realizado em fevereiro de 2013)*

No entanto, atualmente a Justiça do Trabalho vem atuando com rigor, visando a exigir maior respeito às condições de trabalho nas agroindústrias da região ainda que, tragicamente, continue ocorrendo um número significativo de acidentes nesse setor.

Outro espaço do rio bastante afetado pela degradação ambiental é o espaço urbano de Xinguara. Isso ocorre porque várias pequenas nascentes “brotam” em lotes particulares e até em fundos de quintais, sendo então canalizadas para algumas residências antes que possam atingir o rio. A situação dessas nascentes é de extrema deterioração, seja pelo soterramento de calhas para nivelamento de rua ou pelo uso irregular e indiscriminado desses pequenos córregos como redes de águas pluviais ou como despejos de esgoto que correm a céu aberto em função da falta de saneamento básico.

Segundo os entrevistados, na década de 1980, as nascentes urbanas, de águas limpas, eram utilizadas para consumo das residências, como espaço de lazer, para lavar roupas e

tomar banho. Hoje não passam de redes de esgoto doméstico e industrial onde, diariamente, são lançados pela população local lixos e entulhos sem qualquer controle do Poder Público.



**FIGURA 39** - Esgoto a céu aberto, no centro urbano de Xinguará.

Fonte: Acervo pessoal do autor, agosto de 2013.

A moradora Maria Rocha, que conheceu as nascentes desde o início de Xinguará, relembra com saudade aquele tempo em que a água do córrego Centro, também conhecido como Baixada, era bastante utilizada para o consumo da população. A água era limpa com correnteza forte durante todo o ano. Ela e seu esposo chegaram a plantar um pequeno roçado bem próximo dessa nascente, utilizando-o também para o banho e a pesca.

*[...] eu lembro que tinha um córrego perto da casa da Maria da Guia, na Avenida Castelo Branco, que enchia muito e lá a gente lavava roupa, ali era cheio de tábuas (utilizada para sentar e lavar a roupa) e a água era limpa. Esse córrego começa assim: um vai jogando no outro, mas eu só morei na beira desse e lembro que ele enchia demais, carregava até casa, morria até gente; a pessoa que não se prevenia, a água chegava de noite e pegava de surpresa. (Maria Rocha, moradora. Depoimento realizado em 04/03/2013)*

Enfim, quase toda a poluição urbana de Xinguará tem o mesmo destino em seu momento de despejo, o rio Mariazinha. É o que vem ocorrendo com os efluentes das oficinas mecânicas, dos lava-jatos e das residências onde as tubulações são instaladas clandestinamente para lançar diretamente nas nascentes próximas todo o esgoto produzido.

#### 4.6 Os impactos da pecuária

*[...] Fizeram logo um projeto sem ninguém testemunhar,  
Pra o dragão cortar madeira e toda mata derrubar.  
Se a floresta, meu amigo, tivesse pé pra andar  
eu garanto, meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá.  
(Trecho de *Saga da Amazônia*, por Vital Farias e Geraldo Azevedo)*

A criação extensiva de gado na região provoca grandes impactos ambientais. Em Xinguara, praticamente não existem mais áreas de florestas e, uma vez instaladas as fazendas, dá-se também a redução de mão de obra.

Presenciamos casos em que apenas 5 empregados são capazes de fazer os cuidados permanentes de 5 a 10 mil cabeças de gado. Além disso, as grandes empresas rurais aplicam poucos investimentos na região, preferindo transferir seus lucros para os seus estados de origem. Portanto, ao invés de promoverem o desenvolvimento local, na maioria das vezes atuam apenas como expropriadores das riquezas da região. A narrativa crítica a essa concepção, do morador Geraldo Teixeira, ilustra bem essa situação.

*[...] não há desenvolvimento local baseado “na pata do boi”. O que há é um forte apelo midiático, inclusive no “aspecto cultural”, para que as pessoas considerem como bem sucedido aquele que dispuser de pastagens e de bovinos para venda. Para ilustrar essa afirmação, de que não há desenvolvimento através da criação extensiva de bovinos para corte, podemos comparar com outras regiões subdesenvolvidas: o sertão nordestino, apesar da seca que o assola, vive fase de maior desenvolvimento; os estados vizinhos de Goiás e Tocantins, apesar da degradação ocasionada pelo cultivo de grãos, vivem fase de maior desenvolvimento. Portanto, o tal “progresso na pata do boi” é discurso e mídia, mas não é realidade no Sul do Pará, exceto para as poucas famílias que aqui ergueram seus impérios de latifúndio. (Geraldo Teixeira, morador. Depoimento realizado em 25/03/2013)*

Apesar das adversidades e das contestações a esse modelo, de uma maneira geral, a pecuária se consolidou em praticamente toda a região Sul do Pará e, atualmente, os movimentos sociais questionam o modelo de desenvolvimento socioeconômico local. Os números do rebanho bovino no estado continuam crescendo e, a continuar esse crescimento, as últimas áreas de floresta poderão ser afetadas. Essa questão, do ponto de vista ecológico, é motivo de preocupação ainda maior, pois, além da devastação das florestas, os impactos da pecuária provocam danos ao solo, às nascentes e às correntes de água dos rios.

Uma ligeira análise dos dados do censo agropecuário do IBGE (PPM/IBGE, 2012) dão conta de que o rebanho *per capita* da região é em média cinco vezes maior que a média nacional. Enquanto no Brasil a média *per capita* é 1,1, no Pará esse número atinge a cifra de 2,32. Se compararmos apenas a região que possui o maior rebanho bovino, o sul-sudeste do estado, ou municípios como São Félix do Xingu, Rio Maria e Xinguara, por exemplo, essa média atinge a cifra de 18,00, 22,2 e 11,89 *per capita*, o que supera em mais de dez vezes a média nacional.

Estes dados analisados, numa concepção ambiental, nos dão uma noção da grandiosidade dos impactos avassaladores incentivados pelos projetos de desenvolvimento. Em termos de sustentabilidade, podemos chegar à conclusão de que eles representam um desastre ambiental em função dos grandes impactos provocados ao bioma local.



**FIGURA 40** - Pecuária na região de Xinguara/PA.

Fonte: Acervo pessoal do autor, fevereiro de 2014.

#### **4.7 A ideologia “na pata do boi” e o presente em construção**

Inicialmente, é importante esclarecer que, desde o século XIX, já havia pecuária na região do Araguaia paraense. Os relatos de historiadores do início do século dão conta da presença da pecuária pastoril nos campos e cerrados, e as criações em campos limpos de pastagens naturais por décadas pouco alterou a paisagem local, uma vez que o gado, alimentando-se de pastos naturais, não representa grandes impactos nos ecossistemas locais.

A partir da instalação das empresas agropecuárias, o modelo se inverteu. Em vez de campos e cerrados, as ocupações de terras adentraram em áreas de florestas, provocando alterações radicais nas estruturas socioambientais locais, além de interferir nas formas de o homem se relacionar com a natureza. Se antes os camponeses pastoris viviam livres, no sentido de que não havia a necessidade da cerca e do arame, com essas mudanças os criadores viram-se ameaçados pelas empresas agropecuárias, passando a utilizar-se da “estratégia em ocupar a área de maneira oficial, por meio da obtenção de títulos chancelados pelo Governo

do Estado do Pará, [o que] causou imensa ruptura no modo de vida dos sertanejos locais, os quais criavam o gado de forma livre nas áreas de pastos naturais” (VAZ, 2013, p. 131).

Relatamos, anteriormente, que os projetos tinham como prioridade a instalação de empresas agropecuárias subsidiadas por agências governamentais através, sobretudo, dos incentivos fiscais. Tais agências de fomento instaladas na região, como a SUDAM e BASA, na época contribuíram e ainda continuam contribuindo com o desmatamento. Isso ocorre porque os financiamentos foram e continuam sendo voltados para a pecuária, como contesta o morador crítico desse modelo.

*Não há, salvo raras exceções, critérios técnicos de desenvolvimento e sustentabilidade para nortear as ações dessas agências. Ficam sob ordens de personalidades políticas locais, que por sua vez estão sob ordens de empresários locais ou de personalidades políticas de expressão estadual ou nacional. O resultado disso é que as políticas de fomento são sempre imediatistas e predatórias. Não há sequer o debate acerca da questão ambiental, visto que seriam ações cujo resultado somente seria visíveis a médio e longo prazo. Assim, embora oficialmente o papel dos órgãos estatais seja promover o desenvolvimento justo e sustentável da região, o que se pode observar é que na prática suas ações estão fortemente voltadas para o apoio aos grandes projetos de pecuária e mineração. (Geraldo Teixeira, morador. Depoimento realizado em 25/03/2013)*

Nas viagens a campo, percebeu-se que os moradores possuem uma compreensão sobre as agências de fomentos. Eles descrevem que essas agências utilizam critérios diferentes para financiar grandes e pequenos produtores. Quando se trata de financiar pequenos produtores rurais, identificam um direcionamento para o crédito da pecuária, devido às políticas de crédito desses órgãos serem orientadas a financiar atividades econômicas consideradas de baixo risco financeiro, daí porque todos os esforços apenas para a pecuária.

Os moradores argumentam também sobre o papel da assistência técnica oferecida pelos órgãos estaduais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI). Para os moradores, elas são consideradas inadequadas e inoperantes uma vez que, quando esses órgãos oferecem algum serviço como os de elaboração de projetos, “não respeitam a vontade do produtor” e ainda direcionam o projeto para a pecuária, desestimulando os interessados em outras atividades econômicas como os plantios diversificados.

A população do campo sofre também com o poder de influência das lojas de produtos agropecuários. Na ausência de assistência técnica adequada pelo poder público, os pequenos produtores rurais são induzidos pela forte propaganda das lojas agropecuárias e casas comerciais que utilizam um discurso de “falsa” assistência técnica que, na verdade, não passa de estratégia de venda de produtos. As lojas agropecuárias visitam as propriedades oferecendo

todos os tipos de produtos, inclusive ilegais, como medicamentos, herbicidas e insumos com crédito de longo prazo, tendo como garantia a venda da pecuária.

Vende-se, assim, a ideia de que a alternativa para o pequeno produtor é a pecuária. No entanto, os estudos recentes do Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará (IDESP, 2012) têm mostrado uma preocupação com a queda dos rendimentos da pecuária extensiva. A degradação de pastagens, surgidas após 30 anos de ocupação, estão reduzindo a produtividade por hectare, sobretudo a criação de gado mestiço (nelorado) que é utilizado para a produção de carne ou reprodução de bezerros.

Segundo estudos do IDESP, voltados para a pecuária paraense, o gado “cruzado” ou melhorado para a produção de leite demonstra melhores resultados financeiros por hectare. Ao analisar ainda a decisão dos criadores de procurar essa atividade econômica na Amazônia o estudo assinalou que o preço da terra, o clima e as chuvas constantes, assim como as melhores pastagens, estão entre os fatores que fizeram com que os pecuaristas optassem por essa atividade econômica.

Ainda segundo o IDESP, a opção pela pecuária extensiva em pequenas propriedades tem demonstrado que essa atividade reduz as possibilidades de reprodução social e ampliação dos investimentos, daí porque a necessidade de expansão da propriedade, fator presente nas conversas entre os pequenos criadores.

Os grandes produtores e os dirigentes de empresas governamentais reforçam a propaganda, com o intuito de mostrar para a sociedade local a “importância” da pecuária, argumentando que a produção de bezerros para a reposição é de vital importância para os grandes criadores que engordam o boi, ou seja, os pequenos e médios que não engordam os machos é que garantem o fornecimento às grandes fazendas para a reposição de seus plantéis de recria e engorda.

Há também um discurso local, que é reforçado pelos dirigentes políticos, de que a criação de gado representa uma “poupança viva” e é, assim, sinal de “segurança” para o pequeno criador. Essa ideia que permeia a visão de que o progresso e o desenvolvimento locais estão fundamentados no gado é fortemente difundida por meio de grandes negócios firmados nas Feiras Agropecuárias das cidades da região. Se não bastasse, são difundidas ainda em leilões e grandes feiras de negócios voltadas, por exemplo, ao lançamento de produtos e maquinários de alta tecnologia para o agronegócio, como menciona o morador em sinal de contestação a esse modelo dominante:

*[...] é equivocado você pensar que um camarada, uma família que tenha 10 alqueires, ou seja, 50 hectares redondos de terra, possa sobreviver dignamente criando gado, não dá, meu amigo, gado é uma prática para você criar em escala, mas o que é que ele tem? Ele só tem o incentivo do banco para isso, se ele disser não, eu quero plantar cupuaçu, então o açai ou pupunha, não sabe o que, vai ser logo desestimulado. Isso é perigoso, não tem mercado, não tem dinheiro para isso, para boi tem, então o que o cara passa a ser? Passa a ser simplesmente escravo do Banco do Brasil e do Basa, dos agentes financeiros, porque não dá. Ele vai ter que vender a matriz para pagar o bezerro, então que diabo é isso? Não sei porque falta uma política de estado para rever isso, bota os técnicos para pensar, a EMATER, a Sagre, esses órgãos todos aí que o Estado tem, porque órgãos têm demais. [...] eu avalio da seguinte maneira: Eu acho que a "pata do boi" reflete a lógica da dominação da região e do ponto de vista deles a lógica está até correta, né? Ou seja, nós vamos desmatar, vamos criar boi e boi gera carne e carne gera dinheiro e nós queremos é dinheiro. Então, essa é a lógica capitalista, e agora dizer que isso é sinônimo de desenvolvimento ou a única opção de desenvolvimento da região é que está o equívoco no meu entendimento. (João Ramalho, morador. Entrevista realizada em 19/04/2013)*



**FIGURA 41** - Placa de boas-vindas ao município de Xinguara, reforçando a ideologia pautada na exaltação do "boi".

Fonte: Acervo pessoal do autor, agosto de 2013.

Todos esses instrumentos ideológicos dificultam o verdadeiro desenvolvimento local, uma vez que os pequenos produtores rurais, bem como a população pobre do espaço urbano, enfrentam dificuldades de sobrevivência numa região de grandes riquezas naturais e minerais concentradas nas mãos de uma minoria de grandes proprietários e grupos econômicos. O depoimento do morador abaixo narra essa situação com uma concepção crítica de desenvolvimento.

*É um processo desenvolvido para os donos de grandes capitais financeiros que residem fora desta região, grandes grupos econômicos instalados no centro e sudeste do Brasil. Ou seja, olham apenas para esta região como fonte de exploração de riquezas naturais, como a floresta, o solo e a água para a atividade pecuarista, e se transformam na riqueza pasto e boi, exportados e comercializados para fora da região. Riqueza que não se distribui não se enraíza para a população deste lugar. É uma forma de desenvolvimento que não se vincula com as*

*necessidades das populações trabalhadoras locais. Pelo contrário, são lógicas de desenvolvimento que agravam a situação social e das relações de trabalho na região com alto índice de desemprego, subemprego, baixos salários, condições injustas e ilegais de trabalhos análogos ao trabalho escravo. É uma lógica de desenvolvimento que não desenvolve a economia local, que não distribui a riqueza em nível local, que não fortalece o fluxo de renda e trabalho em nível do território porque nem os impostos são recolhidos devidamente. Onde o Estado é insuficiente na fiscalização e na arrecadação dos impostos que deveriam ser gerados desta produção. É também uma lógica de produção irracional do ponto de vista espacial e territorial, com as exageradas extensões de terras, os grandes latifúndios concentrados em mãos do grande capital. Enquanto que a população trabalhadora local, que necessita do pedaço de terra para sua produção e manutenção da economia local, não consegue acesso à terra, pois está concentrada nas mãos do latifúndio. Portanto, este desenvolvimento na lógica da “pata do boi” se torna para esta região do Sul e Sudeste do Pará insustentável do ponto de vista ambiental, social, econômico, cultural e político. (Cláudio Marques, morador. Depoimento realizado em 23/04/2013)*

Ressaltamos, anteriormente, que a atividade pecuária é uma atividade em cadeia que promove forte movimentação financeira refletida nos resultados das vendas e nas promoções e eventos do comércio local. Na realização desses eventos, por exemplo, há o envolvimento das escolas públicas que praticamente não funcionam devido à poderosa propaganda publicitária, de *shows*, rodeios e palestras voltados para o agronegócio.

Essa poderosa publicidade se expressa ainda nos leilões de gado, na moda, vestuários e adereços utilizados em festas e cavalgadas ruralistas, nos rodeios de peões, feiras e exposições. Associada a isso, diariamente ocorre uma intensa divulgação das atividades em revistas, jornais de circulação regional e redes de rádio e televisão. Tudo isso se dá tendo como atores principais as personalidades políticas ligadas às oligarquias do Estado e às elites regionais com o intuito de arrebanhar multidões de todas as classes sociais para as apresentações de rodeios e *shows* musicais sertanejos de grande apelo popular. Portanto, a introjeção de um forte anseio de grandeza econômica e de força política do agronegócio dá margem para reforçar na sociedade a falsa “cultura” da pecuária como algo naturalizado e pertencente ao universo de todos os indivíduos da região.

Nesse contexto, cabe ressaltar, ainda, que os diversos movimentos sociais ligados à Teologia da Libertação, assim como as correntes políticas progressistas, enfrentam dificuldades em apresentar uma proposta alternativa que possa conduzir o processo de desenvolvimento local em outra direção, sobretudo porque as elites locais cooptam para os seus interesses pessoas simples, de origem camponesa que, no decorrer dos anos, se apegam ao forte discurso ideológico e são convencidos pelas propostas fantasiosas de grandes lucros proporcionados pela pecuária, opondo-se muitas vezes às organizações e sindicatos de sua classe.

Esse cenário econômico construído há décadas pelos dirigentes políticos e elites locais, pautado na pecuária, reforça a visão de desenvolvimento de “cima para baixo” que despreza a pequena produção e desestimula as práticas alternativas da pequena economia local. Isso é demonstrado inclusive através dos números oficiais da agropecuária na região.

O relatório de monitoramento da agropecuária do Ministério de Desenvolvimento Agropecuário (MDS) demonstra que Xinguara possui 378.199 hectares, dos quais 267.475 são ocupados com a pecuária, o que corresponde a 70,7% da área do município. Ainda segundo esse relatório (MAPA, 2011), apenas 1,3% é utilizado para atividades agrícolas.

No entanto, a realidade socioeconômica da maioria das cidades da região se contrapõe à indústria da propaganda do “boi”, mostrando uma realidade bem diferente daquela pregada pelas elites locais em seus eventos “faraônicos”. Um exemplo disso é a baixa qualidade de vida da maioria das populações locais, o que demonstra ser o modelo de desenvolvimento adotado bastante excludente. Apesar de todas as conquistas, ainda existem grandes concentrações de terras nas mãos de poucas pessoas e empresas, e existe grande parcela de populações marginalizadas, na região, vivendo em condições sociais miseráveis nas periferias das cidades, e acampamentos às margens das rodovias da região, mesmo diante das frequentes promessas de geração de emprego e renda.

As estatísticas do MDS (2012) demonstram que em Xinguara existem cerca de 3.000 famílias cadastradas no programa “Bolsa Família” do Governo Federal, o que corresponde a 9% da população em situação de pobreza, número cada vez maior que reforça a existência de uma parcela significativa da população local, continuamente excluída do processo de geração e distribuição de riqueza e renda.

As transformações sociais e econômicas como as migrações, os projetos agropecuários e minerais e o crescimento das cidades mudaram a paisagem local. O passado marcado pela derrubada e queima da mata, as pequenas roças feitas a golpes de foice e machado e os plantios de milho, arroz e feijão cultivados para o consumo próprio, assim como a pequena fonalha para torrar a farinha e as crenças nas simpatias para eliminar doenças e cuidar da proteção das sementes para a próxima safra sofreram duros golpes do modelo modernizante, estando hoje bastante reduzidas, sendo lembradas pela maioria dos moradores apenas através de marcações temporais como “naquele tempo”.

Desse modo, a agroindústria e a “modernização” contribuíram para “converter” as tradições em “modernas” técnicas que utilizam desde a pulverização aérea dos agrotóxicos para a limpeza de pastagem, até as técnicas de inseminação artificial para a obtenção das

melhores descendências bovinas. Nessa nova realidade, os moradores na região do Mariazinha viram-se forçados a modificar radicalmente suas relações com a terra.

No artigo científico de Parolin e Bellini (2010), denominado *O silêncio das Araucárias: Memória e Esquecimento da natureza em um grupo de moradores da sub-bacia hidrográfica do Rio do Campo*, no estado do Paraná, as autoras argumentam que a sub-bacia sofreu com o processo de rompimento dos valores tradicionais pela modernização da agricultura, ocorrendo ruptura consequente das técnicas tradicionais de produção substituídas pela mecanização. Citando Graziano Neto (1982), afirmam que essa modernização do campo se espalhou por todo o Brasil devido à

[...] “ideologia modernizadora” que se implantou no Brasil à porta da década de 1970, [e que] tende a menosprezar o modelo de produção que não se utiliza das “facilidades” tecnológicas produzidas pela indústria moderna. O arado de tração animal, as sementes obtidas do paiol, animais que não se alimentam com ração produzida por indústria são sinônimos de “atraso”. (NETO, 1982 apud PAROLIN e BELLINI, p.146).

Assim como no Paraná, a ideologia modernizadora do campo tem reforçado, então, a visão de progresso e desenvolvimento predominante na sociedade moderna que descaracteriza as culturas tradicionais. No caso do Mariazinha, a pecuária extensiva que alimentou nas pessoas a fantasia de abandonar as técnicas tradicionais de subsistência, agora sinônimos de atraso como se a história dos moradores construída na região não tivesse nenhum sentido, fez com que as sociedades capitalistas modernas de nosso século passassem a ser vistas sempre em um patamar evolutivo superior às tecnologias tradicionais praticadas pelos antepassados. Como mencionou o morador local Dionísio Pereira,

*Todo ano eu plantava três tarefas de mandioca (em torno de 1 ha), quando entrava o verão eu começava arrancar a mandioca. Juntava muita gente, todo mundo ajudava, mulher, menino... A farinha eu vendia, era boa de preço, era só colocar na carroça e levar na rua. Aí eu fui plantando capim nas roças, a mata acabou eu tive que fechar.*

O resultado da modernização tem sido a desagregação de muitas famílias que viviam de pequenas produções de farinha, milho e arroz. Nesse sentido, a substituição por pastagem enfraqueceu as relações de vizinhança que são fundamentais na permanência dos moradores na terra uma vez que

[...] Ao substituir as antigas formas de organização da produção na agricultura pelo modelo industrial capitalista, iluminando os campos brasileiros com as “luzes do progresso”, a modernização revelaria ainda o seu traço desagregador: aos que

resistiram ao êxodo rural restou não somente o isolamento, mas também a desintegração de laços afetivos e da solidariedade que marcavam muitas das relações entre os vizinhos (PAROLIN; BELLINI, 2010, p. 146).

Em Xinguara, em algumas comunidades do Mariazinha extremamente afetadas pela degradação ambiental, os agricultores vêm enfrentando esse mesmo processo de transformação cultural muito parecido com o descrito por Parolin e Bellini (2010) no caso de Campo Mourão, Paraná.

Segundo o morador José da Penha, o assentamento Vermelho e Preto, localizado na área mais afetada pela degradação ambiental do rio Mariazinha, viveu um passado cheio de mutirões entre os moradores, de casas de farinha para as “farinhadas”, as colheitas coletivas do arroz, festejos da comunidade e a solidariedade que se praticava diariamente uns com os outros na troca de mão de obra, nos festejos de casamento e homenagens à padroeira.

Ele ainda descreve que, quando um vizinho não colhia uma safra de arroz na sua propriedade, emprestava de quem tinha para ele passar o ano e, quando ele plantava e conseguia colher, devolvia os alimentos com muito contentamento. Seu José da Penha argumenta que hoje muitas vezes recebe críticas de seus vizinhos por preservar 50% de área florestal, pois essa floresta é vista por eles como prejuízo econômico porque não gera pastagem para colocar mais cabeças de gado, pois, atualmente, ele é um dos raros moradores que possui uma área florestal preservada visível na figura abaixo:



**FIGURA 42** - Área particular de preservação de floresta nativa, no assentamento Vermelho e Preto. Xinguara/PA.  
Fonte: Google, 2013.

A pecuária ocupa cada vez mais espaço, mesmo nas comunidades rurais, onde visivelmente se percebe forte desagregação e rompimento de práticas tradicionais de produção, das relações sociais, econômicas, afetivas e ambientais entre os moradores.

De acordo com os moradores, no passado as formas de se relacionar com a natureza eram bem diferentes do que ocorre hoje com relação à percepção da floresta, dos animais, das plantas e do próprio rio. Nesse contexto, percebe-se um conflito entre o passado e o presente, o primeiro marcado e lembrado pela beleza da natureza intacta, e o segundo, pelo desenvolvimento representado pela destruição.

O morador Cláudio Marques, que migrou com sua família ainda adolescente, descreve com emoção as belezas da paisagem local, da natureza intacta na convivência com a floresta, os pássaros e rios da região. Sua narrativa recorre a um passado que não existe mais, que foi transformado pelas práticas modernizadoras de desenvolvimento.

*[...] O perfume da floresta em pé era marcante, um cheiro gostoso de sentir, as sombras e a umidade dentro da floresta muito agradável. Outra lembrança forte era o andar sobre a vegetação morta, em decomposição, que afundávamos no caminhar com tanta matéria decomposta. As nascentes de água, encantadoras, águas cristalinas que nasciam em diferentes grotas. O que mais nos encantavam eram os animais da floresta, diversidades de pássaros com lindos cantos e cores, diversidades de macacos, pequenos animais andarilhos, cutias, pacas, jabutis, cobras, jaguatiricas, raposas, porco do mato, entre tantos outros animais (Claudio Marques morador. Depoimento realizado em 23/04/2013)*

#### **4.8 As experiências de plantio diversificado e a resistência ao modelo de desenvolvimento local**

Atualmente, as experiências com a pequena agricultura são encontradas em toda a região do Mariazinha e maior quantidade nas proximidades de Xinguara. Nos relatos dos moradores e através das visitas de campo, percebemos que, da margem direita do Mariazinha, é possível observar grande quantidade de sítios e chácaras de pequenos e médios produtores que trabalham com produção diversificada. A esse respeito, observamos o caso conhecido nas visitas que fizemos na propriedade do senhor Geraldo Rosa, que fez questão de nos levar para mostrar seu pomar. O morador narra com orgulho a farta produção no seu sítio e faz questão de citar as plantas frutíferas que possui no seu quintal:

*[...] tem umas laranjas ali que era do laranjal velho, tenho a lavoura de maracujá, mandioca, mandiocal, tem cupuaçu, tem muito coco, tangerina poncã, os galhos estão baixo, olhe aqui o tanto de cupu que ainda tem no pé, é do grande, esse é do*

*grande, do grandão, isso porque já foi tirado mais de 30 aqui. (Geraldo Rosa, morador. Entrevista realizada em 07/03/2013)*

Desse modo, os produtores que optaram pela diversificação vêm mostrando resultados satisfatórios de produção e venda. A polpa do cupuaçu, por exemplo, é bastante aceita no mercado local e registramos no diário de campo dois casos de pequenos agricultores empolgados com suas plantações de cupuaçu:

*Uai, ele sempre dá uma ajuda, dá sempre uma ajuda porque se pensar viver só do leite aí aperta, né? Aí aperta. O cupu só fica bom quando cai no chão, deixa ele cair, tira a polpa dele, vende a polpa lá na rua. É que o fruto quase ninguém gosta de comprar, tem que tirar a polpa, né? Eles acham difícil, dá trabalho. (Geraldo Rosa, morador. Entrevista realizada em 07/03/2013)*

Assim, a sub-bacia do Mariazinha, palco de ocupação e conquistas por pequenos agricultores, começa a apresentar novas alternativas econômicas mais sustentáveis. Esses agricultores começam a perceber que a pecuária não tem sido suficiente para garantir a sobrevivência, vindo daí a opção pela produção diversificada.

A opção pelo cultivo de plantações de milho, batata-doce, verduras e frutas vem demonstrando que é possível sobreviver em pequeno espaço de terra obtendo rendas de outras formas que não seja exclusivamente através da pecuária. Além disso, a localização estratégica desses arranjos produtivos, com riqueza de água e solos de boa qualidade para o plantio, é apontada como fatores essenciais na definição das estratégias de sobrevivência econômica.

Se analisarmos a cadeia produtiva local, de uma maneira geral, podemos perceber que mesmo dentro da própria economia do gado ocorre a diversificação da produção. Em pequenas e médias propriedades, onde os produtores encontram dificuldades econômicas de sobreviver somente com a pecuária, é possível perceber pequenas mudanças nas estratégias advindas, sobretudo, de certa preocupação em procurar meios de melhorar a renda, associando o gado leiteiro com a venda de queijo, leite refrigerado e a introdução de plantações e culturas anuais como o milho-verde, a mandioca e o mamão facilmente comercializados na cidade. Apesar das perspectivas e da boa aceitação, os agricultores se deparam com uma série de obstáculos como os custos elevados de mecanização, de adubos e sementes.

*É um grande desafio porque nós perdermos toda essa cultura de geração em geração de plantio. Hoje você tem que comprar a semente para você plantar porque já vem tudo produzido, modificada. Você compra uma semente de milho tem que ter adubo químico, ela já vem programada para produzir com o adubo químico, é uma situação que essa propriedade de você conhecer a lua, do plantio de selecionar as sementes, guardar as sementes, agora acabou. O próprio pequeno produtor ele está*

*sendo escravo das grandes indústrias, do monopólio de produção de sementes, é o caso do milho, né? (Davi Passos, morador. Entrevistado em 19/04/2013)*

No entanto, durante toda a semana é possível encontrar grande quantidade de agricultores se deslocando para a cidade, para vender os seus produtos no comércio, restaurantes e na feira local. Muitos deles vendem produtos frescos de boa aceitação pelo consumidor, em pequenas bancas instaladas ao redor de supermercados e comércios diversos onde se encontram aglomerações de pessoas.

Enquanto nas grandes propriedades prevalece a tecnologia de ponta, como é o caso das fazendas dos irmãos Quagliato e Santa Bárbara, do grupo Opportunity, os pequenos e os médios proprietários de áreas emancipadas e os colonos, como são chamados regionalmente os assentados de reforma agrária, ainda se deparam com a falta de apoio na aquisição de máquinas, de assistência técnica e financiamento para a produção. Outro fator é a documentação das propriedades, pois, apesar de os moradores residirem há mais de 30 anos na terra, a maioria ainda não possui sua titulação.

Já mencionamos que a pecuária é uma atividade com características individuais, porque dificulta as atividades coletivas na propriedade; assim, no caso específico da pecuária de Xinguara, o que se observa é que ela sofreu influências das práticas da agricultura tradicional nas pequenas propriedades, criando uma economia combinada (gado, leite, queijo, lavoura) uma vez que sua dinâmica econômica está contribuindo para uma maior capacidade de movimentação de capital e de maior circulação de renda. Assim, em função das grandes conquistas da terra, no final da década de 1970-80, seja por posseiros ou por compra de médios produtores que chegaram depois, deu origem a uma economia mesclada que se configura em pecuária e agricultura. A economia mesclada de pequenos e médios proprietários formou toda uma cadeia de produção de bezerros, leite, queijo, milho, mandioca frutas e legumes, tornando bastante dinâmica a economia local.

O resultado disso, a cidade hoje possui centenas de estabelecimentos comerciais, lojas e casas de produtos agrícolas e veterinários que geram empregos e impostos ligados a toda uma cadeia, que vai desde a aquisição de gado para o abate, a indústria de carne e derivados que, por sua vez, gera mão de obra direta e indireta, compondo uma cadeia da atividade agrícola e pecuária por toda uma rede agregada à economia regional.

A produção das pequenas e médias propriedades, sobretudo nas redondezas de Xinguara, apresenta-se como uma perspectiva devido à quantidade expressiva de culturas diversificadas. À margem direita do Mariazinha, verifica-se uma ocupação praticamente de

pequenos agricultores familiares que sobrevivem da cultura de milho, mandioca, verduras e frutas, de pequenos animais comercializados diretamente na cidade. No Projeto Casulo, por exemplo, formado por pequenos lotes de 2 hectares, não se cria gado, e a produção se restringe às criações de porcos, galinhas, pomares de frutos como o cupuaçu, banana, cacau, abacaxi e o cultivo de pequenas lavouras de milho-verde, abóboras, mandioca e vagem.

Registramos no diário de campo o caso de um pequeno criador de peixe que vende sua produção e alevinos para toda a região do Araguaia. Segundo nos informou o morador, a atividade de piscicultura vem crescendo na região, de modo que, durante a última feira instalada pela associação de criadores, foi registrada a venda de 6 toneladas de produtos. Em depoimento que pudemos tomar, é evidente a sabedoria do morador ao reforçar a produção de peixe ao narrar que

*[...] se você inverter, desestimular a pequena criação de gado, de nelore que é a nossa grande coisa aqui e pensar dizer o seguinte: olha, peixe dá mais dinheiro do que gado. Para você ter uma piscicultura rentável, é claro, usando toda uma técnica, você com um hectare você tem uma piscicultura capaz de lhe dar carne saudável melhor que a carne vermelha, a carne de peixe, entendeu? Numa proporção extraordinária. Vou dar só um exemplo. Um filhote, um surubim que é um peixe aqui da nossa região e muito gostoso, ele tem 65% de carne e 35% de carcaça de osso só, qual é a proporção do boi? 50%. Você tem hoje uma tendência mundial na alimentação saudável que aí entra o peixe com a carne branca, agora você pensa agora como é que o cara agora vai produzir o peixe? Vai vender para quem? Aí entra o Estado com a capacidade logística, com a capacitação, tem que saber criar de maneira adequada, que não dê prejuízo, mas que tem mercado tem. (João Ramalho, morador. Entrevista realizada em 19/04/2013)*

Nessa mesma linha de raciocínio, outro morador reforça a diversificação da produção, ao argumentar que, na pequena propriedade, a pecuária exclusiva dificulta sua sobrevivência. Assim, ele reforça que é preciso complementar a renda com outras atividades produtivas:

*[...] atividade aparece como alternativa porque a mentalidade da monocultura é que só mesmo a criação do gado é lucrativa, foi essa mentalidade que levou o colono com 10 alqueires de terra a derrubar toda a mata e agora tem que comprar tudo, que não vai mais arar o pasto que gastou tanto com pasto para plantar feijão, plantar fava e plantar mandioca... Então, hoje começa a ter a percepção do colono de que com um alqueire de mandioca plantada tem a mesma renda dos outros 9 alqueires de terra ou mais, né, e isso vai trazendo uma consciência nova, uma consciência que você tem que diversificar a produção para sobreviver, para criar os filhos. (Davi Passos, morador. Entrevista realizada em 19/04/2013)*

Apesar do predomínio da pecuária, nos últimos dez anos, percebe-se o avanço da produção nas pequenas e médias propriedades no entorno do Mariazinha. A pequena

produção diversificada vem-se configurando em nova reorientação das sensibilidades dos moradores quanto à necessidade de melhorar a renda, a qualidade ambiental para além da atividade pecuária. Ao percorrer as áreas próximas às margens da rodovia BR 155, encontramos uma infinidade de plantações que permanecem durante todo o ano.

De acordo com os moradores desse local, a dedicação exclusiva ao gado vem provocando dificuldades financeiras, devido aos altos custos dos produtos veterinários e ao baixo custo pago pelos preços do leite e da carne. Segundo o morador senhor Leomarques Fernandes, que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os preços da carne, do leite e do bezerro estão baixos em relação ao aumento dos produtos veterinários e insumos como vacina, sal mineral e medicamentos:

*[...] vejo assim: minha família toda mora na região, muitos estão bem, conseguiu reconcentrar um pouquinho e tal, ficar maiozinho um pouco, um médio produtor rural. Mas muitos não conseguem e outros não conseguem acompanhar o desenvolvimento, que não é fácil você ser um criador de gado, não é fácil você sobreviver só do gado, do leite, né? Viver de 1.500,00 reais por mês, manter uma família, porque os filhos tem que estudar, tem que reproduzir, casar, né? Aí casa, a terra é pequena. Talvez se tivesse outro subsídio, outra ideia, porque já descaracteriza a família de ser produtor rural com essa ideia, porque já não dá pra viver ali se fosse outra ideia, talvez pudesse viver num pequeno espaço com a família junta e por ali ia ficando, ia trabalhando, mas essa ideia não foi plantada. Eu acho, é no meu pensamento, cada um tem uma ideia que teve muito prejuízo que deveria ter sido muito melhor se tivéssemos trabalhado a questão ambiental, mais a preservação, mais a diversificação da produção, produzir mais alimento... Na verdade é a realidade, não adianta a gente tapar o sol com a peneira que nós produzimos muito pouco alimento aqui no município de Xinguara. (Leomarques Fernandes, morador. Depoimento realizado em 16/04/2013)*

As alternativas experimentadas pelos pequenos agricultores têm-se mostrado bastante vantajosas. Encontramos casos de experiências bem sucedidas de agricultores que estão mecanizando terras e plantando milho, outros com criatórios de peixes e plantações de frutos e hortaliças. Isso tem demonstrado que, apesar do forte discurso ideológico da pecuária como solução econômica da região, a pequena agricultura vem ganhando cada vez mais espaço no debate em suas organizações sociais. O debate sobre a pequena produção acena, inclusive, para a possibilidade de encontrar alternativas que sejam capazes de conciliar a pecuária com outras atividades produtivas mais sustentáveis como as já encontradas em algumas pequenas propriedades.

*[...] Nesta concepção produtiva alternativa, de convivência inclusive da própria produção pecuarista, a produção hortifrutigranjeira, os Sistemas Agroflorestais, SAFs, a produção Agroecológica, a Agricultura Familiar são modos produtivos, são ideologias e concepções alternativas que desenham possibilidades de desenvolver a economia, o social, o político e culturais perfeitamente combinados e sustentáveis*

*com os recursos naturais e ambientais.* (Claudio Marques, morador. Depoimento realizado em 23/04/2013)

Registramos aqui dois casos que consideramos exemplares de atividade econômica relacionada à diversificação da produção: o caso das propriedades dos moradores Gauchinho e Geraldo Rosa, na região do Assentamento Vermelho e Preto. Estes dois agricultores possuem verdadeiros arranjos produtivos, onde conciliam gado, roça e pomar com variedade de frutas como maracujá, coco, cupuaçu, tangerina e cacau. Desenvolvem, ainda, produção de polpas e criações de galinhas e porcos, produtos escoados facilmente para a cidade e vendidos nos comércios locais, mostrando-se bastante vantajosos na complementação da renda e na sustentação econômica dessas famílias.

Se a pecuária é um reflexo do dilema da maioria dos moradores de como sobreviver na condição de pequenos criadores, com áreas menores e poucos recursos financeiros, a diversificação da produção tem demonstrado que existe alternativa viável para os pequenos produtores.

Finalmente, registamos o caso de um pequeno agricultor que há alguns anos implantou a piscicultura. Atualmente ele conta com dezenas de represas para criação e engorda de peixes e um laboratório de alevinos onde fornece grande quantidade para toda a região Sul do Pará. Nos últimos dois anos, já foram organizadas a fundação de uma associação de criadores que conta atualmente com mais de 30 associados e ainda a realização de duas feiras de comercialização com venda de mais de 12 toneladas de peixes. Tudo isso é apenas uma demonstração de que a pequena agricultura diversificada é capaz de gerar renda, promover o desenvolvimento e a sustentabilidade necessária à sobrevivência da propriedade familiar, ou seja, a pequena propriedade está cumprindo seu papel fundamental que é a construção da cidadania no espaço rural da sub-bacia do rio Mariazinha em Xinguara.





**FIGURA 43** - Diversificação da produção, na região do rio Mariazinha.

Fonte: Acervo pessoal do autor, abril de 2013.

#### **4.9 O uso de agrotóxicos e os problemas ambientais atuais**

Os dados do IMAZON (2012) demonstram que as queimadas estão bastante reduzidas no município, em virtude do desaparecimento das áreas de florestas. No entanto, a criação de gado continua sendo encontrada nas margens do rio Mariazinha sem os cuidados ambientais necessários com a vegetação ciliar.

Verificamos que, em dezenas de quilômetros de margem do Mariazinha, nem sequer existe mais a vegetação ciliar. Não faltam práticas inadequadas e até ilegais que são igualmente encontradas nas margens do Mariazinha, como a exploração de areais clandestinos, o despejo de efluentes e o uso indiscriminado de agrotóxicos facilmente adquiridos e utilizados sem a necessidade de orientação ou acompanhamento técnico especializado.

A retirada de areia do rio ocorre em grande escala e sem nenhum controle ambiental. Existe um mercado de areia que sustenta dezenas de pessoas e até empresas que sobrevivem da venda e do transporte de areia para a cidade e, no entanto, a retirada desse material não obedece a nenhuma regulamentação nem a critérios adequados.

Outro problema comum é a presença de substâncias e resíduos utilizados sem o devido cuidado ambiental. Na maioria das vezes, são jogados diretamente no solo ou nos córregos provocando sérios problemas de contaminação dos lençóis freáticos, do solo e da água. Esse problema foi apontado e constitui a maior preocupação dos moradores, pois, apesar das exigências previstas na legislação ambiental brasileira, os órgãos ambientais estaduais e/ou federais, que deveriam utilizar critérios mais rigorosos nas emissões das licenças de instalações e concessões dos empreendimentos industriais, vêm-se mostrando omissos na fiscalização e no monitoramento da poluição.

Desde o início da ocupação da região, também os grandes proprietários utilizam o agrotóxico na limpeza de pastagem. Nos últimos anos, todavia, tem-se presenciado um aumento na utilização desse produto e verifica-se sua aplicação com o uso de pulverizadores aéreos, o que provoca danos ambientais irreparáveis em pequenos córregos e nascentes. Vários moradores entrevistados argumentaram que pequenos e grandes produtores utilizam o agrotóxico nas lavouras e na limpeza de pastagem por conta própria e sem qualquer acompanhamento.

Frei Henri, religioso e ativista dos direitos humanos, com vários anos de atuação na região, vem alertando, em seus artigos publicados em jornais e revistas do Brasil e de outros países, para essa nova configuração da grande pecuária que é a prática indiscriminada do uso de agrotóxicos. Em entrevista para esta pesquisa, argumenta que o uso desses agrotóxicos tem aumentado significativamente nos últimos anos, sendo que essa situação tem-se agravado mais devido à falta de mecanismos de controle e fiscalização dos órgãos ambientais.

O que se observa é que essa falta de fiscalização reforça a prática clandestina de outros produtos ainda mais perigosos ao homem e ao meio ambiente como revelado por alguns moradores com relação à utilização de um produto conhecido como “pó da China”, adicionado aos herbicidas para aumentar a agressividade no combate às pragas mais resistentes da pastagem.

Todos esses fatores, relacionados às questões ambientais, nos conduzem à reflexão sobre a necessidade de entendermos as problemáticas ambientais locais no contexto geral da região que se configura como frente de expansão (MARTINS, 1981), e onde nem sempre o poder do Estado encontra-se presente. Assim, na maioria das vezes, as leis regidas pelos detentores do capital transformam os recursos naturais em lucro, mutilando constantemente a sensibilidade humana.

Desse modo, as práticas indiscriminadas de atividades ilegais como o uso do agrotóxico para economizar mão de obra e aumentar os lucros dos empreendimentos fazem parte desse mapa caótico da região, onde o lucro, na maioria das vezes, está acima dos interesses coletivos, da vida e da dignidade humana.

A degradação ambiental da sub-bacia do rio Mariazinha é resultado, portanto, de um processo de desenvolvimento implantado pelo Estado aos indígenas, que perderam suas terras, e aos migrantes que procuraram se estabelecer no Sul do Pará em busca de melhores condições de vida.

A reconstrução da sub-bacia pelo estudo da memória dos moradores nos transporta a um passado de florestas naturais, rios e nascentes de águas limpas e, ao mesmo tempo,

contrapõe-se tragicamente a um presente de convivência dos moradores em constante conflito com um cenário de devastação das florestas, de rios de águas poluídas e de nascentes degradadas. Se durante séculos o homem amazônico aprendeu a retirar sua sobrevivência da floresta, a reconstrução da história dos moradores através da memória nos permite refletir sobre a necessidade de ampliarmos nossa relação com o ambiente em que vivemos e torná-lo possível à nossa sobrevivência de modo sustentável.

Para não nos esquecermos das belezas naturais das florestas do Mariazinha, talvez seja necessário nos lembrarmos não apenas da água limpa dos córregos, como afirma Claudio Elias, “As nascentes de água, encantadoras, águas cristalinas que nasciam em diferentes grotas”, ou da expressão do morador Antônio Neto onde “dava pra ouvir a caranha quebrando o coco no dente embaixo d’água”, mas devemos lembrar-nos também das imensas e frondosas árvores de castanheiras, mogno e jatobás que se erguiam por todo o vale do rio Mariazinha, que escorria majestosamente até a confluência com o rio Marião.

Assim, lembrar o nosso passado através da memória contribui para reforçar os nossos horizontes, objetivando podermos contribuir no fortalecimento da reação para lutarmos contra a atual situação de degradação em que se encontra o rio Mariazinha.

Finalmente, lembramos que outro desenvolvimento é possível de ser construído na região. No entanto, esse deve necessariamente levar em consideração os pilares da sustentabilidade, sendo o cuidado ambiental que inclui o uso sustentável dos recursos naturais, reconhecendo sua condição finita que prescreve a necessidade de sua preservação e conservação para as gerações presentes e futuras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatamos, neste trabalho, que os problemas ambientais que afetam a região da sub-bacia do Mariazinha não são problemas provocados por todo um processo de transformação, mas mais pontualmente se devem ao modelo capitalista de produção que instalou na região a indústria madeireira, a pastagem e, atualmente, as agroindústrias.

Esses problemas começaram, ainda, no início do processo de ocupação da região, quando ocorreram os desmatamentos, as queimadas e a expansão das atividades pecuárias. Por fatores estruturais e ideológicos, os moradores viram-se forçados a aderir ao modelo

econômico pautado na pecuária extensiva, que são as formas de desenvolvimento excludente, pregado pelos defensores do agronegócio.

A instalação das agroindústrias na região deve ser entendida como o resultado de um projeto de desenvolvimento local, que conta com o incentivo dos governos estaduais e das agências financiadoras governamentais (SUDAM e BASA) com o intuito de desenvolver a região apenas pautada na lógica capitalista do lucro e da exploração da mão de obra local.

A agroindústria, portanto, representa o fechamento do ciclo econômico que culminou com a consolidação de um processo iniciado na exploração predatória da madeira, que avançou com a formação de pastagens e que, agora, se consolida com o processamento industrial da carne e seus derivados.

Os problemas ambientais da sub-bacia do Mariazinha são complexos e necessitam de soluções compartilhadas que exigem dos envolvidos grande capacidade de organização social para reivindicar melhorias aos Poderes Públicos das três esferas de governo.

No caso da poluição por efluentes industriais, as alternativas vão depender do poder de pressão mobilizadora dos moradores e da sociedade civil como um todo, visando a exigir dos órgãos ambientais políticas públicas que sejam capazes de corrigir os descasos sistemáticos com o rio, e com a legislação ambiental em geral.

Desde a década de 1960, quando da implantação de empresas agropecuárias, o Estado vem-se comportando com o intuito de reforçar o modelo de desenvolvimento predatório e excludente. Para isso, utilizou e continua utilizando todo seu aparato técnico através de incentivos fiscais às empresas locais, colocando-se, assim, como o principal instrumento de apoio e incentivo à lógica capitalista que é exploradora e expropriadora nesse processo de desenvolvimento.

No tocante ao rio Mariazinha, existe a necessidade de pensar um planejamento ambiental de recuperação das matas ciliares de suas margens em caráter de urgência. Nesse sentido, as experiências ambientais, em várias regiões da Amazônia, têm demonstrado que apenas cercando a área, a capacidade de regeneração da vegetação duraria no máximo 10 anos, o que já é um bom sinal de esperança diante do quadro atual de devastação generalizada.

A maioria dos moradores da região do Mariazinha constitui-se de agricultores migrantes que já exerciam atividades agrícolas nos seus lugares de origem, ou seja, eram pequenos produtores rurais que se dedicavam ao plantio de milho, feijão e arroz, utilizando sementes e técnicas tradicionais de cultivo. Ao exercer a pecuária extensiva como atividade econômica principal, abandonaram os saberes tradicionais.

Percebeu-se que uma parcela significativa dos pequenos produtores tem reconquistado as práticas das culturas e diversificado a produção dentro de um novo contexto, com vistas a garantir a melhoria da qualidade de vida e a continuidade da reprodução social das famílias. Os exemplos bem sucedidos associam a criação de gado leiteiro a outras atividades econômicas como a criação de peixes, o cultivo de milho, mandioca, hortaliças e variedades frutíferas como cupuaçu, tangerina, coco, limão e melancia.

As narrativas dos moradores possibilitam afirmar, então, que, na região do Mariazinha, prevaleceram duas dinâmicas econômicas distintas: uma relacionada à reconcentração de parcelas da terra por aqueles que sobrevivem da criação extensiva de gado; e outra relacionada ao domínio das técnicas de diversificação da produção espalhadas por toda a sub-bacia do Mariazinha.

A criação extensiva de gado em pequenas propriedades vem enfrentando dificuldades. A forma como está sendo conduzida, atualmente, necessita de uma mudança de concepção a partir da seleção genética especializada e de um melhor aproveitamento das pastagens, das divisões de cercas e rotação dos animais, o que demanda investimentos por parte dos produtores.

A pecuária extensiva atual, associada aos problemas de enfraquecimento do solo e das pastagens, já começa a apresentar os primeiros sinais de estrangulamento. Há uma tendência de que a margem de produtividade possa se mostrar incapaz de proporcionar a necessária sustentação familiar. Portanto, as opções seriam a ampliação da propriedade “expulsando” o vizinho da terra, dá continuidade à migração rumo à fronteira, em busca de maiores áreas para a expansão necessária à manutenção dessa atividade, ou investir na diversificação de atividades econômicas com melhor rentabilidade como já vem ocorrendo com uma parcela dos moradores.

O modelo de desenvolvimento pensado para o Sul do Pará foi pautado a partir da grande pecuária e exploração da madeira e minério. Assim como ocorreu com o saque da madeira, que deixou na região apenas rastros de destruição, os lucros da grande pecuária são transferidos diariamente para os grandes centros distantes da Amazônia, sem se diferenciar da lógica anterior, restando à população local apenas a poluição, o mau cheiro e os desastres ambientais com os quais convivem diariamente.

O modelo de desenvolvimento local, desde o Regime Militar (1964-1985) e devido ao seu caráter repressor, sempre sofreu contestações das forças sociais. Isso vai continuar ocorrendo, devido aos movimentos sociais ligados à pequena propriedade ou à agricultura familiar terem sido forjados nas lutas dos movimentos organizados pelo direito à terra.

Apesar das dificuldades de encontrar uma alternativa viável e de oposição ao modelo estabelecido, os mesmos movimentos organizados continuam buscando cada vez mais conquistar novos espaços na região, de modo que os conflitos envolvendo o direito ao meio ambiente, à terra, à cidadania ainda são comuns e vão continuar existindo na região.

A pecuária se consolidou e, infelizmente, essa realidade é confirmada pelos moradores do Mariazinha que há mais de trinta anos conviviam com caminhões que transportavam produtos alimentícios e retornavam com os produtos industrializados. Em muitas comunidades rurais, o fluxo encontra-se hoje bastante invertido. Os caminhões, ônibus e carros particulares trazem pessoas para receber o dinheiro do leite, do queijo, do bezerro e da aposentadoria, levando para a propriedade os produtos da alimentação básica.

Na época da elaboração do Zoneamento Econômico e Ecológico, em 2002, o modelo de desenvolvimento foi confirmado como pautado na exploração do minério e na pecuária, acrescentando a agricultura de grãos mecanizados como arroz, milho e soja para fazer apenas rotações, dirigindo o descanso dos solos para a recuperação de pastagens como nova fonte de renda para o agronegócio. Esse fator está cada dia se consolidando na grande pecuária, onde se presenciam grandes áreas mecanizadas de milho voltadas para confinamento do gado.

A região do Mariazinha possui poucas áreas de terras planas contínuas que permitam a entrada do agronegócio do grão, o que pode ser avaliado como positivo para tentar frear o avanço da pecuária. Assim, esse fator geográfico pode contribuir como fator de oposição ao modelo predatório e excludente da atualidade, pois a região também dispõe de poucas áreas de terras com cobertura vegetal, o que impede os produtores de continuar capitalizando com a pecuária extensiva.

As alternativas encontradas pelos adeptos do “boi” têm sido a continuidade das extensões de terras em direção a outras regiões, como vem ocorrendo nos municípios de São Félix do Xingu, Quatro Bocas, Anapú, Pacajá e Novo Repartimento, definidos pelas entidades de defesa do meio ambiente como a região do “arco de fogo” ou “arco do desmatamento” devido ao elevado grau de destruição ambiental.

A agroindústria é uma cadeia que gera emprego no município, no entanto, paga baixos salários e poucos impostos, poluindo constantemente uma das fontes principais de água do município sem ser por isso penalizada. Não se conhece também o desenvolvimento de parcerias significativas e de impacto na sociedade como as de caráter social e ambiental, e os moradores prejudicados por todo esse processo de poluição não conseguem estabelecer um diálogo permanente que possa contribuir à busca de soluções para as questões que tanto os afligem.

A situação ambiental do rio Mariazinha mostra-se, nesse ínterim, de maneira crítica e preocupante. Esse rio possui um dos principais corpos d'água de Xinguará e tem ainda um papel importante na economia local, pois sua água é bastante utilizada para os reservatórios das indústrias, para o abastecimento local e para a irrigação, além do seu aspecto cultural se fazer presente na memória dos moradores locais, visto que é afluente do rio Marião que, por sua vez, deságua no rio Araguaia.

Apesar de sua tamanha importância, o rio Mariazinha vem sofrendo constantes agressões em suas matas ciliares, fauna e flora, e toda a situação relatada pelos moradores aos poderes públicos locais e do Estado não tem surtido resultados satisfatórios, ou seja, apesar das denúncias dos moradores, o rio continua sofrendo constantes abalos com a ausência e a omissão dos poderes públicos.

O descaso ambiental com o rio Mariazinha pelas empresas se agrava a cada ano e, infelizmente, as soluções encontradas pelas autoridades até o momento têm sido paliativas, procurando amenizar o problema através de processos morosos, pouco efetivos e quase sempre reversíveis a favor dessas práticas.

Cabe registrar que a Diocese de Conceição do Araguaia, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), é pioneira quando se trata do enfrentamento ao modelo de desenvolvimento local. Primeiro porque ela vem combatendo há décadas a violação dos direitos humanos e apoiando as lutas camponesas pela conquista de seus direitos; segundo, porque por meio de cooperação e apoio aos vários movimentos sociais e entidades que vêm experimentando outros “modelos” como proposta de mudança, atua como incentivadora dessas novas atitudes. Dessas experiências regionais muitas têm sido bem sucedidas como o apoio à produção de mel no município vizinho de Pau D'arco, os plantios consorciados e a produção de peixes em Conceição do Araguaia e os sistemas agroflorestais.

Por conseguinte, faz-se necessário articular meios que fortaleçam e viabilizem a organização e as ações coletivas locais a partir dos sujeitos políticos, sociais, culturais e econômicos, constituídos localmente para a construção de perspectivas ambientais viáveis para inverter a situação atual em que se encontra a sub-bacia do Mariazinha. Os poderes públicos locais e a sociedade organizada possuem papel importante, visando a desenvolver ações conjuntas e encarregando-se de promover a recuperação ambiental do rio para garantir a sobrevivência dos moradores e das gerações futuras.

Aqui termina essa história para gente de valor,  
pra gente que tem memória, muita crença, muito amor  
pra defender o que ainda resta, sem rodeio, sem aresta:  
ERA UMA VEZ UMA FLORESTA NA LINHA DO EQUADOR.  
(Trecho de *Saga da Amazônia*, por Vital Farias e Geraldo Azevedo)

## ANEXO

Entre os meses de janeiro a abril do ano de 2013 foram realizadas as coletas das narrativas orais e dos depoimentos dos seguintes moradores residentes na zona rural e urbana de Xinguara:

**VALDIR BENTO DE SOUSA** – Natural do Paraná, chegou a Xinguara com sua família, na época da fundação da cidade, em meados da década de 1970. Valdir sempre gostou bastante de pescarias e por isso tornou-se conhecedor dos rios e córregos da região. Atualmente, possui uma pequena propriedade rural nas proximidades do rio Araguaia e trabalha como vendedor de veículos no comércio local.

**VALDIR MANOEL DA SILVA** – Migrou com a família do estado de Goiás, chegando à região na década de 1970, para trabalhar em roças e garimpos. Junto com sua família, trabalhou muitos anos na atividade garimpeira e em pequenas atividades agrícolas. Atualmente possui uma propriedade na Vila São José, distrito de Xinguara.

**MARIA ROCHA** – Natural do estado de Goiás é viúva de trabalhador rural assassinado na luta pela terra na década de 1980. Migrou com sua família para o Sul do Pará, ainda na década de 1970, onde trabalhou como agregada sendo depois assentada em um loteamento próximo da cidade.

**LEOMARQUES FERNANDES** – Nasceu em Xinguara e é filho de pais migrantes de Minas Gerais, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e pequeno proprietário de terra às margens do rio Mariazinha, cerca de 20 km da cidade. Sua família chegou a Xinguara na década de 1980, estabelecendo-se até os dias de hoje no Assentamento Tupã, onde são criadores de gado.

**ROSÂNIA PINTO** – Professora do ensino médio e bióloga. Foi Secretária de Meio Ambiente de 2005 a 2012, tendo participado de várias discussões sobre a temática ambiental local como a construção da lei do Plano Diretor Urbano municipal. Acompanhou as reivindicações dos movimentos de moradores contra a poluição ambiental do rio Mariazinha.

**RIVELINO ZARPELLON** – 42 anos, advogado ligado aos direitos humanos e à assessoria dos movimentos sociais. Prestou assessoria aos moradores da região do Assentamento Vermelho e Preto, onde acompanhou várias denúncias e contribuiu com o levantamento fotográfico de mortandade de peixes e animais no rio Mariazinha.

**JOSÉ DITOSO DE MOURA** – Natural do Piauí, de onde migrou na década de 1980, para trabalhar na educação de Xinguara. Atualmente exerce o cargo de Oficial de Justiça, na comarca local, e possui uma propriedade rural às margens do rio Mariazinha, a 29 km da cidade.

**JOSÉ CONSTANTINO GUIMARÃES** – 64 anos, trabalhador rural aposentado, natural de Goiás, de onde migrou com a família na década de 1970, estabelecendo-se em várias propriedades rurais da região. Reside no Assentamento Vermelho e Preto, desde a década de 1980, onde possui uma propriedade margeando o rio Mariazinha.

**JOÃO CARLOS RAMALHO** – 68 anos, servidor público aposentado, natural de Conceição do Araguaia onde exerceu cargos de funcionário público da Casa Civil, Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Agricultura. Possui largo conhecimento social e ambiental da região devido à sua participação ativa no debate sobre as políticas de desenvolvimento implantadas na região pelos governos militares. Atualmente reside em Xinguara, onde presta assessoria à Prefeitura local.

**GERALDO TEIXEIRA** – 39 anos, pedagogo natural do Tocantins, migrou com a família na década de 1980, sendo hoje coordenador pedagógico de uma escola local e aluno de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Goiás. Geraldo possui larga experiência na assessoria de movimentos sociais na cidade e no campo do Sul do Pará.

**GERALDO ROSA** – Natural de Minas Gerais, trabalhador rural residente no Assentamento Vermelho e Preto há mais de 25 anos, possui uma pequena propriedade e dedica-se à pequena criação de gado de leite e ao cultivo de frutas e verduras. Seu Geraldo é um dos primeiros moradores a se estabelecer no assentamento onde o rio é a parte mais afetada pela poluição das agroindústrias.

**GERALDO PROCÓPIO** – 83 anos, natural do Paraná, migrou para a região na década de 1970, junto a uma das primeiras famílias que se instalou em Xinguara, para trabalhar na extração de madeiras e na abertura de fazendas, constituindo uma das primeiras madeireiras instaladas em Xinguara. Atualmente é aposentado e mora numa pequena chácara próxima de uma das nascentes do rio Mariazinha.

**ANTÔNIO VIEIRA GOMES** – 53 anos, natural do Mato Grosso, conhecido na região como “Gauchinho”, pertence a uma família numerosa de trabalhadores rurais que migrou para a região de Xinguara, na década de 1970. Sua família foi uma das primeiras que se estabeleceu às margens do rio Mariazinha para trabalhar no cultivo de banana-maçã. Atualmente cultivam pequi, cupuaçu, tangerina, cacau, cajá e maracujá abastecendo o mercado local.

**FREI HENRI** – 81 anos, é padre dominicano nascido na França. Mudou-se para a América Latina, onde trabalhou como religioso em vários países antes de fixar-se no Brasil, na década de 1980. Atualmente trabalha na assessoria às vítimas de violência agrária junto à Comissão Pastoral da Terra e acompanha as questões envolvendo meio ambiente, mineração e violação de direitos humanos contribuindo com sua vasta experiência em questões agrárias locais.

**JOSÉ DIOMAR** – Migrante do estado de Goiás, chegou à região com seus familiares, na década de 1970. Possui uma propriedade localizada em região de nascente do rio Mariazinha, sendo uma das poucas propriedades com cobertura de vegetação nativa, constituindo a maior reserva florestal particular dos arredores de Xinguara.

**OSMAR ALVES MARTINS** – Conhecido como “Padeirinho”, migrou com a família no início da década de 1970, para trabalhar em vários garimpos de ouro da região, sendo hoje grande conhecedor e proprietário de um garimpo na região, conhecida como Malvina.

**MARIA RITA** – Goiana, chegou à região em 1984. Migrou para a região da vila Betel, onde é trabalhadora rural e membro da Cooperativa dos Produtores de Mandioca da região. A comunidade rural onde mora está localizada às margens do rio Mariazinha, próxima à confluência com o rio Marião, cerca de 80 km de Xinguara.

**DORIVAL ALVES PEREIRA** – 50 anos, migrante de Minas Gerais, chegou à região com a família, na década de 1980, estabelecendo-se na região da Vila Betel, onde hoje exerce a função de presidente da Cooperativa de Produtores de Mandioca, localizada no município vizinho de Rio Maria. Possui uma pequena propriedade rural, próxima ao rio Mariazinha, na qual se dedica ao plantio de mandioca, abacaxi e à produção de farinha e polvilho.

**JOSÉ DAVI PASSOS** – 55 anos, é professor e migrou do estado de Minas Gerais, na década de 1980. Davi trabalhou na pastoral dos migrantes na região de São Félix do Xingu e atuou como professor nos ensinos fundamental e médio em Xinguara. Trabalhou ainda na região Sul do Pará como professor da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e atualmente é professor titular de Filosofia da Educação na Universidade Federal do Pará (UFPA).

**CLAUDIO ELIAS MARQUES** – 42 anos, migrou com seus pais do estado de Goiás, na década de 1980. É pedagogo e trabalhou na assessoria de movimentos sociais na região Sul do Pará. Assessorou movimentos sociais ligados à produção agrícola na região Sul do Pará e na luta pela conquista da água tratada em Xinguara. Atuou, ainda, na assessoria dos movimentos e associações sindicais, cooperativas e construções de redes de Economia Popular e Solidária.

**ANTÔNIO FERREIRA NETO** – Migrou do estado do Ceará com sua família, na década de 1970. É presidente da Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Casulo, localizado nas proximidades de Xinguara. Trabalhou na mobilização popular dos moradores de Xinguara para a construção do Plano Diretor Urbano Municipal em 2006. Atualmente, dedica-se à criação modesta de pequenos animais (galinhas, porcos e peixes em cativeiro) e à produção de frutas e verduras em uma pequena propriedade próxima ao rio Mariazinha.

**AMANTINO MARTINS** – Trabalhador rural, migrante do estado de Minas Gerais, nos idos de 1979, sua propriedade está localizada na região conhecida como Barra do Marião, confluência do rio Mariazinha com o rio Marião, distante cerca de 87 km de Xinguara, onde se dedica ao cultivo de lavoura e pequena criação de gado.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Sistema de informações hidrológicas – Hidroweb**. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

ALMEIDA, A. W. B. **Carajás: A guerra dos mapas**. 2. ed. Belém: Supercores, 1995.

ALTIERI, P. **Curso de Gestão Ambiental**. Belém: SECTAM, 2004.

AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental**. Marabá (PA) e Macapá (AP), 2010. 347 p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AUDRIN, J. M. **Entre sertanejos e índios do norte: O Bispo missionário Dom Domingos Carrerot**. Rio de Janeiro: Púgil Ltda., 1946.

\_\_\_\_\_. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. (Col. Documentos Brasileiros).

AYRES, J. M. A questão ecológica na Amazônia. In: SEDUC. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. Belém: IDESP, 1989. p. 129-136.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: Geopolítica na virada do terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BENTES, R. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. In: SEDUC. **Estudos e problemas amazônicos: história social e política e temas especiais**. Belém: CEJUP, 1992. p. 89-113.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. A. **Construção Social da Realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

Blog do Edmar Brito. Disponível em <http://www.edmarbrito.com.br/>. Acesso em: 5 jan. 2014.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

**Boletim do Sistema de Alerta de Desmatamento**. Belém: IMAZON, 2012. Disponível em <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/sad-alerta>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL. **Decreto lei n. 6.895, de 1º de agosto de 2006**. Declara de preservação permanente, de interesse comum e imune ao corte no Estado do Pará, a castanheira (*Bertholletia excelsa* H.&B) e dá outras providências. Casa Civil, Belém, 2006. Disponível em: <https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/index.php?action=MenuOrgao.show&id=495&oOrgao=25>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2013.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). O que é Terra Indígena. In: \_\_\_\_\_. **Portal Eletrônico da Fundação Nacional do Índio**. Disponível em: <[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)>. Acesso em: 02 jan. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) - **População Kayapó do Sul do Pará**. FUNASA, 2010. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo/179>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Análise socioambiental de alternativas para o atendimento ao Sudeste do Pará, Nordeste de Mato Grosso e Centro-Oeste do Tocantins (Relatório R1). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/MeioAmbiente/Documents/Estudos%20socioambientais>>. Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (SECTAM). **Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará: Lei nº 6.381/01 e legislação complementar**. Belém: SECTAM, 2005.

BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Cortez, 1979.

CARNEIRO, A; CIOCCARI, M. R. **Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. 2. ed. Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, C. D.; TOZONI-REIS, M. F. C. Coletivizando saberes: (re)construção da memória ambiental dos moradores de Botucatu. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 4, n.1, 2009. p. 111-135, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pea/article/view/30078>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos do Campo – Brasil 2012**. Goiânia: CPT, 2012. Disponível em: <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

COSTA P. F. Relação entre Eu & Tu de Martin Buber e as entrevistas de Clarice Lispector para “Fatos & Fotos/Gente”. In: ENCONTRO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 2011, Universidade Federal de Alfenas. **Anais...** Alfenas (MG): UFMG, 2011. Disponível em: <[www.cienciasdalinguagem.net/enelin](http://www.cienciasdalinguagem.net/enelin)>. Acesso em: 22 jan. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO Mineral (DNPM). **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil**. Projeto Especial de Mapas de Recursos Minerais, de Solos e Vegetação, para a Área do Programa Grande Carajás. Brasília: DNPM, 1984. 9 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Prospecção de água subterrânea por método geofísico**. Belém: DNPM, 2007. 12p.

FIGUEIRA, R. R. **A Justiça do lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pisando fora da própria sombra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FOLLADORI, G. Marxismo e meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, nº 25, p. 82-92, abr./1999.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **Uma descrição densa**: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: \_\_\_\_\_. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, P. B. A Filosofia do Relacionamento. **Periódico de Divulgação Científica da FALS**, São Paulo, nº 6, 2009. Disponível em: [http://www.cidadesp.edu.br/old/mestrado\\_educacao/artigos/egressos/2009/](http://www.cidadesp.edu.br/old/mestrado_educacao/artigos/egressos/2009/). Acesso em: 23 jan. 2014.

HARRIBEY, J. **Marxismo ecológico ou ecologia política marxiana?** 2001. Disponível em: <[http://www.hdbr.org.br/data/site/uploads/arquivos/Marxismo\\_-\\_pdf](http://www.hdbr.org.br/data/site/uploads/arquivos/Marxismo_-_pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2011.

HÉBETTE, J. A questão da terra. In: **Estudos e problemas amazônicos**: História Social e Política e temas especiais. Belém: CEJUP, 1992. p. 115-127.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra em uma área da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Manual técnico de vegetação brasileira. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <<http://geoftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Cidades** – Censo demográfico. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário - PPM - Pesquisa por Amostragem**. Brasília: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ (IDESP). **Boletim do desmatamento e focos de calor – 2013**. Disponível em: [www.idesp.pa.gov.br](http://www.idesp.pa.gov.br). Acesso em: 20 jan. 2013.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). **Boletim do Desmatamento** . SAD, 2012.

LOPES, D. L; HELTON, S. L; SIDINEY, A. C; RIBEIRO. O Diário de Campo e a Memória do Pesquisador. In: WHITAKER D. C. A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem/CNPq, 2002.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia**: Estado – Homem – Natureza. Belém: CEJUP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A história social e econômica da Amazônia.** In: Estudos e problemas amazônicos: História Social e Política e temas especiais. Belém: CEJUP, 1992. p. 9-55.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia no Século XXI - Novas Formas de Desenvolvimento.** São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LUMIAR, Projeto. **Diagnóstico PA Vermelho e Preto, Marajoara e Tupã lote-160.** Xinguara, Pará: LUMIAR, 1988. 66 p.

MAGALHÃES, G. C. **Viagem ao Araguaya.** Companhia Editora Nacional, 1934.

MARTINS, H.; FONSECA, A.; SOUZA Jr., C.; SALES, M.; VERÍSSIMO, A. **Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal.** Belém: IMAZON, 2012. Disponível em: <[http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/transparencia-florestal-amazonia-legal/copy\\_of\\_SADOutubro2012.pdf](http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/transparencia-florestal-amazonia-legal/copy_of_SADOutubro2012.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2012.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. O tempo da fronteira - Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, S. Paulo: 2006, p. 25-70. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edições/>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, M. R. VIAGEM PELOS RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA. A VIAGEM DE RUFINO TEOTÔNIO SEGURADO PELOS RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA, NOS ANOS DE 1847 e 1848. Disponível em <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/>. Acesso em: 20 jun. 2012.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MENEZES, M. A. Ética e história oral. In: WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C.; GRISI, T. M. V. **Ideologia e esquecimento - aspectos negados da memória social brasileira.** Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010. p. 19-44.

MORBACH, M. R. **A publicidade no Período Médici: os efeitos da propaganda da ocupação da Amazônia.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24. Campo Grande, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: Políticas Públicas e Amazônia.** Campinas, SP: Papyrus, 1988.

PAIVA, C. A. **Como identificar e mobilizar o potencial de uma região para o desenvolvimento endógeno.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2004. (Documentos FEE, nº 59).

PARÁ. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). **Relatório de Prospecção de água subterrânea por método geofísico**. Belém: DNPM, 2007.

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE (SEMA). **Relatório de fiscalização n. 264 – 2010**. Belém: GERAD/SEMA, 2010. 16 p.

PANDOLFO, C. Os recursos naturais da Amazônia. In: **Estudos e problemas amazônicos: História Social e Política e temas especiais**. Belém: CEJUP, 1992. p. 71-87.

PAROLIN, E. S. P.; BELLINI, L. M. O silêncio das araucárias: Memória e esquecimento da natureza em um grupo de moradores da microbacia hidrográfica do Rio do Campo. **Boletim Geográfico**, Maringá, v. 28, n. 2, 2010. p. 137-156.

PASCAL, B. **Pensamentos**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

PENA FILHO, J. I. C.; SANTOS, A. **Programa Levantamento Geológicos Básicos do Brasil -Folha SB.22-Z-C**. Programa Grande Carajás. Belém: DNPM/CPRM, 1984.

PINTO, L. F. **Amazônia: no rastro do saque**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **A questão do estado do trópico úmido**. Seminário sobre Tecnologia para os Assentamentos Humanos no Trópico Úmido. Brasília, CEPAL-IPEA, abr./1987.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia em Questão: Belo Monte, Vale e outros temas**. São Paulo: B4 Editores, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA. PARÁ. **Plano Diretor Urbano – PDU**. Lei Complementar nº 006. Xinguara, PA: PMX, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil - 2013: Perfil de Xinguara (PA)**. PNUD, 2013. Disponível em: <[www.atlasbrasil.org.br/2013](http://www.atlasbrasil.org.br/2013)>. Acesso em: 05 dez. 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SADER, R. Lutas e Imaginário Camponês. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, nº 1, p. 115-125, 1. sem. 1990. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v021/lutas\\_e\\_imaginario.pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v021/lutas_e_imaginario.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2013.

SANTOS, E. A. **Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos: Exclusão e Lutas – Do Sul para a Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SILVA, F. C. Bandeirantes do século XX na Amazônia: a formação socioeconômica da frente pioneira de Redenção no Sul do Pará. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônico**, NAEA, nº 225, dez. 2008.

SILVA, H. R. **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Saraiva, 1959.

TEODORO, V. L. I. et al. O conceito de bacia hidrográfica e a importância da caracterização morfométrica para o entendimento da dinâmica ambiental local. **Revista Uniara**, nº 20, p. 137-157. 2007.

THOMPSON P. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: Ferreira M. M. et. al. **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz (Casa de Osvaldo Cruz)/FGV/CPDOC, 2000. p. 47-65.

TOCANTINS. EMPRESA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS (SANEATINS). **Operação do sistema de esgotamento sanitário do município de Xinguara**. Palmas: 2007. 10 p.

TORRES, M. A despensa viva: Um banco de germoplasma nos roçados da floresta. **Revista Geografia em Questão**. Rio de Janeiro, v. 04, nº 02, p. 118-138, 2011.

VAZ, V. **A formação dos latifúndios no Estado do Pará**: terra, pecuária e desflorestamento. 167 p. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2013.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura Agrária**: Estudo de processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem/CNPq, 2002.

WHITAKER, D. C. A.; BEZZON, L. C. **A Cultura e o ecossistema**: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2006.

WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C.; GRISI, T. M. V. **Ideologia e esquecimento** - aspectos negados da memória social brasileira. (Orgs.) Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010.

WHITAKER, D. C. A. A desinvenção da Tradição: esquecimento e memória na história do Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. In: \_\_\_\_\_. **Ideologia e esquecimento**: aspectos negados da memória social brasileira. (Orgs.) Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010.